

Universidade Federal de Goiás  
Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia  
Programa de Pós-graduação  
Mestrado em Sociologia

Idosos em instituições asilares e suas representações sobre família.

*P@rtes*

Mestranda: Fabiana Souza de Almeida  
Orientador: Luiz Mello de Almeida Neto

**Goiânia-GO**

Março- 2005

Fabiana Souza de Almeida



Idosos em instituições asilares e suas representações sobre família.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, da Universidade Federal de Goiás, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Fabiana Souza de Almeida



Idosos em instituições asilares e suas representações sobre família.

Dissertação defendida e aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2005, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

---

Profº. Dr. Luiz Mello de Almeida Neto  
Presidente

---

Profº. Dr. Brasilmar Ferreira Nunes  
UnB

---

Profº Dr. Francisco C. Evangelista Rabelo  
FCHF/UFG

*P@rtes*

Dedico este trabalho ao Nosso Senhor Jesus Cristo e a Nossa Senhora. Este trabalho também é dedicado com muito carinho aos meus pais, minha amada irmã, minha sobrinha Gabriella e meu querido avô paterno, que tem 91 anos.

## AGRADECIMENTOS

Esta parece ser a melhor parte da dissertação, quer dizer, a mais fácil. Tenho tanto a agradecer por este trabalho que vou iniciar pelos maiores amores da minha vida, que são os meus pais, que sempre estiveram comigo, batalhando juntos para a realização deste sonho.

Agradecer a minha irmã que está morando tão longe de mim, mas, sempre, em seu pensamento, está torcendo por esta vitória.

Como não agradecer ao meu amado e eterno amigo Juarez, que, durante o início do mestrado, esteve comigo. Mesmo não gostando da minha aprovação, procurou estar presente até quando pôde. Infelizmente minha decisão de dar continuidade ao mestrado fez com que nossos laços, que seriam para vida toda, se rompessem.

Quero registrar um agradecimento especial ao meu orientador, Professor Luiz Mello de Almeida Neto, que com muito carinho me acolheu e me mostrou os caminhos que deveria seguir, apesar de todas as minhas dificuldades. Obrigada, meu querido professor.

Aos professores do mestrado que contribuíram no meu crescimento intelectual, em especial ao coordenador do curso, Jordão Horta Nunes.

Aos amigos: Adriano, que foi um “anjo” na minha vida no que se refere a dicas de informática; Anderson (Jaboticaba), que como um grande amigo me auxiliou nas visitas das instituições e que a partir delas resolveu desenvolver um trabalho com os idosos na sua área

de educação física; Elaine (mãezona); Denise Alves, minha eterna amiga que me acompanha desde a graduação e que sempre esteve me apoiando na realização deste trabalho. E também a Rosana, Cristiane Roque, Cícero, Neuza, Marynise, Mellisandra, David, aos funcionários do Colégio Jesus Maria José, aos colegas do Colégio Estadual Garavelo Park, aos meus ex-alunos que sempre torceram pelo meu sucesso, aos professores Francisco C. Evangelista Rabelo e Marta Rovey de Souza que contribuíram na qualificação do trabalho. Não poderia deixar de citar uma pessoa que é o responsável por eu ter escolhido o percurso acadêmico que, apesar de vários obstáculos, me garantirá um futuro melhor. Muito obrigada meu querido Professor Revalino Freitas.

E, para finalizar, um muito obrigada a torcida de uma pessoa que nos meus momentos difíceis de mestrandia procurava me apoiar, mesmo sem saber como. A você Marcos, o meu carinho. Ah! Não poderia deixar de agradecer à coordenadora do Abrigo São Vicente de Paulo e a todos os idosos que foram fundamentais para a realização da pesquisa empírica.

Filho Adotivo

*Composição: Desconhecido*

Com sacrifício eu criei meus sete filhos  
Do meu sangue eram seis  
E um peguei com quase um mês  
Fui viajante, fui roceiro, fui andante  
E pra alimentar meus filhos  
Não comi pra mais de vez  
Sete crianças, sete bocas inocentes  
Muito pobres, mas contentes  
Não deixei nada faltar  
Foram crescendo, foi ficando mais difícil  
Trabalhei de sol a sol  
Mas eles tinham que estudar  
Meu sofrimento, ah! meu Deus valeu a pena  
Quantas lágrimas chorei, mas tudo  
Foi com muito amor

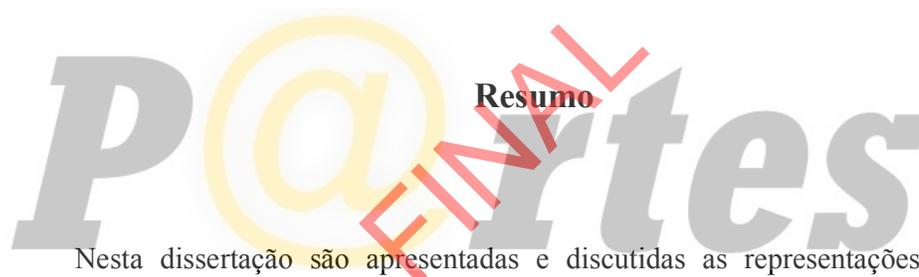
Sete diplomas, sendo  
Seis muito importantes  
Que a custa de uma enxada  
Conseguiram ser doutor  
Hoje estou velho, meus cabelos branqueados  
O meu corpo está surrado  
Minhas mãos nem mexem mais  
Uso bengala, sei que dou muito trabalho  
Sei que às vezes atrapalho  
Meus filhos até demais  
Passou o tempo e eu fiquei muito doente  
Hoje vivo num asilo  
E só um filho vem me ver  
Esse meu filho, coitadinho  
Muito honesto  
Vive apenas do trabalho  
Que arranjou para viver  
Mas Deus é grande vai  
Ouvir minhas preces  
Esse meu filho querido  
Vai vencer, eu sei que vai  
Faz muito tempo que  
Não vejo os outros filhos  
Sei que eles estão bem  
Não precisam mais do pai  
Um belo dia, me sentindo abandonado  
Ouvi uma voz bem do meu lado  
Pai eu vim pra te buscar  
Arrume as malas  
Vem comigo pois venci  
Comprei casa e tenho esposa  
E o seu neto vai chegar  
De alegria eu chorei e olhei pro céu  
Obrigado meu Senhor a recompensa já chegou

Meu Deus proteja os meus seis filhos queridos  
 Mas meu filho adotivo  
 Que a este velho amparou

## SUMÁRIO

RESUMO.....	09
ABSTRACT.....	10
APRESENTAÇÃO.....	11
<b>1. O VELHO E A VELHICE.....</b>	<b>18</b>
<b>2. FAMÍLIA, VELHICE E GÊNERO.....</b>	<b>33</b>
2.1. GENÊRO E VELHICE.....	45
<b>3. O IDOSO E O ASILO.....</b>	<b>50</b>
3.1. INSTITUIÇÕES ASILARES.....	55
3.2. ASILOS EM GOIÂNIA.....	64
<b>4. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E OS IDOSOS DO ABRIGO</b>	
<b>SÃO VICENTE DE PAULO.....</b>	<b>69</b>
4.1 O ASILO, O IDOSO E SEUS FAMILIARES.....	73
4.2 OS IDOSOS DO ABRIGO SÃO VICENTE DE PAULO E SUAS REPRESENTAÇÕES SOBRE FAMÍLIA.....	74
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>91</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>95</b>

ANEXOS.....	100
-------------	-----



### Resumo

Nesta dissertação são apresentadas e discutidas as representações sociais sobre família construídas por idosos, moradores do Abrigo São Vicente de Paulo, em Goiânia. Os conceitos de velhice e família passam por várias transformações e não existe um único modelo de família, apesar de prevalecer o estilo nuclear, composto por mãe, pai e filhos. Neste trabalho, tentamos contribuir para a desnaturalização de tais conceitos, investigando o significado que os idosos atribuem as suas representações sobre família. Por meio das entrevistas, buscamos compreender a instituição família nas várias fases da vida do idoso, isto é, na infância/ adolescência, fase adulta e velhice, identificando especificidades de gênero.



## ABSTRACT

This paper presents and discusses the social representations of families built elders residentes of the São Vicente de Paulo shelter, in Goiânia. The concepts of old age and family pass through various transformations and there isn't only type of family, although the nuclear style consisting of mother, father and children prevails. In this project we try to contribute to the desnaturalization of such concepts, researching the meaning that the elders attribute to the representation of family. By means of interviews, we strove to understand the family institution in various stages of the elders lives, that is in childhood/ adolescence, adulthood and old age, identifying specifics of this kind.

*P@rtes*

## APRESENTAÇÃO

Atualmente, percebemos um significativo aumento do número de pessoas idosas em termos absolutos e relativos, numa perspectiva mundial. No Brasil particularmente, este grande crescimento traz consigo problemas para a sociedade. Esta realidade nos mostra que o mundo se encontra num processo de transição e por esse motivo se tem como preocupação organizar políticas públicas para se adequar ao novo perfil demográfico da população.

Segundo Mota (1999), mais numerosos, os velhos estão socialmente mais visíveis no cotidiano e no espaço público, sobretudo como resposta existencial geracional à própria dinâmica da sociedade contemporânea. Identificados recentemente como “questão pública”, podem ser compreendidos, por sua vez, como objeto de discursos ambíguos, protecionistas e ao mesmo tempo temerosos, das instituições e do Estado, que assumiriam a responsabilidade de cuidar daqueles que alcançam idade acima de 60 anos, necessitando de cuidados especiais, tarefa antes realizada pela família.

Dados do IBGE de 2002 nos informam que existiam no Brasil 16.022.231 pessoas com 60 anos ou mais, 9.3% da população, e 56% delas eram mulheres. No estado de Goiás, 7.8% da população possuíam mais de 60 anos, sendo, 51.4% mulheres. A previsão é que no ano de 2020 esses idosos sejam 25 milhões de pessoas no Brasil, sendo 15 milhões de mulheres, numa população de 219,1 milhões. Isso devido às sucessivas quedas de fecundidade e à diminuição gradativa das taxas de mortalidade nas últimas décadas, mostrando que o envelhecimento da população brasileira é irreversível. Embora se apresente como uma população com um envelhecimento recente, a brasileira poderá ser considerada como uma das maiores, superior à França, que levou 120 anos para adquirir as feições que a caracterizam como envelhecida (Alcântra, 2004). De acordo com Iêda Chaves (*apud* Junqueira, 1998), no ano de 2025, o Brasil estará entre os seis países com população mais numerosa na terceira idade, precedido por China, Índia, bloco que constituía a URSS, Estados Unidos e Japão.

Segundo Simões (2003), em nosso país a visibilidade da velhice e dos velhos na última década pode ser atestada não só pelos dados demográficos divulgados pelos meios de comunicação de massa, mas também pela experiência cotidiana dos habitantes das nossas cidades. Com este aumento, ocorre uma necessidade de organizar um mercado consumidor que a cada dia se torna mais significativo.

No entanto, o País não está preparado para o crescente aumento da longevidade, em um curto período de tempo, o que pode vir a acarretar uma desestruturação social,

provocando, assim, a necessidade de políticas públicas urgentes, na intenção de amenizar a situação dessas pessoas que muitas vezes são esquecidas, e agora, por serem em grande quantidade, requerem cuidados específicos. Esse processo já tem registrado um impacto considerável sobre as demandas por saúde, vestuário e lazer. Entretanto, há que se enfatizar que a essas oportunidades só tem acesso uma parcela privilegiada, mas a promoção da terceira idade<sup>1</sup> transformou-se em um valor reproduzido por toda sociedade. Na área da saúde, tem-se, atualmente, um peso muito maior nas doenças crônicas degenerativas, o que tem implicado custos crescentes de internação, tratamento e medicação. Isto devido às novas regras pré-determinadas por uma sociedade capitalista, onde os velhos, muitas vezes são considerados descartáveis e sem valor. Essa sociedade, que tem como objetivo principal à produção em ritmo rápido e lucro em curto prazo, favorece uma diminuição na probabilidade da inserção de pessoas acima de 60 anos em empresas, escolas, indústrias, contribuindo, desta forma, no aumento de mão-de-obra ociosa, pelo fato dos idosos não possuírem tanta habilidade, rapidez e criatividade como antes. Tais exigências vêm ocorrendo a partir da inserção de tecnologias, como computadores e máquinas nos locais de trabalho. Porém, não podemos esquecer de que, na nossa sociedade, há um grande número de pessoas desempregadas e que não são idosas.

Independente da classe social que ocupa, o indivíduo sente o impacto da chegada da velhice, pois esta preocupa, traz limitação da saúde, ausência de trabalho, desprestígio social, solidão e preconceito. Diante dessa realidade, o aparato da família é importante, uma vez que esta pode auxiliar a tomar decisões no que se refere às necessidades físicas, psíquicas e sociais de seus velhos. Porém, há uma série de fatores que interferem na permanência destes juntos aos seus.

Muitas vezes, homens e mulheres, que não se encontram no mercado de trabalho devido exclusivamente a sua idade, têm dificuldade em se readaptar a essa nova fase da vida. Alguns procuram apoio e auxílio na família; outros procuram redirecionar-se, mesmo sem ajuda da família, agindo sozinhos; há também aqueles que buscam em uma instituição um novo rumo para a sua vida; e existem ainda aqueles que são desprezados pelos seus e deixados em uma instituição.

Neste trabalho, abordamos as questões da família e da velhice no Abrigo São Vicente de Paulo, localizado no município de Goiânia, destacando as representações que os idosos constroem sobre famílias. Alguns questionamentos norteiam nosso trabalho: Que tipo

---

<sup>1</sup> Termo implantado a partir das políticas sociais da França, que designa o velho bem-sucedido, isto é, “jovens velhos”, aposentados dinâmicos, alvos do mercado de consumo (Alcântara, 2004).

de família esse idoso possuía no período da infância? Qual tipo de família este idoso construiu ao longo da vida? Como era o relacionamento com seus familiares? Qual a importância da família para os idosos entrevistados?

Imbuídos dessas questões, temos como objetivo geral compreender as representações que os idosos fazem sobre suas famílias, e como objetivos específicos: comparar as representações familiares de homens idosos e mulheres idosas, no intuito de analisar as diferenças que existem nessas representações, e saber qual a importância da família para os idosos entrevistados.

O interesse por este tema se deu a partir de muito escutar reclamações de pessoas adultas que se amedrontavam ao imaginar seus filhos crescidos e que estes, por falta de tempo, os levariam para um asilo qualquer. Além desse fator, há também a contribuição de várias matérias jornalísticas que denunciavam os maus tratos de idosos por parte de médicos, enfermeiras e outros profissionais. E também a curiosidade em saber como uma pessoa que reside em um asilo vivencia a distância da família.

No município de Goiânia, são oito instituições asilares registradas na Secretaria de Cidadania e Trabalho. Os critérios para escolha do local, isto é, da instituição objeto desta pesquisa foram: autorização dos coordenadores do asilo para realização do trabalho de campo; e disponibilidade dos idosos para serem entrevistados. Após as visitas, analisamos cada abrigo e o que atendeu aos pré-requisitos citados acima foi o Abrigo dos Idosos São Vicente de Paulo da Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP).

Para apreender as representações familiares, acreditamos que o melhor recurso a ser utilizado é a entrevista semi-estruturada. Um dos autores utilizados foi Thompson (1992), que, em seus estudos, descobriu a importância das pessoas como testemunhas do passado e, quando as ouvia, percebeu que elas tinham sempre alguma coisa interessante a dizer. Ele percebeu a riqueza e a importância da memória dos sujeitos anônimos. Como ele, também acreditamos ser valiosa a memória dos idosos que foram entrevistados.

A história oral para este autor é também um instrumento de mudança capaz de colaborar na construção de uma sociedade mais justa. Percebe-se, então, que esta metodologia é a mais apropriada para nossa dissertação, pois trabalhar com idosos nos possibilita desvendar mistérios que o tempo tenta apagar. De acordo com Thompson, “por meio da história, as pessoas comuns procuram compreender as revoluções e mudanças por que passam em suas próprias vidas: guerras, transformações sociais como as mudanças tecnológicas” (1992:25). Até os fins do século XIX, a utilização da história oral fornecia imediatamente

uma fonte rica e variada para o historiador criativo. No sentido mais geral, a utilização da experiência de vida como matéria prima faz com que a história ganhe uma nova dimensão.

A história oral é uma história construída em torno de pessoas, ela ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos a conquistar a dignidade e autoconfiança. Segundo Thompson, “os velhos são verdadeiros documentos históricos, e o contato com eles contribui para dar a sua escrita àquela veracidade que impregna romances mais antigos” (1992:58).

Para a realização de uma boa pesquisa de campo é extremamente necessário que o pesquisador siga algumas orientações, dentre elas podemos destacar: ser um bom ouvinte, pois esta façanha permite ao informante ser ativo no seu papel de auxiliar, fornecendo informações valiosas para o pesquisador. Como diz George Ewart Evans, “muito embora os velhos sobreviventes fossem livros ambulantes, eu não podia apenas folheá-los. Eles eram pessoas” (*apud* Thompson, 1992: 43). E por serem pessoas, devemos ter muito cuidado ao utilizarmos como informantes de uma pesquisa, pois possuem sentimentos que nem sempre querem expor a estranhos.

Segundo Thompson, Marx e Engels, em seus textos mais direcionados à política, na maioria das vezes, recorriam consideravelmente tanto as suas próprias experiências diretas, quanto aos relatórios, escritos e orais, provindos de seus inúmeros correspondentes e visitantes. Uma das técnicas mais utilizadas na história oral é a entrevista, pois ela é um meio de descobrir documentos escritos e fotografias que, de outro modo, não teriam sido localizados. De acordo com este autor, “sem a evidência oral, o pesquisador pode descobrir pouca coisa, quer sobre os contatos comuns da família com os vizinhos e parentes, quer sobre suas relações internas” (Thompson, 1992:28). Diante dessa afirmação, fortalecemos nossa escolha pela entrevista, sendo compreendida como o melhor caminho a ser trilhado para a realização de nossa investigação empírica.

De acordo com Thompson, o entrevistador bem-sucedido deve possuir algumas qualidades, tais como: “ter um interesse e respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles, e, acima de tudo a disposição para ficar calado” (1992:254). Além disso, o entrevistador, “deve ser tranqüilo e sem pressa, dando ao informante todo o tempo que quiser para ir a qualquer direção deixando que a entrevista flua” (1992:254).

Isto, pois, toda a fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas da memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta (Thompson, 1992). Ao se utilizar à entrevista, devemos nos atentar para a seguinte problemática, que se refere ao

fato de, ao retomarmos o passado, despertarmos memórias dolorosas que, por sua vez, despertam sentimentos intensos, podendo afligir um informante. Neste quesito, presenciamos esta realidade e tivemos que nos adaptar ao contexto para alcançarmos nossos objetivos.

Além de Thompson, outra autora que discute a respeito de entrevista semi-estruturada é Queiroz (1983). Segundo esta, a história oral é compreendida como termo amplo que recobre a quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar. Colhida por meio de entrevista de variadas formas, ela registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade.

Para a realização desta pesquisa utilizamos o gravador, pois este contribui no processo de adquirir informações. O gravador parece, a primeira vista, um instrumento técnico próprio para anular, ou pelo menos para diminuir o possível desvio trazido pela intermediação do pesquisador. Porém, há uma grande dificuldade que é a transcrição dos dados, mas no caso desta pesquisa este instrumento é de tamanha importância, pois, ele promove uma maior fidelidade com as entrevistas que foram realizadas com os idosos do abrigo. A captação de informações, depoimentos, por meio do gravador representa uma ampliação do poder de registro dos pesquisadores (Queiroz, 1983).

Na pesquisa empírica, as dificuldades encontradas foram decorrentes do critério de se entrevistar idosos que possuíssem idade igual ou superior a 60 anos e que estivessem dispostos a ser entrevistados, pois alguns imaginavam que a entrevista realizada seria como uma “invasão” em sua intimidade. Diante de tais circunstâncias, foram entrevistados oito idosos, sendo quatro homens e quatro mulheres. Os critérios para escolha dos entrevistados foram:

- 1) ser residente do Abrigo São Vicente de Paulo;
- 2) ser lúcido;
- 3) aceitar ser entrevistado
- 4) ter idade igual ou superior a 60 anos.

Para conversar com os idosos e fazer as entrevistas, foi preciso de início estabelecer uma relação de confiança; após esse passo, demos seguimento às entrevistas. Percebemos que nem todos os residentes no abrigo possuíam a idade igual ou maior que 60 anos, pois, antes do Estatuto do Idoso, eram acolhidos pessoas que precisavam de um lugar para morar. A partir do dia 01.01.2004, quando começa a vigorar o Estatuto do Idoso no

Brasil, não mais foi aceito qualquer pessoa com idade inferior a 60 anos, e os que ali já moravam tiveram autorização para continuar.

Os encontros individuais foram feitos com gravadores e tiveram a duração média de vinte minutos. O tempo foi curto devido às dificuldades que os idosos tinham em comentar sua história. Muitos choraram e até mesmo se negaram a terminar a entrevista. Antes da entrevista propriamente dita, os idosos tiveram acesso ao termo de consentimento e, a partir do momento em que autorizavam a entrevista, assinavam o termo que se encontra em anexo, ao final do trabalho.

A primeira dificuldade com que me deparei ao iniciar a pesquisa foi a de encontrar idosos que, adequando-se aos requisitos estabelecidos, aceitassem servir como informantes. Numa primeira etapa, coordenadores e funcionários do abrigo, que por sua vez contactavam com os idosos, foram mobilizados para nos auxiliar nesta tarefa. Pedia a esses intermediários que mencionassem aos idosos apropriados que este era um trabalho da universidade e que eles poderiam participar através de suas entrevistas, que seriam gravadas com sua autorização formal. Caso fosse consentido, nós iríamos conversar com estes, para fornecer explicações mais detalhadas sobre o trabalho.

Soube através desses intermediários que alguns idosos se negaram a aceitar esse primeiro contato, alegando que o tema era muito difícil para que fosse conversado com estranho. Ao todo tivemos três etapas marcantes: primeiro no mês de Outubro de 2003, em que fui ao abrigo para conhecer e analisar se este poderia ser meu campo. Um segundo momento foi à aproximação com os idosos escolhidos a partir da ajuda dos intermediários e das fichas individuais, que aconteceu no mês de fevereiro de 2004. Por último, as entrevistas semi-estruturadas realizadas durante os meses de julho e agosto de 2004.

Na primeira visita, eu me apresentava enquanto profissional, ou seja, dizia que era socióloga, e que estava fazendo um trabalho para poder me aperfeiçoar e que este seria sobre as representações que o idoso faz de sua família. Expunha minhas intenções com a pesquisa e explicava que as entrevistas eram individuais e gravadas, porém garantia um sigilo absoluto com relação às fitas e suas identidades. No segundo momento, foram realizadas as entrevistas e as dificuldades foram com relação às emoções dos idosos, pois estes muitas vezes choravam e finalizavam a entrevista. Então, passado alguns dias, procurava retomar a entrevista e muitas vezes recebi um não como resposta.

Durante a leitura deste trabalho, o leitor mergulhará em quatro capítulos, onde tentamos aprofundar cada tema proposto. Assim, seguindo um raciocínio que nos pareceu mais adequado, preocupamo-nos, primeiramente, em apresentar uma discussão teórica sobre

velhice, na perspectiva de vários autores. No segundo capítulo, trabalhamos a família e velhice, discutindo as tipologias da família e suas transformações no decorrer dos séculos, como também as relações de gênero.

Compondo o terceiro capítulo, problematizamos o tema das instituições e dos asilos, destacando as instituições asilares localizadas no município de Goiânia, seguindo a proposta de interconexão entre velhice e asilo, no intuito de perceber a ligação entre o idoso e o ambiente em que vive. Para finalizar, o último capítulo apresenta a análise das entrevistas.

*P@rtes*

## 1. O VELHO E A VELHICE.

“Para a sociedade, a velhice aparece como uma espécie de segredo vergonhoso, do qual é indecente falar” (Beauvoir, 1990 b: 8).

Ao realizarmos uma viagem pela história, podemos perceber que em sociedades como no Egito, Oriente Médio, Israel, Índia, China, Japão e Roma os velhos eram valorizados, pois estes eram vistos como portadores de uma grande sabedoria e com esta ajudavam os mais novos em suas atividades, fornecendo conhecimentos adquiridos no decorrer da vida. Segundo Leme,

“Na Índia, a questão do prolongamento da vida era também considerada como uma possibilidade de melhor preparo espiritual para o nirvana. Na antiga Roma os idosos parecem ter recebido o respeito, ao menos nominal. A mais importante instituição de poder, o Senado, deriva seu nome do *senex* (idoso) valorizando a experiência destes cidadãos” (2002:16-17).

Em contrapartida, na Grécia, o envelhecimento era visto de forma a distinguir pessoas que faziam parte da classe privilegiada, que detinham o poder político, econômico e cultural e por isso eram prestigiados como sábios, daquelas que executavam atividades braçais, pois representava o declínio da juventude e vigor, realidade bem parecida com a nossa que valoriza o corpo e a rapidez, transformando assim a velhice como algo não desejável.

Essa semelhança prevalece na maioria dos casos onde a valorização do corpo perfeito, quer dizer, sem rugas, celulites, gorduras, faz com que as pessoas acreditem que ser velho é ser inútil e, assim, aos poucos, vão sobressaindo os medicamentos que prometem o prolongamento da juventude. Segundo Olievenstein, “envelhecer é entrar pouco a pouco, por patamares, no isolamento. Tudo começa muito tempo antes da entrada na idade avançada. Começa desde o fim da lua de mel da juventude, do fim das provas triunfantes do corpo” (2001:11).

Na sociedade globalizada é grande o valor dado à juventude. Dessa forma, a velhice é extremamente desvalorizada. A perda da juventude, das habilidades físicas, da capacidade de trabalho, passa a ser enfrentada como problema. Contrapondo a isto, na sociedade de consumo, vende-se a imagem de que apesar da idade pode-se manter a juventude e a atividade competitiva. A mídia mostra, como jovem, pessoas de mais de 70 anos que são atletas, que são pilotos que fazem acrobacias arriscadas, pessoas que, apesar da idade, mantêm uma aparência jovem, mesmo que seja esticando a pele e levantando, através de cirurgia plástica, tudo que o tempo e a gravidade fizeram cair. Por outro lado, temos Zimmerman (2000), que afirma que ser velho não é o contrário de ser jovem. Envelhecer é simplesmente

passar para uma nova etapa da vida, que deve ser vivida da maneira mais positiva, saudável e feliz possível. Para ele é preciso investir na velhice como se investe nas outras faixas etárias, sendo comum que o velho apresente doenças crônicas decorrentes do desgaste físico, psíquico e social.

Segundo Papaléo Netto (2002), Aristóteles, em suas obras a respeito da velhice, expõe de maneira detalhada sua teoria do envelhecimento. Segundo esta teoria:

“A alma é combinada, ao nascer, ao calor intrínseco e dele depende para se manter o corpo. A vida consistiria na manutenção deste calor e de sua relação com a alma que se localizaria no coração. Para continuar aquecido, o calor intrínseco exige combustível. À medida que este combustível vai sendo consumido, o calor intrínseco diminuiria sobrevivendo o envelhecimento” (2002:17).

Entende-se, então, que, à medida que se passam os anos, há uma redução do combustível e por isso o calor vai diminuindo até alcançar a velhice, uma nova etapa na vida do ser humano. Para Galeno “o idoso deve ser aquecido e umedecido. Para sobreviver bem ele deve tomar banhos quentes, fazer dietas especiais, tomar vinhos e permanecer ativo” (*apud* Papaléo Netto, 2002: 18). Na nossa sociedade, há muita dificuldade para alguns idosos continuarem sendo ativos, em face das exigências do mercado de trabalho, que valoriza pessoas rápidas, criativas, bem dispostas para o trabalho. As sociedades capitalistas transformam as pessoas em mercadorias, condenando o trabalhador à degradação durante toda a trajetória de sua vida.

Segundo Beauvoir (1990b), os velhos que não constituem qualquer força econômica não têm meios de fazer valer seus direitos: o interesse dos exploradores é o de quebrar a solidariedade entre os trabalhadores e os improdutivos, de maneira que estes últimos não sejam defendidos por ninguém. O material humano só interessa enquanto produz. “Num mundo em mutação, em que as máquinas têm vida muito curta, não é necessário que os homens sirvam durante um tempo demasiadamente longo. Tudo que ultrapassa 55 anos deve ser descartado como refugo” – disse, durante um congresso, Leach, antropólogo de Cambridge (*apud* Beauvoir, 1990 b: 13). Essa afirmação nos faz pensar em alguns motivos que levam os idosos a se encontrarem ociosos, sem perspectivas de trabalho, pois, se são mercadorias, sua durabilidade tem tempo de vencimento.

Beauvoir (1990b) nos fornece informações sobre a situação dos velhos em muitas sociedades, entre as quais destacamos a França e a China. De acordo com essa autora, na França, onde a proporção de velhos é a mais elevada do mundo - 12% da população têm mais de 65 anos, eles são condenados à miséria, à solidão, às deficiências, ao desespero. Nos Estados Unidos, seu destino não é mais feliz. Para conciliar esta barbárie com a moral

humanista que professa, a classe dominante adota a posição cômoda de não considerar os velhos como homens. Na China, por sua vez, toda casa devia obediência ao homem mais idoso. A autoridade do patriarca não diminuía com a idade. Mesmo a mulher, embora duramente oprimida, gozava da promoção devido à idade: quando velhas, seu estatuto era muito mais elevado que o dos jovens dos dois sexos; tinha influência preponderante na educação dos netos, que geralmente tratava com muita dureza. O respeito se estendia, fora dos limites da família, a todos os idosos: muitas vezes as pessoas fingiam-se mais velhas do que realmente eram, para ter direito a atenções.

Na literatura chinesa, a velhice nunca é denunciada como um flagelo. Em compensação, no Ocidente, o primeiro texto conhecido dedicado à velhice trata desta como um quadro sombrio. Este texto foi escrito em 2.500 a.C. por Ptahhotep, filósofo e poeta egípcio:

“Como é penoso o fim de um velho! Ele se enfraquece a cada dia –sua vista cansa, seus ouvidos tornam-se surdos, sua força declina, seu coração não tem mais repouso, sua boca torna-se silenciosa e não fala mais... A velhice é o pior dos infortúnios que pode afligir um homem” (*apud* Beauvoir, 1990: 14).

Temos que observar na análise em questão que o conteúdo exposto representa um caráter pessimista da velhice; porém, há autores e civilizações que reconhecem a velhice como uma fase cheia de pontos positivos, como exemplo as sociedades chinesas (citada anteriormente), indígenas (onde costuma exaltar-se o idoso por considerá-lo o mais sábio do grupo). Além dessas contribuições, Beauvoir (1990 b) também comenta a respeito da velhice para o povo judeu, trazendo informações apresentadas nos livros santos. O povo judeu é conhecido pelo respeito de que cercou a velhice. Os autores dos livros santos conservam a nostalgia do passado e projetam nele os valores que desejam ver reconhecidos por seus contemporâneos. Consideram a longevidade como a suprema recompensa da virtude. “Se observardes os preceitos que vos dito”, diz Deus, no Deuteronômio, “então vossos dias na terra que o Eterno jurou dar a vossos pais serão tão numerosos quanto serão os dias dos céus sobre a terra”. “O temor do Eterno aumenta os dias, mas os anos dos maus serão abreviados” lê-se nos provérbios. “Os cabelos brancos são uma coroa de honra: é no caminho da justiça que essa coroa é encontrada” - Lê-se ainda no mesmo livro. Abençoada por Deus, a velhice exige obediência e respeito: “Tu te levantarás diante dos cabelos brancos e honrarás a pessoa do velho” Prescreve o levítico (*apud* Beauvoir, 1990 b: 115). Percebemos, então, que a velhice é apresentada na Bíblia como algo gratificante e de honra. Essa idéia nos questiona a respeito do tratamento que os fiéis, seguidores da Bíblia, dão aos idosos, pois se realmente obedecessem tais ensinamentos, provavelmente teríamos menos idosos abandonados e

discriminados. Vale ressaltar que muitas entidades religiosas se dedicam aos idosos através dos cuidados que fornecem em abrigos.

Com relação à longevidade<sup>2</sup> nos dias atuais, podemos dizer que esta é intensamente desejada pela maioria dos indivíduos, desde que sob certas condições, como a de não ficar dependente e, de preferência, não ficar velho. Esse desejo é contraditório e paradoxal. De acordo com Néri (2001), o envelhecimento populacional reflete, portanto, a combinação de três fenômenos: redução da natalidade, redução da mortalidade em coortes adultas sucessivas e aumento da expectativa de vida na velhice. Deles resulta mudança na relação entre o número de membros produtivos e improdutivos na sociedade.

Para Paschoal “os anos ganhos devido à longevidade podem significar anos de sofrimento e infelicidade, um tempo de perdas, incapacidades e dependências” (2002:26). O aumento do número de idosos gera inúmeros problemas sociais, pois não estamos preparados para acolhermos esta nova população que exige outros cuidados, em especial, médicos. Há uma necessidade maior de suporte familiar e comunitário, como também uma maior probabilidade de cuidados de longa duração devido à maior prevalência de doenças crônicas, com conseqüentes incapacidades. Na análise de Born (2002), no Brasil, dadas as condições econômicas extremamente desfavoráveis de uma grande parte da população, o envelhecimento torna-se mais castigo do que prêmio para muitos.

Para Beauvoir (1990a), a imagem da velhice é incerta, confusa, contraditória. Importa observar que através dos diversos testemunhos, a palavra “velhice” tem dois sentidos diferentes. Primeiro, é vista como uma certa categoria social, mais ou menos valorizada segundo as circunstâncias. E em segundo lugar, ela é compreendida por cada indivíduo, um destino singular - o seu próprio. Para esta autora, o velho, enquanto categoria social, nunca interveio no percurso do mundo. Ela percebe que o velho, quando perde suas capacidades, torna-se, então, um objeto, pois não serve para nada: nem valor de troca, nem reprodutor, não passa de uma carga.

Na Idade Média, inicia-se a utilização da medicina preventiva com o médico Maimônides, que advertia os idosos a evitarem excessos, manterem cuidados higiênicos, beber vinho e fazer acompanhamento periódico. No início do século X, surge em Veneza uma legislação que tributava em 10% as heranças para, com este fundo, prestar assistência específica às pessoas incapazes e idosas. No Renascimento, surge um maior interesse com

---

<sup>2</sup> Segundo Carvalho e Garcia (2003), longevidade refere-se ao número de anos vividos por um indivíduo ou ao número de anos que, em média, as pessoas de uma mesma geração ou coorte viverão, definindo-se como geração ou coorte o conjunto de recém-nascidos em um mesmo momento ou mesmo intervalo de tempo.

referência aos problemas do envelhecimento. De acordo com Papaléo Netto (2002), na segunda metade do século XV, surge um professor e clínico anatomista, Gabrielle Zerbi, que escreveu um livro denominado gerontocomia, um manual de higiene para idosos e que representou o primeiro livro impresso destinado exclusivamente à geriatria.

Na Idade Moderna, com os avanços na Química, Anatomia, Fisiologia e Patologia, tornaram-se mais intensas as discussões sobre o problema do envelhecimento. Com o início da Revolução Industrial e do Racionalismo, autores passam a comparar o corpo a uma máquina, sujeita ao desgaste. Percebemos que tal analogia prevalece muito forte em nossa sociedade, principalmente nas grandes empresas, onde o empresário busca mão-de-obra jovem devido à rapidez e habilidade, enquanto que isola a experiência da pessoa de mais idade, às vezes afirmando que o tempo desta já passou. Como diz Bosi,

“Antes do definitivo afastamento do idoso do mercado de trabalho, este vai sofrendo um declínio lento, acompanhado de uma dolorosa lucidez. Muitas vezes, segundo esta autora, o idoso absorve a ideologia do capitalismo que tem como objetivo a obtenção do lucro, e repete: É assim mesmo que deve acontecer, a gente perde a serventia, dá lugar aos moços. Para que serve um velho, só para dar trabalho” (1999: 35).

O século XVII francês foi muito duro para os velhos. A sociedade era autoritária, absolutista. Os adultos que a regiam não abriam espaço para os indivíduos que não pertenciam à mesma categoria que eles: velhos e crianças. As camponesas de 30 anos eram velhas enrugadas e prostradas. Mesmo os reis, os nobres e os burgueses morriam entre 48 e 56 anos. Entrava-se na vida pública aos 17 ou 18 anos, e as promoções eram precoces. Os quadragenários eram tidos como velhos tolos. Aos 50 anos não se tinha mais lugar na sociedade. A memória e a experiência podiam conferir valor a certos indivíduos idosos: “Um velho que viveu na corte, que tem grande bom senso e uma memória fiel é um tesouro inestimável”, escreve La Bruyere. (*apud* Beauvoir, 1990b: 207). A condição das crianças era, como a dos velhos, muito difícil.

Para Bosi, cada sociedade vive de forma diferente o declínio biológico do homem. Para ela, “a sociedade industrial é maléfica para a velhice” (1999:18). Se formos analisar o número de idosos que são ativos, no sentido de ainda trabalharem para ganhar o dinheiro do seu sustento, perceberemos que são poucos, e, destes, a maioria que ainda realiza uma atividade é formada por idosos que possuem uma situação financeira boa.

Na visão de Papaléo Netto (2002), Benjamim Rush foi o autor que, de maneira pioneira, lança o conceito de que as doenças e não o envelhecimento em si são as responsáveis pela morte e que o envelhecimento não é doença. Na pesquisa realizada por Debert a respeito da velhice, todavia, um idoso lhe faz a seguinte questão: “Minha filha, como

você pode tratar da velhice sem falar na doença, na morte e na religião? (1999:23). Na visão da pesquisadora, essa não era propriamente uma pergunta, mas uma avaliação crítica do relatório de pesquisa que realizava no asilo. Para Debert, portanto, não devemos dissociar a velhice da doença e da morte.

Na perspectiva de Baldessin:

“O fenômeno da velhice é um verdadeiro problema, um desafio que nos está sendo imposto. Alguns vêem esta situação como um problema que deve ser solucionado teoricamente, com medidas assistenciais e econômicas. Outros vêem nela a oportunidade de constatar que o mito da sociedade industrial foi capaz de abandonar, desprestigiar, institucionalizar, reduzir à pobreza e à falta de função social de milhões de velhos” (*apud* Donato, 2002:454).

Os estudos de Baldessin (*apud* Donato, 2002) apontam que nos países desenvolvidos apenas 5% dos que possuem mais de 65 anos vivem hoje em asilos, e apenas 15% vivem junto e possivelmente são dependentes de seus familiares. No Brasil, a estimativa é que o número de asilos para idosos no país iguala o número de municípios, com uma distribuição não-igualitária. Também, estimativas não oficiais fixam o número de asilados em 15% da população, ou seja, 127.500 velhos.

Em todas sociedades, a idade é um conceito social e não apenas um conceito biológico ou psicológico. Infância, adolescência, vida adulta e velhice são fases construídas socialmente, por meio de normas reguladoras que determinam as exigências e as oportunidades de cada segmento etário na ordem social. No que se refere às fases da vida, podemos dizer que a infância foi “descoberta” na primeira metade do século XIX e a adolescência foi “inventada” ao final do mesmo século (Hareven, 1999). Ambos os estágios apareceram na consciência pública como resultado das crises sociais associadas àqueles grupos de idade de modo semelhante ao do surgimento da velhice mais tarde. Ao focalizarmos diferentes grupos sociais, podemos constatar que dependendo da grande variedade de fatores como sexo, origem étnica e cultural e o fato de as pessoas viverem em países industrializados ou em desenvolvimento, em centros urbanos ou rurais, elas envelhecem de formas diversas. Podemos afirmar, então, que ser velho não está restrito à quantidade de anos vividos.

Segundo Áries (1981), as fases da vida, infância, adolescência, maturidade e velhice, não representam categorias universais, uma vez que cada cultura tem a sua própria forma de dividir as etapas da vida, sendo os marcadores do início ao final de cada uma os mais diversos. As fases da vida representam construções sociais em um determinado tempo e espaço histórico. De acordo com as suas condições sociais, por exemplo, a extensão do curso da vida pode variar de uma sociedade para outra e, assim, a expectativa de vida orienta os

parâmetros que definem as fases do desenvolvimento do ser humano nesse espaço social. Na análise de Beauvoir (1990 b), como todas as situações humanas, a velhice tem uma dimensão existencial: modifica a relação do indivíduo com o tempo e, portanto, sua relação com o mundo e com sua própria história. Na sua velhice, como em qualquer idade, seu estatuto lhe é imposto pela sociedade à qual pertence.

Dependendo da filosofia de vida, dos valores individuais e sociais, para alguns o envelhecimento pode ser um período vazio, sem valor, inútil, sem sentido; já para outros pode ser um tempo de liberdade, de desligamento de compromissos profissionais do fazer aquilo que não se teve tempo de fazer, de aproveitar a vida. Uma das coisas que prejudicam o cotidiano das pessoas neste período é a falta de preparação para esta fase de vida aliada muitas vezes à perda de *status* e à conseqüente desvalorização social, fazendo com que o direito à aposentadoria e ao uso do tempo livre se torne não um benefício, uma conquista, ou até um prêmio, mas um período indesejável, carregado de tédio, marginalização e de preocupação econômica para muitos (Ferrari, 2002).

De acordo com Debert (2003), assim como a infância e a adolescência, a “terceira idade” também é uma criação recente das sociedades ocidentais contemporâneas. Sua invenção implica a criação de uma nova etapa na vida em que se interpõe entre a idade adulta e a velhice e é acompanhada de um conjunto de práticas, instituições e agentes especializados, encarregados de definir e atender as necessidades dessa população que a partir dos anos 70 deste século, em boa parte das sociedades européias e americanas, passaria a ser caracterizada como vítima da marginalização e da solidão. Para alguns, a velhice é o terceiro período ou a terceira idade da vida humana. Outros consideram o quarto período, em virtude de identificarem como segundo o da adolescência (14 a 18 anos), período de máxima importância e transcendência na vida do homem.

Ao discutir a velhice, Olievenstein (2001) afirma que há duas idades que são privilegiadas no que se refere ao sentido da vida: adolescência, em que tudo é despertar, inquietação e, depois, o momento do nascimento da velhice, de seu percurso inevitável, ponto de partida de um questionamento sobre nosso futuro, que nos enlouquece. Para este autor, a velhice nos indica sintomas e dentre eles se encontra a dissimulação ou a fanfarronice provocadora, onde a imagem da dissimulação se apresenta através dos cosméticos e outros cremes que possibilitam a “competitividade” com os mais jovens.

Para Beauvoir (1990b), hoje, os adultos interessam-se pelo velho como um objeto de exploração: nos EUA, como na França, multiplicam-se clínicas casas de repouso, residências, e até mesmo cidades e aldeias, onde se faz as pessoas idosas que dispõem de

meios pagarem o mais caro possível por conforto e por cuidados que freqüentemente deixa muito a desejar. Quando isto se dá, ou seja, quando o elemento social e financeiro interfere na internação, há uma maior relevância na questão da exclusão, pois nem todos os idosos possuem uma vida financeira satisfatória.

A respeito do trabalho para o idoso, Beauvoir (1990b) afirma que:

“Quando os empresários retiram dos indivíduos a possibilidade de trabalhar, condenam a maioria deles à miséria. Alguns regimes de assistência pressupõem que a velhice equivale a uma invalidez e a aposentadoria a um auxílio concedido a necessitados: proíbe-se ao pensionista qualquer trabalho remunerado. Constatam-se, nos últimos 50 anos, uma redução da mão-de-obra idosa. Entre 1931 e 1951, enquanto a proporção dos anciãos crescia em toda parte, o número de velhos trabalhadores diminuiu. Encontram-se velhos ativos entre os agricultores, os chefes de estabelecimentos. Os pequenos patrões, os artesãos, os trabalhadores autônomos; entre as mulheres, na agricultura, no pessoal doméstico. Mas no setor industrial a idade acarreta uma desvalorização, tanto do pessoal de alto e médio escalão e dos funcionários, quanto dos operários” (1990: 52).

Em quase todos os países, o limite de idade estipulado para se trabalhar vai de 40 e 45 anos. Segundo uma pesquisa feita em 1963, em oito grandes cidades dos EUA, um quinto dos serviços de seleção de emprego fixavam o limite de idade aos 35 anos, e um terço aos 45 anos. Na Bélgica e na Áustria, há serviços públicos onde o recrutamento só se faz abaixo de 40 anos. No Reino Unido, 50% das ofertas de colocação recebidas pelas agências de emprego estipulam abaixo de 40 anos (Beauvoir, 1990b).

O progresso técnico desqualifica o velho operário, sua formação profissional, feita quarenta anos, é geralmente insuficiente: uma reciclagem conveniente teria podido melhorá-la. Mas na nossa sociedade, na qual só se leva em consideração o lucro, os empresários preferem, uma exploração intensiva dos assalariados: quando eles se acabam, são jogados fora e substituídos por outros, confiando-se em que o Estado lhes conceda uma esmola.

Quando falamos em pessoas idosas, devemos nos lembrar que elas sempre existiram na história da humanidade, porém, em tempos passados, ser idoso era alcançar uma idade cronológica de 40 anos, devido às várias doenças, epidemias, falta de alimentação, enquanto que nos dias atuais alcançar 60, 70, 80 anos tornou-se algo comum, corriqueiro, uma experiência vivida por milhões de pessoas no mundo todo. Segundo Papaléo Netto (2002), este aumento é reconhecido como o envelhecimento populacional, que significa o aumento da proporção de idosos na população. Isto vem ocorrendo devido a dois motivos básicos. O primeiro é a diminuição da mortalidade, que leva a um aumento da expectativa de vida. O segundo é a diminuição da fecundidade, do coeficiente cujo significado é o menor número de filhos por mulher em idade fértil. Há também um terceiro fator, que para muitos estudiosos ajuda a alterar a distribuição etária de uma dada população a ela submetida: a migração.

De acordo com Alcântra,

“A industrialização é um dos principais fatores que alteraram a distribuição geográfica brasileira, no que se refere à situação domicílio. A partir da década de 1950, auge da industrialização no país movimentos migratórios do campo para as grandes metrópoles expandiram-se cada vez mais, ocasionando efeitos sociais e econômicos para a população de uma maneira geral e para os velhos em particular” (2004: 17)

Na sociedade estadunidense, a velhice é hoje conhecida como um período específico da vida adulta, que se inicia a partir dos 65 anos. Segundo Hareven (1999), essa fase era institucionalizada por um rito de passagem: a aposentadoria e o ingresso na previdência social. No começo do século XX, a preocupação e o interesse público com a velhice vinham de diversas direções. Além dos médicos, psicólogos e escritores populares, especialistas em eficiência e reformadores foram importantes para atrair a atenção para a velhice como um problema social. Até cerca de 1960, praticamente não havia um estudo sociológico importante sobre a velhice e os velhos, estando toda literatura sobre o assunto relacionado às áreas da medicina e da biologia (Lins, 1981).

Para Néri (2002), os estágios de desenvolvimento não são de origem ontogenética, mas, sim, sociogenética. Isto por ser a sociedade que constrói os cursos da vida, ditando assim, normas de comportamento apropriados para as diferentes faixas etárias, diante de marcadores de natureza biológica e social e na medida em que essas normas são internalizadas pelas pessoas e instituições sociais.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, a pessoa para ser considerada idosa num país em desenvolvimento precisa ter a idade superior a 60 anos, enquanto que nos países desenvolvidos a idade é de 65 anos. Isso devido ao avanço tecnológico, à diminuição da fecundidade, como também da mortalidade (Souza, 1996). Devemos nos atentar que nos países desenvolvidos a realidade é outra no que se refere principalmente às inovações tecnológicas e, mesmo assim, presencia-se uma dificuldade com relação à manutenção de serviços para este contingente de pessoas que a cada dia tem aumentado.

Na metade do século XIX, a população idosa começou a crescer e o interesse médico no cuidado dos idosos como um grupo separado passou a existir. De acordo com Papaléo Netto (2002), o Hospital Salpêtrière, em Paris, que acomodava de dois a três mil idosos, pode ser considerado como o primeiro estabelecimento geriátrico. O médico I.L. Nascher (1863-1944), considerado o pai da moderna geriatria, americano nascido em Viena visitando aquele hospital, verificou a boa saúde dos que ali eram tratados, e escreveu: “Isto se deve ao fato de que os idosos são tratados da mesma maneira que os pediatras tratam as crianças” (*apud* Papaléo Neto, 2002:24). Hoje, se os idosos fossem realmente tratados como

as crianças, “talvez” melhorasse um pouco a questão do abandono, apesar de muitas crianças também serem abandonadas, sofrerem violências físicas, morais. Nos dias atuais, ambas categorias sofrem.

Em 1950, foi fundada a *International Society of Gerontology*, que passou a congrega, em nível mundial, as sociedades médicas interessadas no estudo do envelhecimento. No Brasil, somente em 1961 é fundada a Sociedade Brasileira de Geriatria, posteriormente designada Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, tendo com fundador e primeiro presidente o Doutor Roberto Segadas, do Rio de Janeiro.

Segundo Carvalho e Garcia (2003), no século XX, entre as décadas de 1930 a 1980, em alguns países em desenvolvimento, houve um crescimento direcionado da fecundidade e um declínio da mortalidade, inclusive no Brasil. Estes autores, em seu artigo, realizam uma comparação entre o crescimento de idosos na Inglaterra e no Brasil e verificam que as populações dos países europeus, antes do início do declínio da fecundidade e, conseqüentemente, de seu processo de envelhecimento, já tinham uma proporção de idosos maior do que a brasileira, ao iniciar o mesmo processo. Mas o envelhecimento da população brasileira se deu num ritmo significativamente maior, se comparado com o já observado naqueles países.

A Inglaterra foi um dos países da Europa que teve o início do declínio da fecundidade já no século XIX. Em virtude de seu menor nível de fecundidade, a Inglaterra já tinha, em 1870, 7,4% de sua população total com 60 anos, e essa idade começa a ser o marco divisor inicial entre o idoso e o não idoso.

O Brasil, até aproximadamente o final da década de 70, era considerado um país de população jovem devido ao alto índice de crescimento do número anual de nascimentos, isto é, a elevação do nível de fecundidade. Segundo o censo de 1920, tínhamos no nosso país neste período cerca de 52% da população com idade inferior a 20 anos e apenas 3% de pessoas com idade acima de 65 anos. Nesse período houve um significativo declínio da mortalidade. Na década de 30, a expectativa de vida das pessoas era de 41 anos e na década de 60 sofre um acelerado aumento, passando para 55,7 anos. No que se refere ao número de filhos, a taxa de fecundidade total, nos anos 30, era de 6,1 filhos por mulher, enquanto que na década de 70 este número diminui para 5,8. Ao afirmarmos que os fatores que contribuíram para o aumento do número de idosos na nossa sociedade foram, entre eles, a redução da taxa de fecundidade e de mortalidade, não se pode esquecer do intenso processo de urbanização da população, que acarreta necessidade crescente de limitação da família, ditadas pelas

características dos grandes centros urbanos, caracterizados entre outras coisas, pela incorporação da mulher no mercado de trabalho.

Na ótica de Debert, “a velhice em nossa sociedade, mesmo quando não se associa à pobreza ou à invalidez, tende a ser vista como um período dramático por implicar a passagem, tida como indesejada, de um mundo amplo e público para um mundo restrito e privado” (1999:25). A questão da velhice, porém não pode ser vista somente como um período caracterizado pelo declínio e decadência, pois, nesta fase, a pessoa alcança um estágio de desenvolvimento em que as paixões da juventude e os esforços de uma carreira muitas vezes atingem fruição e consolidação: “Há uma certa maturidade de julgamento sobre os homens, coisas, causa, em geral, que nada no mundo senão a idade pode trazer; uma sabedoria real que só a idade pode ensinar” (Hall *apud* Hareven, 1999).

Para Haddad (1986), o aumento da população de pessoas idosas e a sua associação com o aumento da esperança média de vida da população brasileira não significa dizer que as pessoas terão uma vida digna, isto é, que terão condições de se manterem nesta fase que exige muitos cuidados. Presenciamos muitos casos denunciados pelos telejornais, que mostram cuidadores de pessoas idosas espancando-os, não se importando com a saúde destes. Por outro lado, há também idosos que não possuem as condições mínimas de se sustentar, pois, na sua vida, não houve tempo de juntar dinheiro para esta fase e, assim, acabam se tornando uma “sobra” na sociedade. Para Pintos, “o processo de envelhecimento sempre foi motivo de preocupação para as pessoas. Mesmo nas épocas e nas culturas em que se reverenciava o idoso, a velhice era vista como instância conflitiva em razão da proximidade do fim da vida” (1997:7).

Neste contexto, Paschoal nos fornece uma conceituação baseada em diversos autores, como Fratzak, que, em 1993, afirmava:

“Envelhecimento significa um processo, um estágio que é definido de maneiras diferentes, dependendo do campo de pesquisa e do objeto de interesse. Para cada área uma interpretação. Para os sociólogos e psicólogos o que chama atenção é o fato de que além das alterações biológicas, processos de desenvolvimento social e psicológico de um indivíduo e alterações em funções podem ser observados. Problemas de integração e adaptação social do indivíduo a essas alterações tornam-se objeto de interesse também” (2002:27).

A respeito do conceito de velhice, Marcos Smith Ângulo, presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, diz:

“Não há unanimidade a respeito do conceito de velhice. Alguns autores afirmam que o envelhecimento inicia-se imediatamente após a fecundação, porque no organismo de um indivíduo inúmeras células envelhecem, morrem e são substituídas antes dele nascer. Tal afirmativa, porém, não contribui com qualquer valor prático na determinação dos parâmetros de um indivíduo idoso. O envelhecimento imprime aos indivíduos alterações naturais cujo conhecimento é

Nitro PDF Software

100 Portable Document Lane

25 de setembro de 2007, partes (São Paulo)

necessário para diferenciar-se o envelhecimento fisiológico do patológico” (*apud* Haddad, 1986:26).

Também sobre o conceito de envelhecimento, temos a contribuição do gerontologista americano Lansing, que propõe a seguinte definição: “Um processo progressivo de mudança desfavorável, geralmente ligado à passagem do tempo, tornando-se aparente depois da maturidade e desembocando invariavelmente na morte”.(*apud* Beauvoir, 1990: 17).

De acordo com Peixoto (1999), de envelhecer ninguém escapa. Alguns envelhecem mais rapidamente do que outros e nem todos vivem essa etapa da vida da mesma maneira, uma vez que o envelhecimento biológico está estreitamente relacionado às formas materiais e simbólicas que identificam socialmente cada indivíduo. Nesta perspectiva, compreende-se que existem várias formas de envelhecer. Sendo assim, entendemos que o envelhecimento é um processo individual com amplas variações e que os próprios idosos são, por sua vez, um grupo heterogêneo.

Devemos compreender que o envelhecer é, por si, um fenômeno individual como também cultural, e a partir das condições de vida e de trabalho a que estão submetidos é que vai se observando a redução do desempenho do indivíduo, sendo que as desigualdades sociais levam a desigualdades no processo de envelhecer, pois quem trabalha por um período longo e numa atividade forçada envelhecerá mais rápido, se comparado a um profissional que exerce sua atividade em meio período.

Para Debert (1999), a tendência contemporânea é rever os estereótipos associados ao envelhecimento. De acordo com ela, a idéia de um processo de perdas tem sido substituída pela consideração de que os estágios mais avançados da vida são momentos propícios para novas conquistas, guiadas pela busca do prazer e da satisfação. Em algumas situações isto até acontece, porém, ainda prevalece o estigma de que o idoso tem as funções de cuidar dos netos, para ajudar os filhos que precisam trabalhar, ou não servem para muita coisa, talvez só para ocupar um lugar à mesa. Em sua obra, esta autora trabalha com a ressignificação da velhice, onde as pessoas de mais idade, na certeza de que hoje não podem viver como antigamente, ocupam e redefinem os novos espaços criados para envelhecer, respondendo de maneiras diversas ao tipo de controle de emoções que passa a ser delas exigidos.

Nessa mesma linha, Bosi (1999) descreve como no interior de certas famílias aproveita-se do idoso o braço servil, mas não o conselho. Realmente nossa sociedade busca do idoso apenas o que lhe é conveniente fazendo com que ele se sinta um indivíduo diminuído, que vive numa constante luta para continuar sendo humano.

Em épocas anteriores, valorizavam-se as idéias e opiniões dos velhos, porém, nessa época atual em que prevalece a informação, a busca da sabedoria dos anciãos perde a força e esta aos poucos vai sendo substituída pela opinião dos jovens e especialistas. E quem nos fornece tal opinião, na maioria das vezes, são os meios de comunicação de massa, com suas informações, telenovelas, que retratam assuntos diversos a respeito da vida, em especial, a questão do idoso, como foi no caso da novela transmitida pela Rede Globo, *Mulheres Apaixonadas* (2002), que retratava os maus tratos que a neta praticava contra os avós.

Como nossa proposta é visualizar a dimensão da velhice em todas as épocas, apresentamos algumas análises de estudiosos a respeito da velhice no período industrial. Neste período, a velhice passa a ser considerada como época do desgaste biológico, levando ao declínio das funções físicas e cognitivas, a deterioração dos sistemas orgânicos, ao declínio da atividade e conseqüentemente da produção. Fucs (1999) acredita que a sociedade tem sido cruel com os idosos. Com os filhos já criados e fora de casa, aposentados e sem maiores perspectivas, veêm-se mergulhados numa realidade que, a toda hora, mostra que quem importa é o jovem por ser quem produz. O velho sente-se então um elemento inútil.

Segundo Peixoto (1998), o termo velho no período industrial designa também o indivíduo sem “futuro financeiro”, despossuído e indigente. O velho passa a ser considerado como uma “coisa” que não serve mais para o uso, que deve ser abandonada ou cuidada como uma relíquia que caminha para morte. Pintos (1997) nos diz que, de alguma maneira, consciente ou inconscientemente, na juventude o idoso apostou que a família seria a companheira e sustentáculo na velhice, e, agora, na situação presente, percebe que esta ideologia não se confirma, pois a família não se preparou para acolher as novas exigências que esta fase cobra. Para o adolescente, esta família, mesmo sendo importante, é um sistema de que deseja se tornar independente, mas para o idoso é uma estrutura da qual se sente cada dia mais dependente. Fazendo uma comparação, percebemos que, enquanto o adolescente busca um caminho de saída, o idoso busca um lugar, uma pertença, um permanente.

Na nossa cultura, segundo Featherstone (1998), para se tornar um cidadão aceito, respeitado, com plenos direitos, o indivíduo teria que desenvolver competências e controles, sendo que os apontados por esse autor são: a competência cognitiva, os controles do corpo e os controles emocionais. O idoso, no entanto, devido a inúmeros fatores, sofre a ameaça da perda dos seus controles. A capacidade de controlar os movimentos do seu corpo diminui com o passar dos anos, assim também as capacidades comunicativas sofrem declínio devido à diminuição tanto da acuidade como da percepção visual e auditiva e também devido à perda da memória. Porém, vários estudos, realizados no exterior têm demonstrado que, através de

programas de treino, é possível melhorar a memória, a cognição, a solução de problemas e percepção de controle, entre outros aspectos do adulto maduro, permitindo ao sistema cognitivo um nível de funcionamento comparável ao exibido, quando mais jovens (Junqueira, 1998).

Para Elias (2001), quando nos referimos aos velhos, pode ocorrer uma crueldade expressa na zombaria acerca dos velhos desvalidos, e também da feiúra de alguns velhos. Segundo ele, isto era mais freqüente antigamente do que hoje, porém tal fato não desapareceu de todo. Quando as pessoas envelhecem, elas ficam, potencialmente ou realmente, menos fortes em relação aos mais jovens, ficam visivelmente mais dependentes dos outros. Presenciamos isto no nosso dia-a-dia, quando vamos ao supermercado, andamos de ônibus ou realizamos qualquer outra atividade.

Em sua obra A solidão dos Moribundos, Elias (2001) retrata a questão da velhice nas sociedades pré-industriais e industriais. Para ele, nas primeiras sociedades, a maioria da população se encontrava em vilarejos e sua ocupação era o cultivo da terra e a criação de gado. Nessa realidade, quem lidava e tomava conta dos que envelheciam e dos moribundos era a família, que os acolhia de maneira amável ou brutal. Vimos, então, que a família recebia seu velho, mas isto não significava experimentar um tratamento amável, fato que ocorre diariamente em nossas sociedades.

Ao discutir a questão da velhice, não podemos esquecer que este grupo também possui uma estratificação social de acordo com a idade e até mesmo uma hierarquia entre eles. Como diz Ana Foner (*apud* Barros, 1981), há uma estratificação social por idade. As pessoas são agrupadas em estratos segundo a idade cronológica. De acordo com Neugartan (*apud* Barros, 1981), a idéia básica é que existe não só uma hierarquia social por idade como também uma luta por maior poder dentro dessa hierarquia.

Para Barros (1981), a velhice, como estigma, não está necessariamente ligada a idade cronológica. Os traços estigmatizadores da velhice evidenciados na literatura por ela analisada ligam-se a valores e conceitos depreciativos: a feiúra, a doença, a desesperança, a inatividade, a pobreza, a falta de consciência de si e do mundo. Embora o estigma da velhice possa existir, não são todos os que chegam a uma determinada idade que se tornam possíveis indivíduos estigmatizados. Isto devido a diferenças sociais, quer dizer, muitos por não possuírem bens materiais ou pertencerem a famílias de nome, são os estigmatizados enquanto que idosos empresários são reconhecidos e até respeitados, fortalecendo assim a idéia do mundo capitalista.

Neste capítulo procuramos resgatar análises sobre a velhice e suas transformações, tendo como objetivo apresentar ao leitor às várias formas de se compreender o termo velho e velhice, bem como demonstrar os caminhos e as várias opiniões que esta fase percorreu até os nossos dias. Enfim, no próximo capítulo nos debruçaremos sobre a questão da família, discutindo sua trajetória no decorrer dos séculos, e as relações de gênero.

*P@rtes*

## 2. FAMÍLIA, VELHICE E GÊNERO

A questão da família e a do idoso são muito semelhantes no que se refere à conceituação, pois ambas se apresentam de formas diferentes em diversas culturas, como também em diferentes épocas. Como afirma Áries (1981), as formas históricas da família variam muito em termos de sua estrutura, formas de autoridade, funções, extensão de parentesco integrado e autonomia em relação ao meio social. De acordo com Mello:

“Família é um fenômeno histórico e sociocultural, cujas manifestações variam temporal e espacialmente, e que neste final do século XX se caracterizou pela distinção entre funções conjugais e parentais, principalmente em face da autonomização das esferas da conjugalidade e da sexualidade em relação à produção. Em consequência, o casal tende a ser socialmente representado menos como grupo organizado e hierarquizado, destinado à reprodução biológica, e mais como espaço de exercício de amor e de cooperação mútua, consagrado à reprodução social” (1999: 08).

Osório (1996) afirma que foi a partir da Idade Média que a família começou a estruturar-se nos modelos da sociedade cristã ocidental de hoje, passando a ter uma vida privada e não pública, como acontecia anteriormente. De acordo com Áries (1981), o sentimento de família, tal como o conhecemos hoje, surgiu a partir do século XV. O sentimento de família engloba todas as emoções inerentes à pessoa: identidade, pertença, aceitação, rejeição, amor, carinho, raiva, medo, ódio. Certamente é esta fusão de opostos que torna a família tão complexa e sua compreensão um desafio interminável. (Souza, 1996).

A partir do século XVI, o retrato de família se libertou de sua função religiosa. O sentimento da família, que emerge nos séculos XVI-XVII, é inseparável do sentimento da infância. Segundo Áries (1981), o sentimento da família era desconhecido da Idade média e nasceu nos séculos XV-XVI, para se exprimir com um vigor definitivo no século XVII. O sentimento moderno da família, ao contrário do sentimento medieval da linhagem, penetrou na devoção comum.

No antigo Egito, a família era formada pelo marido, pela mulher, pela concubina, pelos irmãos, parentes e os servos. Como a sociedade era dividida em castas, nelas se davam os casamentos entre consangüíneos. Nas classes privilegiadas, o casamento entre irmãos era tido como “casamento perfeito”. A mulher exercia um papel de extrema importância, que era de conduzir o grupo familiar na obediência ao faraó, como também a linhagem e a herança eram transmitidas pela mesma (Souza, 2002).

Na Grécia Clássica, a família já possuía outra característica, sendo agora nuclear, isto é, era formada por pai, mãe e filhos. Essa família segue o modelo patriarcal e a

propriedade privada era transmitida de geração em geração. As mulheres eram inteiramente submissas aos maridos, não tendo direitos políticos nem jurídicos (Souza, 2002).

Nas sociedades antigas, podemos afirmar que as razões que levavam homens e mulheres a se associarem através do casamento e constituição de laços familiares eram uma ordem completamente distinta da de hoje, onde, o que prevalece é a liberdade individual que orienta os sujeitos na escolha recíproca de seus cônjuges. Vale ressaltar que nas sociedades antigas a participação do sujeito na escolha de seu parceiro era mínima ou mesmo nula. Segundo Mello:

“Vai ser com o advento e a expansão do cristianismo que a humanidade realizará uma expressiva transformação nas formas de concepção da família, casamento e das razões que levam homens e as mulheres a se escolherem como parceiros afetivos-sexuais. A constituição da família conjugal moderna passa a ser marcada por duas características fundamentais: 1) a afirmação da individualidade dos sujeitos na escolha dos seus cônjuges, a partir dos ideais românticos; e 2) a maior independência dos novos casais em relação a sua família de origem” (1999: 67).

No Império Romano, a família se consolida como instituição e se organiza na descendência masculina. O casamento era um ato privado e não público e se baseava nos contratos entre famílias, sendo os acordos feitos em função dos dotes (Souza, 2002). Podemos dizer que a concepção romana de família estava fundada na natureza patriarcal e possessiva dos vínculos, “onde a mulher devia obedecer a seu marido” (Osório, 1996: 25). De acordo com Mello:

“A estrutura interna da família romana não se baseava na consangüinidade, mas na submissão ao pátrio poder ou à dependência do dono da casa. Estavam excluídos todos os parentes de sangue por parte da mulher e mesmo os descendentes em linha masculina quando emancipados. A família romana podia ser caracterizada como uma unidade política, centrada no poder do pai sobre a esposa, os filhos e os escravos” (1999: 65).

No feudalismo, começa gradativamente a valorização do individualismo e da privacidade doméstica, porém a sociedade ainda apresentava fortes resquícios gregários. A organização familiar se dava pela linhagem do marido, mas poderiam ser incluídos nesta os parentes, amigos e vassalos. Segundo Osório (1996), apesar dessa época iniciar a questão da valorização da privacidade, ainda não se tinha na família uma instituição privada. O senhor feudal, por deter o poder econômico, na velhice continuava sendo respeitado, porém entre os vassalos poucos alcançavam essa fase e os que a atingiam eram desvalorizados e sua velhice era vista de forma depreciativa (Souza, 2002).

No século XVIII, nas cidades, a família vai deixando o caráter patriarcal, devido à multiplicidade dos empregos e à expansão da vida social que permitiram aos jovens casais fundarem seus próprios lares. A transformação da família modifica a relação entre netos e

avós: em lugar de um antagonismo, faz-se entre eles uma aliança. Não sendo mais chefe de família, o avô torna-se cúmplice das crianças, passando por cima dos pais e, inversamente, as crianças encontram nele um companheiro divertido e indulgente (Beauvoir, 1990 b).

De acordo com Velho (2001), a morte dos avós constitui-se em severo golpe na sociabilidade familiar. Irmãos, primos e cunhados passam a se encontrar menos, embora alguns indivíduos possam vir a desempenhar o papel de mediadores de relacionamento, por ocasião de desaparecimento da geração mais velha. Tios e tias portadores de memória familiar, possuidores de prestígio e, ou recursos materiais e simbólicos podem continuar articulando as redes de parentesco.

A família encontra-se em um processo permanente de modificação e mudança (Pintos, 1997). De acordo com as transformações da sociedade, ocorrem, no mesmo sentido, alterações nas relações familiares, pois a família acompanha as mudanças sociais. Porém, pode ocorrer também que transformações dentro da família provoquem modificações de certos padrões sociais.

Na perspectiva de Rolla:

“A família é uma criação do ser humano que dá uma resposta ao desejo de ter um grupo de pessoa que atuem sobre interesses comuns e com o desenvolvimento afetivo, em que os afetos sejam recíprocos, para obter soluções para problemas do ciclo vital” (apud Pintos, 1997).

De acordo com Souza (1996), as famílias dependiam antigamente do trabalho dos filhos, considerados como “riqueza do pobre”, o que talvez explique a prole numerosa nas classes baixas. É aproximadamente a partir da década de 50 que começam a surgir às modificações mais marcantes no modelo familiar brasileiro, a verticalidade das relações começa a ceder lugar à busca de uma horizontalidade que caracteriza a “família igualitária” (Souza, 1996). As diferenças intrínsecas são mantidas, mas homem e mulher tendem a se tornar iguais, realidade esta presente na nossa sociedade. Aquela idéia de família composta por pai, mãe e seus filhos, de preferência muitos, que viviam em harmonia absoluta entre si, devido os papéis serem bem definidos, é transformada, favorecendo assim, a reestruturação da família.

À medida que as famílias vão se modificando, as famílias nucleares passam a requerer o subsídio de instituições que as ajudem no momento de decidir a melhor assistência e providência para o idoso. As instituições muitas vezes são as encarregadas de fazer algo pelos velhos.

A respeito da família no Brasil, Mello nos informa que “ao longo de todo período colonial, prevaleceu uma grande promiscuidade sexual, expressa particularmente nos abusos sexuais recorrentes nas relações entre senhores e escravos/as” (1999: 77). Com relação à família patriarcal, destaca que:

“ (...) embora a família patriarcal tenha existido e desempenhado um papel de grande importância no desenvolvimento das representações e práticas sociais acerca da família brasileira, esta família patriarcal, imersa que estava numa sociedade multifacetada, móvel e dispersa, foi obrigada a dividir espaços com outras formas de organização dos vínculos conjugais e das relações entre pais e filhos, a exemplo de núcleos familiares relativamente próximos do modelo burguês, das uniões consensuais, das famílias monoparentais, via de regras chefiadas por mulheres, e do celibato” (Mello, 1999:78).

Vale ressaltar que as formas sociais da família brasileira, no período colonial ou imperial, variavam muito de uma classe social para outra. De acordo com Samara (1988), a estrutura da família varia não só de uma sociedade para outra, mas também de uma classe para outra numa mesma sociedade. Podemos citar como exemplo a família pertencente à casa grande, onde a norma era a presença de famílias extensas que se encontravam na figura do patriarca, estando a mulher, os filhos, os parentes e amigos sob a dependência do senhor de engenho (Mello, 1999). No que se refere à família monoparental,

“No censo de 1836 registra a incidência de um grande número de mulheres como cabeças de família: dentre o total de fogos, 930 (63,2%) chefes eram do sexo masculino e 542 (36,8%), do sexo feminino, o que significa que praticamente um terço das famílias eram comandadas por mulheres” (Mello, 79).

Podemos afirmar, então, que o estilo monoparental predominante na nossa sociedade já vigorava há três séculos anteriores. De acordo com Mello (1999) havia uma rígida divisão dos papéis de gênero que também caracterizava as representações e práticas sócias relativas ao casamento e à família no Brasil colonial. As mulheres, “na maior parte das vezes, eram aprisionadas no espaço doméstico sob o jugo de pais, maridos, irmãos e mesmo filhos enquanto que os homens exerciam praticamente todas as funções de prestígio na esfera pública” (1999: 79).

Para Freitas (1986), o grande impulso a respeito da histografia da família brasileira se deu a partir dos anos 70. Nos séculos passados, tanto as sociedades européias, quanta a brasileira utilizavam o termo família como sinônimo de domicílio (Freitas, 1986). O dicionário Universal Laxikon de 1735 definia como família as diversas pessoas sujeitas ao poder e autoridade do chefe do domicílio seja por natureza ou “pela lei”. Áries definiu este conceito como “abrangendo a unidade conjugal, empregados, amigos e protegidos. Os portugueses do século XVIII, definiam família como as pessoas de que se compõe uma casa, pais, filhos e domésticos”(apud Freitas, 1986: 393). Segundo Freitas, a leitura de depoimentos

e relatos, de antigos dicionários e da documentação oficial leva a concluir que, para a sociedade brasileira, pré-industrial até fins do século XIX, família possuía o mesmo sentido hoje atribuído a domicílio. Na perspectiva de Iraci Costa (*apud* Freitas, 1986) família e domicílio são objetos distintos, sendo domicílio o conjunto de pessoas que mantêm laços de parentesco ou subordinação e vivem sob a autoridade do chefe do domicílio (indivíduo a encabeçar a lista normativa correspondente ao domicílio e que podia, ou não, ser o chefe de família) e família seria o casal, unido ou não perante a igreja com seus filhos, os solteiros com filhos e os viúvos com filhos. Em qualquer dos casos os filhos deverão ser solteiros, sem prole e coabitar junto aos pais.

Freitas (1986) organiza uma subdivisão a respeito dos tipos de famílias, sendo família nuclear simples aquela que é constituída pelo casal com ou sem filhos e, um indivíduo com filhos; família nuclear completa compreende duas ou três gerações vivendo conjuntamente. No caso de duas gerações, pelo menos um dos membros de segunda deve ser casada.

Na literatura, família é uma instituição fundamental e duradoura. A família brasileira seria o resultado da transplantação e adaptação da família portuguesa ao nosso ambiente colonial, tendo gerado um modelo com características patriarcais e com tendências conservadoras na sua essência. Estudos e pesquisas mais recentes tem tornado evidente que as famílias “extensas do tipo patriarcal” não foram as predominantes, especialmente no sul do país nos séculos XVIII e XIX, onde eram mais comuns aquelas com estruturas mais simplificadas e menor número de componentes (Almeida, 1987). Pode-se perceber que não existe um consenso com relação à utilização do termo “família”, significando para alguns o estudo do núcleo doméstico e para outro apenas o grupo de sangue.

Áries (1979) pressupõe que a família moderna nasceu no seio da burguesia da Europa por volta de 1750, mais tarde em alguns lugares, mais cedo em outros, onde o padrão demográfico desta família foi progredindo gradualmente para um padrão de baixa fecundidade e baixa mortalidade. Durante os estágios iniciais da revolução industrial, a classe trabalhadora tinha uma estrutura familiar *sui generis* que, no decorrer dos dois séculos seguintes, se tornou cada vez mais semelhantes à da burguesia.

Na literatura da história da família, a família burguesa é freqüentemente adotada como norma para todas as outras estruturas familiares. O casamento burguês vinculava o casal para sempre. As relações na família eram regidas por rigorosas divisões dos papéis sexuais. O marido era a autoridade dominante sobre a família e provia ao sustento dela pelo trabalho na fábrica ou no mercado. A esposa preocupava-se exclusivamente com o lar, ela limpava e

decorava por vezes com a ajuda de criadas, de acordo com o *status* social do marido. O principal interesse da esposa, durante boa parte do casamento, concentrava-se nos filhos. Nota-se que muitas coisas foram alteradas, como a questão do homem ser o responsável pelas despesas da família, pois atualmente há muitas mulheres que são “cabeças” de sua família, deixando de ser a “do lar” assumindo responsabilidades que antes não eram suas.

Ao discutir a respeito da família, Cervený (1994) apresenta quatro estilos, sendo a família de origem aquela que inclui a ascendência e a descendência da pessoa e dela fazem parte os pais do indivíduo, seus avós e seus bisavós. A família extensa apresenta uma abrangência vertical, pois nela são contidos ascendentes e descendentes, e também uma abrangência horizontal, incluindo irmãos e outros parentes como tios, primos. A família nuclear abrange pais e filhos e a família substituta é aquela que admite e assume em seu meio alguma pessoa com a qual não tem laços de parentesco, sendo um dos tipos de família que mais cresce nos nossos dias. Para Townsend (*apud* Barros, 1981), a família se distingue em duas formas: a família imediata e a família extensa. A primeira, caracterizada pelos pais e seus filhos solteiros, vivendo na mesma casa, e a segunda, que se define como um grupo de parentes que moram em uma ou mais de uma casa, mas se vêem freqüentemente. De acordo com este autor, a vida familiar dos velhos localiza-se nessa família extensa.

Áries (1979) faz um paralelo entre as seguintes famílias: burguesa, aristocrática, camponesa e da classe trabalhadora. A família burguesa era vista como um microcosmo privado, um santuário em cujos recintos sagrados nenhum estranho tinha o direito de entrar. O lar não era mais um lugar de produção, mas apenas de lazer, de tempo despendido fora do mundo dos negócios. Os homens tratavam os outros como coisas, cada um deles calculando seus interesses próprios. O tom hostil do capitalismo definiu a família como um oposto negativo, como um lugar de relações íntimas, afetuosas, cordiais e emotivas.

Segundo Texeira (1996), na família burguesa, algo de novo surge no requisito casamento, que se torna um ato público e mediante contrato jurídico que tem como finalidade assegurar os bens acumulados pela família. No que se refere à sexualidade, ficava limitado o prazer sexual da mulher e a sua sexualidade era única e exclusiva para a procriação.

A partir daí, surgiram novos padrões que favoreceram o aumento do contingente de pessoas idosas devido à diminuição da mortalidade e um aumento da expectativa de vida. A população idosa nesta época era considerada como dependente da caridade dos filhos. O velho é por essa família cuidado, porém como um peso, devido ser alguém a mais para alimentar.

Entre os pobres, poucos chegavam à velhice e os que lá chegavam eram considerados improdutivos no trabalho, pessoas obsoletas conforme explica Debert (1996). Osório (1996) comenta que a família proletária renuncia à posse dos meios de produção e passa a buscar os bens de consumo.

A família da aristocracia européia incluía uma mistura de parentes, dependentes, criados e clientes. Os aristocratas eram propensos a ter mais filhos do que as classes inferiores e uma taxa de mortalidade infantil ligeiramente menor. Os aristocratas consideravam-se parte de uma rede de relações de parentesco ou linhagem cuja preservação era a suprema importância. O casamento pouco tinha a ver com amor ou de fato com o sexo. Os aristocratas faziam amor com a criadagem e com outros aristocratas. As crianças estavam nas mãos de criados desde o momento em que chegavam ao mundo. Pais e mães raramente se preocupavam com os filhos, especialmente durante os primeiros anos formativos. As crianças eram consideradas pequenos animais, não objetos de amor e afeição. Os bebês nobres eram amamentados por ama-de-leite, as crianças formavam seus primeiros vínculos com alguém que não pertencia à família (Áries, 1979).

Os camponeses do Antigo Regime casavam muito tarde (perto dos 30 anos) e tinham poucos filhos vivos (4 ou 5 anos) em qualquer período dado. Durante o ciclo da família, havia um período em que três gerações viviam na mesma casa. Os camponeses viviam em estrita proximidade com outros aldeões e havia numerosos parentes vivendo perto. Os laços de dependência com a aldeia eram tão fortes que a sobrevivência não era possível no nível da unidade familiar. Embora fosse numericamente pequena, a família estava entrelaçada num vasto círculo de sociabilidade, pois a família não estava isolada da sociedade como um mundo privado. A aldeia era a família dos camponeses. A autoridade social não estava investida no pai da casa, mas na própria aldeia, nada podia ocorrer de alguma importância numa família que não fosse conhecido pela aldeia e por esta fiscalizado. Os casamentos e as relações entre marido e mulher, entre pais e filhos, tudo era esmiuçado pelos aldeões e eram estes que impunham sanções, as mulheres tinham a função de regular os casamentos e fiscalizavam o namoro em reuniões à noite.

De acordo com Áries (1979), a partir do século XVI, o estado interveio nos casamentos, tentando reforçar a autoridade patriarcal. As mulheres na aldeia transmitiam as mães jovens os conhecimentos tradicionais sobre amamentação, enfaixamento. Os aldeões queriam ter a certeza de que os costumes e as tradições eram mantidos na criação dos jovens. As crianças camponesas do século XIX, que tinham idades entre sete e dez anos, eram

usualmente enviada para a casa de outro camponês, por um período de aprendizado. A criança camponesa participava desde tenra idade de toda a rotina da vida da aldeia.

A respeito da família da classe trabalhadora, pode-se dizer que no decorrer de um século, esta começou a parecer-se muito com a burguesia. O padrão emocional da família da classe trabalhadora na primeira metade do século XIX não se assemelhava com a da burguesia. As crianças proletárias tinham pela frente uma rede muito mais ampla de adultos, o processo de socialização dessas crianças era realizada nas fábricas e não no lar. Recorremos a esta análise com o objetivo de compreender as diferenças entre os quatro estilos de família, no intuito de evidenciar algumas características que estejam presentes na nossa sociedade.

Na análise de Vaitsman (1994), até poucas décadas atrás, a única forma aceita de institucionalizar as relações afetivo-sexuais era através do casamento legal e indissolúvel. Hoje, neste campo, a heterogeneidade institui-se, ganhando legitimidade social e cultural. Após a aprovação do divórcio em 1977, as relações conjugais não formalizadas legalmente generalizaram-se. De acordo com esta autora:

“As separações e os novos casamentos aumentaram o número de pessoas que vivem com parceiros que não são os pais ou mães dos próprios filhos. Além dos casais homossexuais, conquistaram seu espaço as pessoas que vivem sós, livres do estigma de solteirões, as mães solteiras e os descasados de ambos os sexos que, juntamente com o exercício simultâneo de alguma atividade remunerada, assumiram a criação dos filhos sem a presença cotidiana de um parceiro (1994: 45)”.

Para Velho (2001), um dos fenômenos mais importantes que ocorreram nos últimos 50 anos na sociedade brasileira foi o aumento quantitativo e a mudança de significado da separação conjugal. Esse processo vai se acentuando nos anos 60, associado a valores onde a felicidade individual desvincula-se do compromisso conjugal vitalício, sublinhando a importância de uma dimensão afetivo-sexual que passa a ter um papel cada vez mais proeminente, no ideário das camadas médias urbanas. O rompimento do casamento, quase impensável antes da Segunda Grande Guerra, passa a ser tolerado e, em poucas décadas, aceito como fato normal em grande parte da sociedade. Para Mello

“A felicidade familiar lentamente vai sendo alterada e a pluralidade de modelos vai se estabelecendo como uma realidade inquestionável. Com a acelerada urbanização e a crescente industrialização verificadas ao longo do século XX, que possibilitou o Brasil a entrar no cenário do capitalismo internacionalizado, no que se refere aos termos sexualidade, conjugalidade e reprodução, deram início a um novo conjunto de mudanças, que primeiramente foram a passos lentos e em seguida velozes e profundas, nas representações e práticas relativas à família, ao casamento e ao amor” (1999: 81).

Essa reflexão nos remete à análise que alguns autores fazem do período da história em que as mulheres começam a reivindicar maiores direitos e igualdade, implicando o aumento das taxas de separações entre os casais. O advento da pílula anticoncepcional e a

conseqüente liberalização da sexualidade impulsionaram a mulher na busca de uma igualdade com o homem, o que também contribuiu com a sua entrada no mercado de trabalho com a participação efetiva no orçamento doméstico (Souza, 1996). De acordo com Araújo (1999), no século XIX, as mulheres lutam pelo direito de votar, com a devida oposição masculina, que vê na natureza feminina características como docilidade, afetividade, fortaleza moral e falta de desejo sexual. A mulher começou a reivindicar um lugar na sociedade. Não queria ser apenas a sombra do marido, ou precisar casar-se para atingir o *status* de adulta.

Os movimentos feministas na década de 1960 questionavam a situação da mulher, a virgindade, o aborto e o casamento. A mulher impôs-se como força de trabalho necessária à subsistência da família. Com a nova situação decorrente da divisão de poder com o marido, criou-se uma estrutura familiar inédita que deixou de ser patriarcal em grande número de famílias para se tornar democrática.

A luta pelos direitos da mulher, sua liberdade sexual, igualdade de direitos sociais, profissionais e conjugais, levou ao questionamento dos valores até então estabelecidos. Feministas lutavam pelo aborto, que foi liberado em alguns países, embora sob forte oposição da Igreja Católica (Souza, 1996).

Segundo Vaitsman:

“Os conflitos que eclodiram na família conjugal moderna são apresentados através das alterações nos papéis exercidas pela mulher (de mãe e esposa), geralmente incompatíveis com o sistema industrial, onde os valores universalistas e igualitários da sociedade industrial favorecem a igualdade sexual, pois criam oportunidades de melhor educação e emprego para as mulheres. Com o aprofundamento da modernização, da industrialização e da urbanização, as mulheres redefiniram sua posição na sociedade e com isto abalou-se a dicotomia entre público e privado atribuída segundo o gênero. Esses acontecimentos possibilitaram a crise e a transformação da típica família moderna” (1994: 47).

A partir de meados dos anos 60, a expansão das classes médias urbanas e o aumento da participação feminina na esfera pública, em atividades educacionais, profissionais, científicas, políticas e culturais, começam a corroer as bases da família conjugal moderna. Para Vaitsman:

“Desempenhando múltiplos papéis na esfera pública e em suas vidas cotidianas, muitas mulheres deixaram de restringir suas aspirações ao casamento e aos filhos. A participação da mulher nas diferentes esferas sociais e sua constituição como indivíduo abalaram o individualismo patriarcal institucionalizado na família conjugal moderna. Este processo de aprofundamento e extensão do individualismo, através do qual as mulheres passam a ter aspirações e construir identidades não mais ligadas exclusivamente à esfera privada, estimula a instabilidade e a volatilidade nas relações íntimas, no casamento e na família” (1994:48).

No século XXI, surge a família denominada por Osório (1996) como a “família da Aldeia Global”. Segundo esse autor, a família surge da necessidade de conviver e de estar

junto, mas também pelo desejo reprodutivo. Tem essa família às funções de dar segurança física e psicológica a seus membros, fornecendo identidade familiar, ou seja, sentimento de pertencer a esse grupo. Com o surgimento da globalização, a família tem mostrado uma tendência a apresentar características comuns em diferentes lugares. Como exemplo, temos a família japonesa, que sempre primou pela valorização de seus idosos, e que, no entanto hoje, apesar de continuar dando maior atenção a seus idosos, comparando-se com a família ocidental, percebe-se já certo grau de abandono ou de isolamento de algumas pessoas idosas (Souza, 2002).

Na “Aldeia Global”, a vida competitiva é muito reforçada e a procura por bens de consumo torna-se freqüente. A mulher começa a conquistar espaço no mercado de trabalho devido à necessidade de contribuir nas despesas que antes eram de responsabilidade do marido.

Do ponto de vista sistêmico, a família é um organismo complexo, cujos elementos estão em constante interação. A família, desta visão, teria certas funções, as quais, embora de forma e em momentos diferentes, todos seus membros buscam exercer. Minuchin (1982) aponta duas funções essenciais da família, as quais são: “proteção” e “pertencimento”, ou seja, cada membro se identifica como fazendo parte da sua família.

Na família há um circuito relacional. A comunicação circula entre todos os elementos de forma verbal. Assim, comportamentos e mudanças em cada indivíduo modificarão os demais e isto retornará ao primeiro, afetando-o também. Segundo Teixeira, “O sistema familiar é formado por subsistemas, através dos quais cumpre a finalidade de contenção e diferenciação de seus integrantes” (1996:15).

Em um sistema existem vários subsistemas, e um mesmo indivíduo pertencente a mais de um subsistema, atuando em cada um deles através de papéis definidos e de forma diferente. Minuchin explica que:

“Cada indivíduo pertence a diferentes subsistemas, nos quais tem diferentes níveis de poder e onde aprende habilidades diferenciadas. Um homem pode ser um filho, um sobrinho, um irmão mais novo, um marido, um pai e assim por diante. Em diferentes subsistemas, ele ingressa em diferentes relações complementares” (1982: 58).

Nos subsistemas existem fronteiras, pois cada um tem a sua delimitação própria. Para que haja a diferenciação dos subsistemas, as fronteiras devem existir e serem respeitadas. Cerveny define família como: “um sistema de relações que são significantes mesmo que não haja interdependência entre os vários subsistemas” (1994:23).

Ao nos referirmos à importância da família para o indivíduo, vimos que esta tem por finalidade garantir a satisfação de necessidades físicas, emocionais e sociais de seus membros e a estrutura familiar surge em função dessas necessidades, que por sua vez geram instabilidade ao conjunto levando a uma modificação da estrutura familiar.

Podemos pensar que a família colonial extensa transformou-se na nuclear, e tende a se transformar na recomposta ou na monoparental. Segundo Scott (2001), as mulheres chefes de família vêm ascendendo regularmente em quantidade e proporções durante toda a segunda metade do século XX, tendo atingido o nível de um em cada quatro arranjos. Há uma diversidade de condições que resultam em a mulher se tornar chefe de uma família. Num estudo recente sobre os domicílios na zona da mata pernambucana, ficou claro que o homem que mora sozinho na velhice está menos satisfeito e tem menores recursos do que as mulheres na mesma condição.

À medida que o casamento deixou de constituir um fim em si mesmo, tornando-se uma das dimensões de sua vida, que incorporou outros projetos e aspirações pessoais, essas mulheres desafiaram um conjunto de práticas e valores que conformavam os fundamentos da legitimação de um sistema hierárquico de relações de gênero e família. Segundo Vaitsman (1994), não se trata da substituição de um tipo dominante de família, a conjugal moderna, por outro tipo, a pós-moderna, uma vez que a família marcada pela dicotomia entre papéis não desapareceu, nem foi substituída por um tipo de família que possa ser chamada de pós-moderna. O que caracteriza a família e o casamento numa situação pós-moderna é justamente a inexistência de um modelo dominante.

De acordo com Souza (1996), o grande número de separações originou a família monoparental, predominantemente formada pela mãe e filhos, embora haja um aumento progressivo do número de pais que assumem a guarda dos filhos. Na família monoparental, o triângulo (mãe/pai/ filhos) deixou de existir na realidade concreta, o que implica negociações que podem se tornar difíceis. Outro ponto em destaque a respeito da família monoparental é a chamada “produção independente”, que vem se difundindo e atraindo muitas mulheres, onde a mulher deseja um filho, mas não se vê numa relação estável com um homem. A família monoparental é, muitas vezes, um momento de passagem para família do recasamento. Esta parece, segundo Souza (1996), ser a família mais característica dos tempos atuais em todos os segmentos da sociedade dada à transitoriedade da relação homem – mulher.

Segundo Mello, “a família não se desfaz, mas refaz-se, seja na forma monoparental, seja por meio da incorporação de um novo cônjuge ao núcleo familiar” (1999: 88). Para este autor, o que existe é um “polimorfismo familiar”, isto é, a família que não

corresponde ao modelo idealizado “não esta desorganizada, mas organizada de maneira diferente, segundo as necessidades que lhes são peculiares” (Mello, 1999: 88). Na perspectiva de Vaitsman, “A família não acaba ao dissolver-se o seu núcleo original. Ela muda de lugar, desloca seus significados, reconstitui seus conteúdos, rearranja suas formas e, flexivelmente, redefine suas fronteiras e redes de apoio” (1994: 168).

Como afirma Mello:

“A monoparentalidade é um fenômeno que vem ganhando visibilidade social crescente, como uma das expressões maiores de diversidade dos arranjos familiares no Brasil contemporâneo, onde a relação entre pai-filho ou mãe-filho constitui o todo do núcleo familiar, podendo implicar duas situações distintas: aquela em que um dos pais torna-se referência parental única e exclusiva da criança e uma outra onde, apesar da prevalência relativa de um dos pais na relação com o/a filho/a, ambas as figuras parentais ainda constituem uma referência familiar unificada para a criança, com o casal conjugal transformando-se um casal parental” (1999: 89).

E acrescenta:

“A monoparentalidade tenha se feito presente no Brasil desde os tempos coloniais, o reconhecimento social dessa modalidade de família vem ganhando uma legitimidade cada vez maior, deixando as crianças filhas de pais solteiros ou divorciados de serem vítimas da discriminação, estigmatização e marginalização social que até recentemente atingiam os integrantes de núcleo familiares que não correspondiam ao modelo idealizado” (1999: 90).

A respeito do debate sobre a importância da família no processo de envelhecimento, Leme e Silva (2002) afirmam esta instituição como a base e a estrutura social de qualquer indivíduo, e por isso o estudo do relacionamento do idoso com a família é primordial no sentido da compreensão das peculiaridades da vida e da saúde nesta fase da existência. Com o passar dos anos os membros da família vão envelhecendo e então se inicia uma fase onde entra em cena o idoso, que, por sua vez, exige um cuidado especial e uma maior atenção. Devido à pessoa passar por um processo de diminuição da capacidade adaptativa paralelamente há um aumento de sua dependência familiar.

Leme e Silva (2002) nos alertam para uma mudança radical com relação ao número de filhos, pois, segundo eles, podemos estar entrando na era chamada Síndrome do Filho Único, e tal mudança nos leva a várias questões como: se há quarenta anos atrás as famílias tinham cinco ou mais filhos e, por sua vez, quando os filhos cresciam e ficavam adultos não tinham as condições básicas para cuidar dos seus pais, imagine agora com filho único? Bem, com essa progressiva diminuição do tamanho das famílias, é de se esperar que a gravidade do abandono dos idosos seja uma situação que venha a se transformar numa verdadeira epidemia mundial nas próximas décadas.

Na análise de cultura pós-moderna feita por Jameson (*apud* Vaitsman, 1994), o sujeito autônomo, autocentrado, correspondente ao período do capitalismo clássico e da família nuclear, estaria fragmentando-se e desaparecendo. A livre escolha é o ponto fraco do casamento moderno, que, por isso mesmo, sempre esteve sujeito à dissolução, aprovada ou não pela lei secular ou religiosa. Quanto maior a possibilidade efetiva de escolher, maior o espaço para o conflito entre o individual e o coletivo se expressar. Segundo Velho:

“O casamento fundado na concepção moderna de amor singular, eterno e dirigido a um indivíduo único e insubstituível, que povoa o imaginário social romântico e burguês do período de ouro da modernidade, parece ter ficado para trás. O casamento vem se tornando, cada vez mais num assunto dos indivíduos diretamente envolvidos e menos de suas famílias e universos de parentesco de origem (1996:57).

Ao valorizar as experiências particulares de grupos e indivíduos, as tendências pós-modernas rejeitam qualquer idéia de totalidade, desde a concepção de uma história universal da humanidade, até o domínio de um único estilo ou solução técnica. Na pós-modernidade, a pluralidade, o particular e local contrapõem-se a idéias de unidade, de geral e de universal, que constituem o eixo da modernidade.

## 2.1 GÊNERO E VELHICE

Para se compreender melhor o envelhecimento, houve a necessidade de se criar uma área específica denominada de gerontologia. Segundo Zimmerman (2000), a gerontologia tem como meta o bem-estar integral do idoso, com a participação de técnicos de diversas áreas, como assistentes sociais, fisioterapeutas, psicólogos, terapeutas ocupacionais, enfermeiros, entre outros. Note-se que a gerontologia, ao assumir para si o compromisso primário de promoção de mudanças na condição de vida das pessoas idosas, forma uma parceira ideal com a sexologia, disciplina por excelência de intervenção sobre o sexual, que, por seu turno, encontra no estudo do envelhecimento um campo fértil para o debate sobre as “disfunções sexuais”. Pode-se dizer, segundo Brigeiro (2002), que o estudo da dimensão da sexualidade na velhice se dá pelo diálogo interdisciplinar entre a gerontologia e sexologia, uma vez que se estabelece uma partilha de certos conceitos comuns. Este trabalho multidisciplinar tem como objetivo resgatar o valor do idoso, procurando integrá-lo na família e na sociedade e garantir-lhe uma melhor qualidade de vida (Zimmerman, 2000).

Segundo Araújo (1999), o sexo se inseriu dentro das normas de convivência desde a pré-história, pois foi neste período que se iniciou a organização das pessoas em grupo, quando o homem sentiu a necessidade de estabelecer regras de convívio. As práticas sexuais

obedeciam a regras e exigências cerimoniais. Para ele, num determinado momento da história, o sexo deixa de ser apenas biológico para tornar-se cultural.

Uma pesquisa realizada por Doll (1999) faz um estudo comparando como se dá o processo de envelhecimento na Alemanha e no Brasil. Ao retratar as afinidades entre os idosos e seus familiares, Doll observou que os homens indicaram dispor de uma rede social maior fora da família do que as mulheres e percebeu também que, enquanto a maioria dos homens é casada, a porcentagem das mulheres não casadas (separadas, solteiras e viúvas) é bem maior. Isso deve ser também uma das razões porque, do grupo todo, a parcela de mulheres que vivem sozinhas é bem maior do que a dos homens. Outro resultado concluído pela pesquisa é que os homens indicam mais contatos com familiares tanto na Alemanha como no Brasil.

Para Goldenberg (1999), o conceito de gênero, relativamente recente, surge para desnaturalizar os papéis e as identidades atribuídos ao homem e à mulher. Os estudos de gênero buscam questionar a idéia de natureza feminina e masculina e reforçar a concepção de que as características consideradas peculiares à mulher e ao homem são, na verdade, socialmente construídas, produto de determinada educação.

Também discutindo sobre gênero, Brigeiro (2002: 24), nos informa que os homens são referidos como especialmente mais limitados em sua concepção de sexualidade do que as mulheres, tendendo a concentrar seus interesses na região genital e no curso da penetração. Os homens também são vistos como mais interessados por sexo e possuindo uma frequência maior de relações sexuais em comparação as mulheres. As conclusões sobre o universo feminino são de que elas apresentam, sob esse aspecto, menores dificuldades quanto à vida sexual na velhice, já que a sexualidade delas é menos localizada.

A diminuição da atividade sexual das mulheres na velhice é associada ao surgimento de doenças dos seus cônjuges, ao desinteresse destes e também a sobremortalidade masculina (Brigeiro, 2002). Vale ressaltar que, para Fucs (1999), a sexualidade na velhice não termina, apenas reflete o que foi a sexualidade para essa pessoa em seus anos anteriores. Na análise desta autora, em terapia observa-se que os problemas surgidos na velhice são plantados antes, podendo, portanto, ser evitados com prévia educação adequada.

Parece não haver dúvidas de que a sexualidade é benéfica para a velhice. Estudos de grandes amostras apresentam entre seus resultados uma forte correlação entre atividade sexual e satisfação da vida entre idosos (Marsiglio e Donnelly, 1991; Mathias et. al , *apud*

Brigeiro, 2002). Segundo o posicionamento de Risman, “o sexo é importante na terceira idade principalmente pela promoção de prazer” (*apud* Brigeiro, 2002: 215).

De acordo com Brigeiro (2002), os argumentos defendem que a expressão da sexualidade pelos idosos é invariavelmente discriminada pela sociedade, inserindo-se em um contexto mais amplo de preconceito social contra os velhos, de modo a impedir concretamente a possibilidade efetiva da prática. Tal discriminação contra a sexualidade não é somente exercida pelos mais jovens, mas também, efetuada por parte dos próprios velhos.

Para Brigeiro (2002), os autores são unânimes em afirmar que a atividade sexual não se extingue com o passar dos anos, a despeito da diminuição de sua frequência, reconhecida empiricamente. A velhice, como descrevem, instaura uma nova concepção de sexualidade

Nessa mesma linha, Haddad (1986) demonstra que os especialistas percebiam uma diferença no envelhecimento entre homens e mulheres, pois, embora as mulheres vivam mais que os homens, estas envelhecem de maneira rápida, especialmente, no ponto de vista físico. Segundo Reis (2002), a menopausa, logo à primeira vista, refere-se a uma associação entre o fim da vida procriativa da mulher e o início do envelhecimento. Nessa visão, envelhecimento relaciona-se a um processo de perda ou redução das atribuições tradicionais a posições das mulheres, centradas na capacidade de sedução, na beleza física etc.

A cessação dos fluxos menstruais vêm representar, portanto, uma marca de alteração negativa dessa “feminilidade”. No que se refere à relação menopausa-envelhecimento, alguns estudos etnográficos têm demonstrado que a menopausa é tomada, em várias culturas, como marcador de um novo *status* social, no que tange às diferenciações etárias, por exemplo: “Entre os Samo, do Alto Volta, a mulher, ao atingir o fim de sua vida reprodutiva, passa a participar do conselho de anciãos, tornando-se uma espécie de sábia e alcançando um *status* masculino” (Heilborn, 1992: 109).

Nas sociedades ocidentais, a “discrição” sobre a menopausa parece relacionar-se a uma atitude que busca velar a ocorrência ou a importância desse fato fisiológico, sendo este ser revestido de uma simbologia negativa, pois a menopausa nestas sociedades é a marca que consolida o reconhecimento social do envelhecimento feminino (Reis, 2002).

A pesquisa realizada por Reis (2002) mostra que as inscrições corporais como rugas, cabelos brancos, abdômen e seios flácidos, ganho de peso e perda de elasticidade na pele são os “sinais do tempo” mais frequentemente apontados pelas entrevistadas como decorrentes do processo de envelhecimento. Alguns depoimentos valorizam as inscrições corporais, físicas, como resultante do “legado da vida”: “acho bonito um rosto marcado, um

rosto envelhecido, embora não seja sem nenhuma dor. Ele traz consigo as marcas da experiência” (Sarah, *apud* Reis, 2002). Podemos perceber, através deste depoimento, que há pessoas que valorizam o tempo, a experiência, pois, percebem que tais características são sinônimas de sabedoria e, ao compreenderem a velhice como tal, as chances de viverem mais aumentam, devido à elevação da auto-estima.

De acordo com Reis (2002), a experiência social do envelhecimento está condicionada, de modo contundente, por um diferencial de gênero, que traz implícita uma hierarquia e assimetria entre homens e mulheres. Diferentemente, aos homens da mesma idade não correspondem representações sociais relacionadas ao “declínio” físico, ou ao início de um processo de envelhecimento, na medida em que as marcas corporais similares são interpretadas positivamente. Como exemplo, os cabelos brancos que são identificados na maioria dos casos como símbolos de “charme” e elementos de sedução, no caso masculino, enquanto, nas mulheres, revestem-se de uma conotação negativa, tomados como sinônimos de “velhice” e de perdas de atributos de feminilidade.

Como estamos enfatizando nosso interesse em relação ao gênero, selecionamos uma autora que discute a velhice dentro do mundo feminino. Barros (1981) aponta em seus estudos dois modos prioritários de pesquisar a velhice. O primeiro procura tratar a velhice como um período da vida em que ocorre uma diminuição das áreas de relacionamento familiar e de amizade, sendo isso compreendido como uma perda; o outro caminho é estudar a velhice dentro de uma perspectiva da família nuclear (pais e filhos). Procuramos desenvolver nossa pesquisa seguindo esses caminhos, pois como nosso interesse é compreender as representações familiares para os idosos, entendemos que ambos são os indicados para esta pesquisa. Ao remeter seu estudo para a questão da velhice feminina, no que se refere ao aspecto físico, observa que o corpo e o uso de artifícios para arrumá-lo fazem parte, de uma forma de controle de expressão da velhice, isto tanto para as mulheres que foram pesquisadas como para as velhas que residem em asilos. Nas suas entrevistas, percebeu que o fato de não ter saúde física ou mental é o ponto principal da representação de velhice para as mulheres.

Segundo Barros (1981), o fato de na época da realização das entrevistas, as mulheres não terem contatos diário com membros da família, não eliminava das relações familiares sua importância. Com relação à família, temos a seguinte conclusão:

“A família, como um grupo de pessoas ligadas por laços de parentesco, não era mencionada. Não se falava, por exemplo, a minha família, exceto quando era feito um retrospecto da infância e da adolescência, época em que as informantes viviam com os pais e irmãos. O relacionamento atual se dava individualmente, cada indivíduo sendo nomeado pelo seu termo de parentesco: o contato maior ou menor

com seus familiares estava vinculado aos interesses comuns que podiam existir entre eles e as informantes, e não aos próprios laços de parentesco” (1981:47).

A abordagem da família enquanto parentesco era mencionada, pelas entrevistadas de Barros (1981), somente no período da infância e adolescência, pois eram nessas fases que o idoso tinha um contato direto com seus familiares.

Vimos neste capítulo várias posições referentes à família e podemos afirmar que ela é de extrema importância na vida do indivíduo. Atualmente, não se tem um modelo ideal de família, embora ainda prevaleça o formado pelo casal heterossexual e filhos. Em seguida, destacamos algumas diferenças entre o homem idoso e a mulher idosa e observamos que a questão de gênero interfere no processo de envelhecimento, ou seja, no comportamento e nas atitudes dos idosos.

No próximo capítulo, discutimos a instituição asilar e o idoso. Apresentamos também as instituições asilares localizadas no município de Goiânia.

*P@rtes*  
FINAL

### 3. O IDOSO E O ASILO

Temos, hoje, o Estatuto do Idoso, Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003, que começou a vigorar a partir do dia 1º de janeiro de 2004, que prevê proteção legal específica para as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. De acordo com Estatuto, é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e a convivência familiar e comunitária.

No art. 4ª do Estatuto, está previsto que nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei. Ainda de acordo com o Estatuto, o envelhecimento é definido como um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, sendo obrigação do Estado a garantia de proteção e saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.

Com relação à violência, Debert (2001) ressalta em sua obra aquela exercida pela família contra os idosos. Para desenvolver seu artigo, a autora realizou pesquisas em duas instituições voltadas para a apuração dos delitos envolvendo idosos em São Paulo, as Delegacias de Polícia e Proteção ao Idoso e o Grupo de Atuação Especial de Proteção do Idoso (GAEPI) do Ministério Público do Estado. A implantação das delegacias de polícia, em 1992, foi, segundo Debert (2001), uma iniciativa brasileira pioneira, em resposta às reivindicações de alguns autores engajados na luta pelos direitos dos idosos. Podemos destacar que no município de Goiânia existe uma luta constante para a implantação de uma delegacia, devido o aumento de denúncias de maus tratos contra idosos.

A criação da GAEPI data de 1997 e a atuação desse grupo só pode ser entendida como fruto das mudanças ocorridas no Ministério Público de 1988, pois é a partir da GAEPI que a defesa de interesses difusos e coletivos passa a integrar as atribuições desse órgão. Essas instituições são parte de um conjunto de ações levadas a cabo por organizações governamentais e pela sociedade civil, empenhadas no combate às formas específicas pelas quais a violência incide em minorias discriminadas.

Em sua análise, Debert (2001) percebe que as causas envolvidas na produção dos crimes são vistas como de caráter moral ou resultados da incapacidade dos membros da família de assumir os diferentes papéis que devem ser desempenhados em cada uma das etapas do ciclo da vida. De maneira cada vez mais dramática, a família não é mais

indiscutivelmente considerada o espaço da harmonia, do carinho e do cuidado. Pelo contrário, para surpresa e indignação das audiências, esse é um espaço de relações de opressão em que o abuso físico e emocional, o crime e a ausência de direitos individuais competem com as estatísticas sobre a violência entre desconhecidos nos grandes centros urbanos.

Os SOSs Centros de Defesa dos Direitos e Conselhos Nacionais voltados para a mulher, criados nos anos 80, inspiraram as formas de implementação de políticas voltadas para criança e para o idoso. Para Zimerman (2000), há duas formas de violência contra o idoso. Uma delas é a violência manifesta, explícita, e a outra é aquela exercida de forma oculta. Este autor acredita que os maus tratos em relação aos velhos, praticados pela família e pelos cuidadores, são causados mais pela falta de preparo do que por má vontade. Existem casos de famílias pobres que maltratam os velhos física ou moralmente devido às condições de carência econômica. “Muitos velhos demenciados ficam presos em casa, por vezes amarrados, pois os filhos e netos precisam sair para trabalhar e não podem deixá-lo soltos, sozinhos” (Zimerman, 2000: 39).

Porém, não podemos esquecer que existem casos de maus tratos com idosos que possuem melhores condições financeiras. Como exemplo, podemos citar a falta de comunicação que complica bastante a relação do velho com a família, pois esta, muitas vezes, atropela o direito deste de se manifestar, desconsiderando a vontade do velho, acreditando que este não tem condições de decidir o que é melhor para sua vida. Existem várias formas de violência praticadas contra o idoso por sua família. Entre elas, o abandono e a superproteção, que, o impedem de fazer coisas para as quais tem condições plenas (Zimerman, 2000). Na perspectiva de Debert, “pensar na violência contra o idoso e nas instituições criadas para exercer um controle sobre ela é antes de mais nada descrever o processo histórico que leva à transformação da velhice num problema social” (2001:77). O problema social envolve um trabalho de conquista do reconhecimento público, tornando visível uma situação particular. Para Debert (2001), tratar da violência também é descrever um processo histórico que leva à transformação da agressão física e da negligência de um grupo etário pelo outro numa questão pública. Em sua análise, percebe que a preocupação pública com a violência direcionada contra o idoso é um fato muito recente na história das sociedades ocidentais.

Debert (2001) percebe que os idosos muitas vezes fazem denúncias sobre os maus tratos sofridos, porém não levam até o fim os processos contra os seus agressores. A grande maioria das queixas apresentadas nas Delegacias de Polícia de Proteção ao Idoso é feita por pessoas de 60 anos ou mais. “Dos cinqüentas boletins de ocorrência feitos no segundo semestre de 1993, na Delegacia de São Paulo, 32 envolvem relações de parentesco e em 25

deles o indiciado mora na mesma casa que a vítima” (Debert, 2001: 80). Conforme Debert (2001), a violência contra o idoso pode ser reduzida a uma nova face da violência doméstica, devido ao fato de as agressões aos idosos envolverem a apropriação ou ameaça a apropriação de seus bens ou de seus rendimentos da aposentadoria.

Hoje, nas sociedades industrializadas, o Estado tem a função de proteger o idoso como qualquer outro cidadão, da violência física e emocional. Mas, ao mesmo tempo, as pessoas, quando envelhecem e ficam mais fracas, são mais e mais isoladas da sociedade e, portanto, restritas ao círculo da família e dos conhecidos.

O Estado enquanto protetor do idoso promove políticas públicas direcionadas à valorização destes. Em nível de Brasil, podemos citar o Estado de Goiás, que aprovou a política Estadual do Idoso, Lei nº 13.463, de 31 de maio de 1999 que possui IV capítulos. Com relação a diretrizes, no art.4º, temos o inciso III que nos informa a respeito da priorização do atendimento ao idoso no seio da própria família, evitando a internação em instituições asilares. De acordo com Lydia Quinan, Superintendente de Assistência Social do Idoso e do Portador de Necessidade Física do Estado de Goiás, a Política Estadual do Idoso promoveu mudanças relacionadas com a maneira de ser do idoso, partindo do princípio que o nascer e o viver da terceira idade dizem respeito à sociedade em geral, e, principalmente, ao idoso. Já a Política Nacional do Idoso - PNI (Lei de 8.842 de 04/01/1994-Decreto 1.948 de 03/07/1996) foi criada também para assegurar seus direitos sociais, prevendo e dando condições para a promoção de sua autonomia, assegurando-lhe, desta forma, o direito de exercer a cidadania, ocupando o espaço que lhe é devido na família e na sociedade.

No capítulo II (Dos Princípios e das Diretrizes da Política Nacional), encontramos na seção II o art 4º que apresenta entre outras, as seguintes diretrizes: I - Viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso que proporcionem sua integração as demais gerações; II - participação do idoso, através de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das ações, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos...VIII- priorização do atendimento do idoso em órgãos públicos prestadores de serviços, quando desabrigados e sem família.

Tais dispositivos fortalecem a valorização que devemos ter para com os idosos, sempre nos atentando que estes já foram jovens e forneceram sua contribuição na nossa sociedade e seus direitos são garantidos por lei, apesar de muitos não terem conhecimento e acreditarem que as pessoas que têm mais idade não necessitam de apoio, pois já fizeram sua parte e devem se retirar para que outros ocupem seu lugar. Vimos também que a internação no

asilo deveria ser feito apenas para pessoas que não possuíssem vínculos familiares, isto é, que não tenha família.

A respeito das instituições asilares e suas obrigações temos na Política Nacional do Idoso e no Estatuto alguns artigos que protegem os idosos contra maus-tratos e abandono. Segundo o art.3º entende-se por modalidade asilar o atendimento, em regime de internato, ao idoso sem vínculo familiar ou sem condições de prover à própria subsistência de modo a satisfazer as suas necessidades de moradia, alimentação, saúde e convivência social. Destaca-se então que a família deveria acolher seu idoso, dando-lhe as condições necessárias para sua sobrevivência. No Inciso VIII, temos a seguinte orientação: A priorização do atendimento ao idoso em órgãos públicos com especial atenção a desabrigados e sem família, ou seja, a responsabilidade do Estado seria para aquele idoso que não possui família, que não tem ninguém para ajudá-lo. No parágrafo único: a assistência na modalidade asilar ocorre no caso da inexistência do grupo familiar, abandono, carência de recursos financeiros próprios ou da própria família. No art.17 afirma-se que o idoso que não tenha meios de prover à sua própria subsistência, que não tenha família ou cuja família não tenha condições de prover a sua manutenção, terá assegurado a assistência asilar, pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, na forma da lei. No art.18 fica claro a respeito da proibição ou não do idoso doente em instituições asilares, de caráter social, isso dependerá da avaliação médica prestada pelo serviço de saúde local.

No art.34 do cap.VIII, da Assistência Social do Estatuto do Idoso, está previsto que aos idosos a partir de 60 (sessenta) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família é assegurado o benefício mensal de (1) um salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social-Loas. No art.35 diz-se que todas as entidades de longa permanência, ou casa lar, são obrigadas a firmar conta de prestação de serviços com a pessoa idosa abrigada. No art.49 orienta que as entidades que desenvolvam programas de institucionalização de longa permanência adotarão os seguintes princípios:

- I - “Preservação dos vínculos familiares;
- II - Atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- III - Manutenção do idoso na mesma instituição salvo em caso de força maior;
- IV - Participação do idoso nas atividades comunitárias, de caráter interno e externo;
- V - Observância dos direitos e garantias dos idosos;

VI - Preservação da identidade do idoso e oferecimento de ambiente de respeito e dignidade”.(Estatuto do Idoso, Lei Nº. 10.191 de 1º de outubro de 2003).

O art.50 está relacionado às obrigações das entidades e dentre elas podemos citar:

“XV manter arquivo de anotações onde constem data e circunstância do atendimento, nome do idoso, responsável, parentes, endereços, cidade, relação de seus pertences, bem como o valor das contribuições, e suas alterações, se houver, e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento;

XVI - comunicar ao Ministério Público, para as providências cabíveis, a situação de abandono moral ou material por parte dos familiares”.

No cap.IV, Das Infrações Administrativas, do Estatuto do Idoso, têm-se como parágrafo único a seguinte informação: no caso de interdição do estabelecimento de longa permanência, os idosos abrigados serão transferidos para outra instituição, a expensas do estabelecimento interditado, enquanto durar a interdição. No município de Goiânia, presenciemos tal punição em uma das instituições. Os idosos desta foram transferidos para outra devido a irregularidades administrativas.

Em Goiás, mais especificamente em Goiânia, existe a Associação de Aposentados e Pensionistas do Estado de Goiás - AAPGO, criada em 08 de março de 1986, perfazendo 17 anos de existência, fundada com o mesmo objetivo das instituições de assistência, a qual se tornou Federação em 03 de novembro de 1991. Esta Associação, desde sua fundação até os dias de hoje, tem como metas reivindicar a igualdade dos direitos aos idosos e correções nas defasagens salariais impostas pelo governo, através de seus planos econômicos, sociais e pelas políticas salariais diferenciadas relativas a cada segmento social.

Entre as conquistas jurídicas, ao longo da história, destaca-se a regulamentação da aposentadoria por velhice, beneficiando o idoso com 70 anos de idade, Lei nº 5.890, de 27 de setembro de 1973, criada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social. Pela Emenda Constitucional nº 20, de 01 de janeiro de 1988, reduz-se à idade de 70 para 67 anos. Com a regulamentação da aposentadoria, ampliaram-se as formas de proteção social ao idoso, e também os inválidos, impossibilitados permanentemente para o trabalho que não detinham qualquer renda para o auto-sustento.

O cuidado com a geração idosa é atribuído, ao longo da história, aos descendentes, isto é, a família tinha como responsabilidade satisfazer inúmeras necessidades, sejam elas físicas, psíquicas e sociais (Moragas, 1997), principalmente quando seus idosos apresentavam algum comprometimento na sua autonomia e independência. Dessa forma, o amparo já era algo esperado, um dever moral incluído na cultura.

Em 1988, foi promulgada a Constituição Federal que apresentava, entre outras conquistas, a renovação e as garantias dos direitos sociais. Daí a denominação de Constituição Cidadã. No que se refere ao idoso, ficou instituído na Constituição Federal, no capítulo VII, art. 229 que “os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidades”. Em suma, esta regra não tem sido cumprida pelos filhos que têm pais idosos, pois se soubessem das punições, provavelmente agiriam de outra maneira, ou seja, não maltratariam os pais. Em algumas situações, os pais recorrem à justiça para pedirem indenização aos filhos, já que estes se recusam em cuidá-los. E como possuem esses direitos, os que recorrem ganham a causa. Segundo Moragas (1997), mediante as transformações das sociedades urbanas industrializadas, essas responsabilidades vêm deixando de ser um domínio exclusivo da esfera familiar e muitas dessas necessidades referentes aos idosos estão sendo atendidas por organizações alheias à família.

A partir da Constituição de 1988, o idoso torna-se uma preocupação constante por parte do Estado. Três políticas sociais fornecem o reconhecimento de direito de cidadania que dá importância aos diversos segmentos da sociedade, priorizando as crianças e os adolescentes, idosos e deficientes, que não se auto-sustentam, sendo elas: saúde, previdência social e assistência social. Apesar da Constituição garantir esses direitos, observamos que na prática a realidade que se configura é outra, ou seja, o descaso, a falta de assistência pelos órgãos competentes, gera exclusão destes indivíduos da sociedade.

### 3.1 INSTITUIÇÕES ASILARES

“O processo de envelhecer produz uma mudança fundamental na posição de uma pessoa na sociedade, e por tanto, em todas as suas relações com outros” (Elias, 2001:83).

A palavra “instituição” tem vários significados populares, sendo difícil defini-la concisamente. No uso geral, “instituições” podem se referir às organizações formais como uma igreja, uma câmara legislativa, uma universidade ou um complexo social como o casamento. Dentro da literatura brasileira, o termo aparece tanto como um importante aglomerado de normas e valores quanto como organizações e associações de larga escala, por exemplo, o exército, a Cruz Vermelha e a família.

Para Demo e Fernandes (*apud* Souza, 2002) a “instituição”, em termos de um sistema organizado de normas e relacionamentos sociais, personifica certos valores e procedimentos comuns, os quais vão ao encontro as necessidades básicas da sociedade.

A vida em sociedade parece estar intimamente ligada à existência de “instituições totais”, no conceito de Goffman, sendo esta definida como um “local de residência e trabalho, onde um grande número de pessoas com situações semelhantes, separados da sociedade mais ampla por considerável tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (1987:7). Aos criminosos, as prisões; aos loucos, os hospícios; aos deserdados, os orfanatos; e assim por diante. Segundo Goffman (1987), toda instituição tem tendência de fechamento. Seu fechamento ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas as portas fechadas, paredes altas, arames farpados, água, florestas ou pântanos. Estes estabelecimentos são denominados pelo autor de instituições totais.

Nas instituições totais, existe uma divisão básica entre um grande grupo controlado, que é denominado por grupo dos internados, e uma pequena equipe de supervisão. De acordo com Goffman (1987), o indivíduo que no mundo externo estava orientado para o trabalho tende a tornar-se desmoralizado pelo sistema de trabalho da instituição total. Segundo este autor, com relação à estadia do internado, se esta é muito longa, pode ocorrer, caso ele volte para o mundo exterior, o processo denominado de “desculturamento”, isto é, “destreino”, que o torna temporariamente incapaz de enfrentar alguns aspectos de sua vida diária. O internado, com o passar do tempo dentro da instituição, descobre que perdeu alguns dos papéis em virtude da barreira que o separa do mundo externo.

Nas instituições totais, geralmente há necessidade de esforço persistente e consciente para não enfrentar problemas. A fim de evitar possíveis incidências, o internado pode renunciar a certos níveis de sociabilidade com seus companheiros (Goffman, 1987).

Segundo Debert,

“O cristianismo foi o pioneiro no amparo aos velhos. De acordo com dados históricos, as primeiras instituições filantrópicas voltadas a abrigar essa população carente surgiram no Império Bizantino, no século V da era cristã. Há registro de que o primeiro asilo foi fundado pelo Papa Pelágio II (520-590), que transformou a sua casa em um hospital para velhos” (*apud* Alcântra, 2004: 31).

De acordo com Groisman (1999), pouco se sabe sobre os asilos de velhos. Ao refletir sobre a questão da velhice, identificamos que há pessoas em muitos asilos hoje que têm que ser alimentadas, postas no vaso sanitário e limpas como crianças pequenas, pois já

não conseguem cuidar de si próprias, necessitando de ajuda de terceiro. Podemos afirmar que as instituições existem em função do controle de um ou outro problema social. Este autor afirma que o surgimento do Asilo São Luiz, nos finais do século XIX, marca o início de uma nova era para a velhice no Brasil, pois no final deste século o Rio de Janeiro era palco de uma série de transformações de ordem política e econômica: a intensa imigração, a abolição da escravidão, a proclamação da república. É nesse cenário que uma nova instituição surgiria: O Asilo São Luiz para a velhice desamparada.

Para o sociólogo Antônio Jordão Netto, as instituições asilares têm dupla função:

“Uma manifesta, de abrigar e cuidar das pessoas desamparadas ou que estejam impossibilitadas de estar junto às famílias e à comunidade; e outra latente, de servir como *locus* socialmente aprovado de segregação de seres humanos cuja produtividade econômica e representação social foram consideradas esgotadas pelo sistema social” (*apud* Groisman 1999: 174).

De acordo com Groisman (1999), a instituição de velhice não significa apenas caridade; ela possui também uma outra característica, a de uma fonte de renda. Muitos asilos são abertos na intenção de arrecadar lucros deixando a caridade de lado, e fortalecendo assim a desigualdade social. A partir daí, percebemos que muitos abrigos surgem no objetivo de se apropriarem das aposentadorias, pensões e outros benefícios dos internos, pois o que está em jogo é apenas o lucro do dono do estabelecimento.

No ano de 2001, uma comitiva de deputados federais realizou uma inspeção em 28 asilos localizados em quatro estados brasileiros - Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Paraná. Verificou-se, em quase todas essas instituições visitadas, o desrespeito aos direitos humanos básicos. O relatório dessas vistorias afirma que o abandono do poder público é notório, principalmente entre os 19 mil velhos que moram em asilos. Porém, este número pode ser maior se levarmos em conta que muitas instituições do tipo clandestinas não estão cadastradas.

Poderíamos definir o modelo de asilo como aquelas instituições onde se verifica, primeiramente, uma segregação dos idosos diante da comunidade de entorno. Como regra, os idosos estão apartados de qualquer convivência comunitária; não saem do asilo ou, quando o fazem, realizam apenas breves e vigiadas incursões. Além desta apartação, tão típica das “instituições totais” (Goffman, 1988), deveríamos agregar outra característica fundamental: o abandono. Os idosos internados em asilos estão na maioria das vezes sendo abandonados duplamente. Primeiro, pela família; segundo, pela própria instituição. Segundo o relatório:

“Esse duplo esquecimento os condena a uma realidade sempre idêntica, não raras vezes definida por eles mesmos como um cotidiano onde se “come e dorme”. Aos idosos vitimados por esse modelo asilar quase não se oferecem atividades. Para todos os

efeitos, eles estão internados em um espaço cuja realidade se situa entre o sigilo e a espera da morte” (2001:01).

De acordo com a pesquisa, nos asilos, muitas das vezes, os idosos não são considerados como cidadãos. São resquícios, lembranças avulsas, lamentos. Na maioria das vezes, não podem decidir o que quer que seja, devem responder prontamente às normas internas definidas sempre por outros, comer a comida que outros preparam, dormir e acordar nas horas de praxe, tomar a medicação que lhes é dada e aguardar por nada. O espaço que habitam não é o seu espaço. Dormem em quartos onde as camas quase se tocam, junto com outros idosos que jamais viram antes. Não possuem privacidade. Os asilos onde foram deixados costumam lhes construir armadilhas perigosas: às vezes, uma escada sem corrimões; banheiros úmidos e escorregadios, sem amparos.

Na perspectiva de Debert, pesquisar a velhice em asilos é frequentemente uma tentativa de aproximação de uma experiência que compreende, pelo menos, duas facetas. Uma delas, bastante negativa, mostra o asilo como a concreção dramática da solidão e do desprezo a que os velhos são relegados na nossa sociedade, “verdadeiros desertos de solidão”, diz Elias (2001). A outra reporta-nos à experiência acumulada, à sabedoria, ao desprendimento, à libertação das angústias e da pressa dos mais jovens, aspectos que dariam caráter especial e exclusivo à vivência das pessoas de mais idade e que podem tornar mais animadora e perspectiva de passar um longo período fazendo trabalho de campo, numa instituição desse tipo (Debert, 1999).

De acordo com Brito e Ramos (2002), com o crescimento do segmento populacional dos idosos, cria-se uma demanda crescente por serviços médicos e sociais, sendo mister, para um país com as limitações financeiras como o Brasil, encontrar alternativas à tendência universal de institucionalização em longo prazo dos idosos. A respeito dos serviços de saúde, estes autores nos informam que sua estruturação deverá ajudar o idoso a viver em sua casa, em sua comunidade, desfrutando de uma boa qualidade de vida. Este sistema deverá incluir serviços que atendam: ao idoso são e independente; àqueles indivíduos que experimentam limitações e que necessitam de apoio constante, porém, não necessariamente numa instituição; e àqueles que, por razões médicas ou sociais, não podem mais viver na comunidade e têm que ser institucionalizados.

No que se refere ao asilamento de idosos pobres e ricos podemos afirmar que este se dá de diferentes formas. Como lembra Barroso (1992), o asilamento para o rico é sentido muito mais, pois este se impõe pelo poder pessoal político e financeiro. Como demonstram as estatísticas dos países centrais acerca dos velhos ricos, asilados contra a vontade, a morte

social e a biológica ocorre de seis a doze meses pós-internação, possivelmente como decorrência das perdas percebidas. Para os pobres a adaptação costuma ser mais fácil, porque, para parte deles, a ida para o asilo representa ganho nas condições de sobrevivência, antes ameaçada pela fome e pela falta de abrigo.

Os idosos que vivem solitários ou apresentam incapacidades diversas poderiam se beneficiar de um programa público de alimentação e nutrição, no qual uma dieta balanceada de baixo custo seria oferecida a essa população idosa necessitada. Porém, esta possibilidade se encontra longe da realidade de nossos idosos carentes que, muitas vezes, não têm condições mínimas para sanar suas necessidades básicas. As pensões e aposentadorias que deveriam favorecer a estes cidadãos idosos viverem com dignidade seus últimos anos de vida, não o permitem. De acordo com um estudo do Banco Mundial realizada em 2001, em meados da década de 80, 9% da população brasileira (55 anos acima) recebeu 44% das verbas sociais (pensões e atenção de saúde) pagas pelo Estado, enquanto 36% (menores de 15 anos) receberam somente 28% (Brito e Ramos, 2002).

Na visão destes autores, uma das formas de serviços sociais aos velhos é a ajuda domiciliar, talvez uma das mais importantes do ponto de vista econômico e social. Os idosos beneficiários desses serviços seriam os que vivem sós, apresentam alguma incapacidade ou precisam permanecer sós por necessidade de trabalho de seus familiares. De acordo com Anzola Perez (*apud* Brito e Ramos, 2002), no Uruguai se considera que os serviços de ajuda domiciliar são 16 vezes mais econômicos comparados aos institucionais. Outra forma de serviço social possível de ser implantada é o das famílias substitutas, que cuidam dos velhos que moram sozinhos e que são remuneradas por órgãos não-governamentais, como acontece no Uruguai e na Venezuela.

Outras alternativas de cuidados para pessoas idosas mais frágeis e muito dependentes para executar suas tarefas básicas da vida diária e, por várias razões de ordem médico-sociais, que não podem ser mantidas nas suas residências, são conhecidas como casa de repouso ou asilos. Estes estabelecimentos, em grande número fundados por ordens religiosas ou de iniciativa filantrópica, constituem a modalidade mais antiga e universal de atenção ao idoso fora de sua família. No município de Goiânia, das oito instituições asilares registradas na Secretaria de Cidadania e Trabalho, sete são filantrópicas, e, destas, três são também religiosas, tendo apenas uma instituição de caráter privado.

Segundo Brito e Ramos (2002), o inconveniente das casas de repouso e asilos é que, na maioria dos casos, estas instituições levam os idosos ao isolamento e à inatividade física em decorrência de manejo técnico inadequado e dos custos altos dos serviços de apoio.

Por este motivo, esses estabelecimentos constituem a última alternativa a ser considerada nos serviços sociais a serem oferecidos na atenção a este segmento populacional. Os asilos, em geral, recebem pacientes incapacitados com diferentes enfermidades e aqueles que vivem sozinhos, cujos familiares não podem garantir os cuidados necessários no interior da família. Nos países desenvolvidos, estima-se que cerca de 5% das pessoas maiores de 65 anos estão institucionalizadas, número este que aumenta nos idosos mais velhos. (Brito e Ramos, 2002).

Outra maneira de orientação de serviços sociais a serem desenvolvidos, pela capacidade de resolutividade dos próprios velhos, são grupos de idosos que, através de realização de atividades recreativas, culturais, muitas delas intergeracionais, procuram se manter ativos e saudáveis. Um exemplo deste serviço no município de Goiânia é a Vila Vida, que promove atividades com idosos que residem ou que passam o dia neste local, realizando cursos e interagindo entre eles. Outro serviço em destaque neste município é a Universidade da Terceira Idade, desenvolvida pela Universidade Católica de Goiás, com o objetivo de inserir o idoso no meio acadêmico.

Segundo Born (2002), quando se fala em instituições para idosos, o termo que logo nos ocorre é asilo, com as imagens correspondentes de um lugar sombrio, mal cheiroso, onde idosos, em estado semivegetativo, esperam, não se sabem o quê. Para este autor, os mestres em difundir essas imagens são os meios de comunicação eletrônicos, que acrescentam mensagens condenatórias daqueles que internaram os idosos. Muitas vezes, as condições da família não permitem que idosos vivam com os seus, então, uma solução encontrada é a internação do idoso numa instituição que possui condições de acolhê-lo.

A internação deve ser a última alternativa, tanto por considerações de ordem econômica, como de ordem humana, depois que todas as outras foram pensadas e esgotadas. Em vários países do mundo, os asilos para idosos nasceram como um serviço para abrigar idosos pobres, sem família, muitos em estado de mendicância (Born, 2002). De acordo com este autor, não temos conhecimento de levantamento nacional sobre instituições para idosos, a não ser o estudo realizado por Hôte, um sociólogo francês que, em 1984, fez um levantamento extensivo sobre programas para a terceira idade no Brasil, onde naquele ano, entre 0,6% a 1,3% da população idosa se encontrava em instituições.

A maioria das instituições que abrigam idosos é denominada como: “lares”, “casas dos velhinhos”, “casas da vovó”, “recantos”, “cidade dos velhinhos”, “centro de convivência”, “centro vivencial” e “ancionatos”. Para Born (2002), nos últimos 15 a 20 anos, especialmente no Sudeste e no Sul, multiplicaram-se casas de repouso, clínicas de repouso ou

clínicas geriátricas, de caráter privado, com fins lucrativos e extraordinariamente heterogêneas quanto ao padrão dos seus serviços.

De acordo com Born (2002), nos Estados Unidos, já na década de 50, faziam-se distinções entre *Home for the aged* (“lar para idosos”) de *Nursing Home* (“lar-enfermaria ou residência medicalizada”). Publicações mais recentes desse país apresentam quatro categorias de instituições:

- Cuidado ao idoso independente em instituição;
- Serviço intermediário, que não necessita ter um diretor;
- Serviço de enfermagem especializada, que necessita ter um diretor clínico;
- Serviço para idosos com problemas mentais;

Na Inglaterra e nos Estados Unidos, como no Brasil, as instituições que atendem idosos dependentes são hoje designadas *Long Term Care Institution-LTC-*, ou seja, instituição para cuidados de longa permanência (Born, 2002). Segundo Born:

“Faltam políticas públicas, verbas, ação fiscalizadora. A portaria 810 do Ministério da Saúde, sancionada em 22 de setembro de 1989, aprovou as normas e os padrões para o funcionamento de casas de repouso, clínicas geriátricas e outras instituições destinadas ao atendimento de idosos. No Estado de São Paulo, a Portaria do Centro de Vigilância Sanitária, de 04 de dezembro do mesmo ano, tornou obrigatória a vistoria, pela autoridade sanitária, para efeito de expedição de alvará de funcionamento das respectivas instituições e outras providências” (2002:405).

Desde março de 1995, em Goiás, o alvará de funcionamento é exigido para a renovação do registro na Secretaria do Estado da Criança, Família e Bem-Estar Social.

Ao falar sobre asilos, podemos aproveitar algumas contribuições de Bosi (1999). Em sua obra Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos, ela trabalha relatando memórias de oito idosos, dentre ele, Sr. Ariosto, um idoso que residia em um asilo. Este idoso remete algumas opiniões pessoais a respeito de sua vivência neste ambiente. De acordo com sua memória, sua ida ao asilo se deu da seguinte forma:

“Um dia o coração parou de bater de desgosto. Me levaram para o hospital, depois de quatro meses os médicos me dispensaram. Tinha pagado dois meses adiantados para a senhoria com reserva do quarto, mas enquanto estive no hospital ela alugou para outro e eu não tinha aonde vir. Voltei para o hospital. A assistente social me perguntou: O senhor não tem aonde ir, Seu Ariosto? Não tenho, dona Jurema. Bom, eu sei de um asilo, levamos o senhor. Eu vim pra cá e aqui estou”. (1999:175).

Esta recordação nos apresenta a verdade de muitos que vão para o asilo por não terem outra opção. O asilo acaba se tornando o local onde se aguarda a morte. Sr. Ariosto, não tendo dinheiro para pagar outro aluguel, resolve aceitar este favor. Seu relato nos fornece algumas informações interessantes a respeito do asilo em si. Seu sonho é o seguinte:

“Um dia vou deixar este asilo, vou morar com meu irmão e trabalhar, ainda posso fazer flores. Estou recebendo de aposentadoria 540 cruzeiros por mês e gasto uma parte em remédios para o coração. A comida aqui parece de cachorro: misturam o macarrão que sobrou de ontem, com o arroz, feijão salada. À noite não durmo por causa do mau cheiro do dormitório. Durmo um pouco de dia” (1999:175).

Na visão de Debert (1999), o que surpreende, nos asilos, é a quantidade de conflitos, brigas e desentendimentos entre os residentes e deles com o pessoal técnico e administrativo. Para ela, “a entrada no asilo representa para os residentes como uma alternativa capaz de possibilitar sua independência e o resgate de uma multiplicidade de papéis sociais, de uma vida social intensa que estaria ameaçada ou em franco declínio fora do asilo” (1999:107).

A entrada no asilo é apresentada como uma decisão tomada livremente pelo residente, com o objetivo de manter a independência e a autonomia que poderia vir a ser ameaçada. Para cada realidade, um motivo, uma explicação a respeito da entrada no asilo. Em suas análises, Debert percebeu que a ida das mulheres para o abrigo se dava pelos seguintes motivos:

“A ida ao asilo foi um projeto analisado com antecedência e realizado mesmo diante da insistência de parentes para que elas ficassem morando com eles; no caso dos residentes casados ou viúvas com filhos, muitas vezes foram os filhos que fizeram as gestões para a entrada dos pais na instituição” (1999:108).

De acordo com o estudo de Debert,

“Estar no asilo é um privilégio se comparado com outros indivíduos que vivem, por exemplo, em situação de rua e que não conseguiram uma vaga na instituição. Porém, para viverem neste local todos tiveram gastos altos e a entrada nos asilos teria sido antecedida de uma longa reflexão em que concluíram ser esta, uma opção melhor do que morar com os filhos” (1999: 110).

Vimos que, até para se manter no asilo, é necessário ter uma renda, pois, caso contrário, é perigoso até o indivíduo ser excluído. Na perspectiva dos idosos asilados que foram entrevistados por Debert (1999), ao se remeterem a casa, ao lar, acreditam que este não é um lugar privilegiado da sociabilidade familiar, mas compreendem que este local é apenas de passagem diária onde se passa apenas para realização das refeições, como também para dormir a noite, pois a vida dos filhos e netos, em todos os casos, aparece como completamente tomada pelo trabalho ou estudos. Segundo esta autora,

“O projeto de entrar no asilo abre a possibilidade de manter três conjuntos de valores, cuja importância os residentes não se cansam de reiterar: manter a independência funcional, ameaçada ante as deficiências físicas próprias da idade; não ser um estorvo para os filhos; e participar de uma vida social ativa” (1999:112).

Percebemos, então, que, para estes idosos, o fato de estar no asilo significa adquirir uma independência que talvez não fosse garantida no convívio com os filhos ou

outros parentes. Não é o abandono e a negligência dos filhos que o asilo poderia substituir. Muitos acreditam que no asilo a vida continuará sendo ativa, com realizações de vários passeios, que permitem uma socialização com outras pessoas.

Ao trabalhar com os idosos que vivem em asilos, Debert (1999) percebe que a maioria das mulheres mostra que a entrada no asilo foi seguida de um sofrimento intenso e de um grande esforço de autoconvencimento que as levou a uma adaptação. Para as mulheres, pode-se dizer que o asilo é um local definitivo, pois estas não têm a intenção de mudar para outro local, sentindo-se seguras após um período de adaptação, mesmo quando criticam as práticas desenvolvidas na instituição.

Na análise de Debert (1999), os homens geralmente são mais críticos em relação à vida no asilo. Procuram mostrar que não estão adaptados e, que não se adaptarão nunca e, quando suportam a instituição, dão a desculpa de que estão desfrutando da companhia de um amigo íntimo, ou agüentam viver neste ambiente por não ter outro lugar para ir.

Ao contrário das mulheres, para alguns homens a permanência no asilo é temporária, conseqüência de uma situação financeira difícil ou de uma doença que exige tratamento cuidadoso por um período determinado. Há um projeto entre eles que está relacionado com a saída, ou melhor, o abandono do asilo (Debert, 1999). As justificativas dadas são que, ao sair das dificuldades financeiras, acreditam que terão condições de trabalho, como também de reconstruir uma família, a partir de um novo casamento, sonho também alimentado pelas mulheres, porém, não direcionado a saída do asilo.

As vantagens do asilo, por todos reconhecidas são de desfrutar de um certo conforto, de cuidados médicos e paramédicos. As desvantagens são os outros residentes, os outros velhos, como também o desleixo dos funcionários e a má qualidade da comida (Debert, 1999).

A respeito da participação da família no processo de envelhecimento dos idosos que se encontram no asilo, segundo Debert (1999), o fato de os filhos estarem bem de vida e demonstrarem amor e respeito é um indicador de sucesso, mas eles estão ausentes das interações cotidianas no asilo. Isto significa dizer que não há uma participação da família neste processo. Para esta autora, quando doença e morte são abordadas, é unânime a consideração de que a morte é preferível à invalidez, que implica perda de autonomia e vida vegetativa.

Alcântra (2004), em sua pesquisa empírica, constatou que o motivo de institucionalizar os idosos está relacionado principalmente à situação de penúria na qual se encontra grande parte da população. De acordo com os familiares dos idosos entrevistados por

esta autora “assim que conseguirem um emprego melhor, tiverem dinheiro para comprar medicamentos, conseguirem pessoas para cuidar de seus velhos, vão retirá-los do asilo” (2004:10). Ela também aponta em seu trabalho que a internação se dá e algumas vezes pelo fato do idoso necessitar de um tratamento do alcoolismo e doenças mentais, fatores que dificultam a integração com a família. Para essa autora, há circunstâncias em que a família está completamente impossibilitada de assumir seus velhos e, na falta de outras opções, vê-se obrigada a decidir pelo internamento, o que pode não excluir o sentimento de remorso.

Na sua pesquisa, Alcântara (2004) percebe que os motivos para a institucionalização estão ligados, sobretudo, à incapacidade da família de assumir a assistência dos seus pais, pois se encontram desprovidos e sem opção, transferindo dessa forma suas responsabilidades para o asilo. Além dessa inviabilidade econômica, a falta de tempo também influencia, “uma vez que o trabalho preenche o dia-a-dia dos ativos da casa, ficando estes indispensáveis para oferecerem um amparo aos seus pais, que necessitam de atenção especial, em consequência de problemas específicos” (2004:133).

Quando não há vínculos de nenhuma espécie, o asilo pode ser um lugar de pertencimento. De acordo com Alcântara, “Os atendentes passam a ser da família, uma família que se constitui num tempo de apagamentos, quando as memórias subterrâneas cedem espaços para um presente congelado no tempo” (2004: 11).

Afirmam Mageste, Viera e Clair, em sua matéria “Laços de família”, publicado na Revista Época em abril de 2004,

“Os laços de parentesco ultrapassam o limite da consangüinidade, redimensionado o conceito de família, incluindo até mesmo laços de afinidade, tendência esta já reconhecida pela justiça, de forma a configurar situações diferentes das tradicionais admite-se a família como uma instituição não exclusivamente consangüínea, mas também afetiva” (*apud* Alcântara, 2004:24).

### 3.2- ASILOS EM GOIÂNIA

O contato inicial para a escolha do campo aconteceu em seis abrigos localizados no município de Goiânia, onde conversávamos com os coordenadores das instituições e apresentávamos nossas intenções com relação ao trabalho que seria desenvolvido. Algo inusitado ocorreu neste primeiro contato em três instituições. O fato de termos comparecido alguns dias após a visita dos funcionários da vigilância sanitária, fez com que os coordenadores deduzissem que eu fosse a funcionária responsável pela averiguação das advertências que haviam recebido. Então, antes mesmo de nos apresentarmos, os coordenadores já nos explicavam que as reformas exigidas estavam sendo realizadas. Em uma

das instituições, o coordenador até nos apresentou documentos em que havia conseguido um prazo maior para atender as exigências. Nesta instituição, haveria uma mudança “radical”, sendo que os idosos no período de trinta dias seriam transferidos para um local maior situado no mesmo setor. Este novo ambiente possui uma extensa área de lazer, os quartos são padronizados com duas camas e um armário, os banheiros possuem barras de segurança e pisos antiderrapantes, cozinha ampla, além de salas para fisioterapia. Este abrigo, por acolher idosos semidependentes e dependentes, fez com que o grau de dificuldade em realizar as entrevistas fosse muito grande, pois a maioria dos idosos se comunicava através de gestos e falas que não conseguíamos compreender.

Uma outra instituição, que é considerada como o exemplo de instituição asilar pelos vigilantes sanitários e representantes do Ministério Público, possui um excelente quadro de funcionários, uma área extensa de lazer, vários cursos apropriados para idosos, transportes que favorecem a locomoção dos seus “moradores” para a realização de passeios. Este abrigo, no primeiro contato havia sido um dos escolhidos, uma vez que nossa primeira intenção era realizarmos entrevistas com idosos de duas instituições. Porém mediante dificuldades burocráticas, várias reuniões que não iam para frente e o tempo que estava passando, com prazo para a defesa se aproximando, tivemos que escolher um único abrigo para desenvolver a pesquisa.

No município de Goiânia, são cadastrados oito abrigos, sendo sete de caráter filantrópico e apenas um considerado privado. Para iniciarmos este tópico, faremos uma caracterização sumária das instituições, baseada nas nossas observações realizadas em seis abrigos, no período de 23 de setembro a 02 de outubro de 2003, visitas realizadas no turno vespertino junto com as informações de Rodrigues (2002). As instituições são referidas pelos números 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8.

A instituição “1” foi fundada no ano de 1980. Trata-se de uma instituição filantrópica, que abriga 43 idosos, divididos entre semi-dependentes, dependentes e independentes. Tem um importante papel na comunidade circunvizinha, tornando-se referência e apoio para pessoas idosas através de atividade culturais, educativas e de lazer. Esta instituição tenta trabalhar os aspectos biopsicossociais e as relações idoso-família-comunidade de forma integrada e participativa. Tais tentativas não adquiriram sucessos, pois os familiares não procuram participar desta integração proposta pela entidade.

A instituição se mantém através de recursos federais, doações, eventos promocionais. Possui uma equipe de estagiários do curso de Terapia Ocupacional, da Universidade Católica de Goiás, que procura atender às necessidades individuais de cada

morador. Recebe solicitações de vaga através de correspondências, contatos telefônicos e pessoais. O candidato deve ter idade igual ou superior a 60 anos. Na instituição são arquivados os dados dos idosos moradores em ficha cadastral, contendo documentos e dados pessoais.

No que se refere à participação da família no processo de envelhecimento desses idosos, de acordo com os funcionários esta é quase nula, pois poucos que recebem visitas constantes. O abrigo é cercado por telas. Aos sábados os idosos recebem visitas de pessoas que cantam e rezam com eles. Os médicos da instituição são os que atendem no Hospital Santa Casa de Misericórdia.

A instituição “2”, fundada no ano de 1970, se mantém através dos recursos de sua mantenedora, de eventos beneficentes, doações e valores oriundos da aposentadoria dos idosos. Possui carência de recursos humanos capacitados e de recursos financeiros, o que impossibilita a execução de atividades psicossociais e terapêuticas para os idosos. A instituição possui uma pequena área externa para lazer. Vivem no abrigo 27 idosos, sendo 15 homens e 12 mulheres. O atendimento é oferecido aos mais carentes e sem família, mais especificamente ao indigente. Ao contrário dos outros, este abrigo não possui um procedimento formal para solicitação de vagas. Os documentos pessoais dos idosos são arquivados individualmente.

A instituição “3”, fundada no ano de 1966, atende 68 idosos, sendo 35 homens e 33 mulheres. Mantém através de sua mantenedora, recursos federais, doações e de um percentual dos benefícios dos moradores para atender suas necessidades pessoais. Este abrigo é o único assistido pela Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), possuindo uma intensa programação de atividades educativas e recreativas que integram os idosos, funcionários, familiares e comunidade de forma participativa. São também desenvolvidas atividades assistenciais, ocupacionais, de reabilitação funcional e cognitiva, buscando promover longevidade através da qualidade de vida. Conta com uma equipe interdisciplinar de nível superior: médica geriátrica, psiquiatra, fisioterapeuta, nutricionista, psicóloga, educadora física, assistente social, terapeuta ocupacional, fonoaudióloga e massoterapeuta.

Para ser um morador deste abrigo, a seleção é feita mediante visita no local, quando são observados os seguintes critérios: ter idade igual ou superior a 60 anos, sem vínculo familiar ou abandonado e aqueles que, tendo família, possuam carência de recursos financeiros próprios ou da própria família, sem condições de satisfazer às necessidades de moradia, alimentação, saúde e convívio social. Somam-se a estas outras exigências, tais como: não apresentar comprometimento mental que coloque em risco sua vida e a dos demais

moradores, não apresentar doenças infecto-contagiosas ou doenças que exijam assistência médica permanente ou enfermagem intensiva. Os dados são registrados no prontuário único do morador por toda equipe interdisciplinar de nível superior, onde constam os dados pessoais, história pregressa e evolução dos atendimentos específicos.

A instituição “4”, fundada no ano de 1990, possui fins particulares. Trata-se de uma instituição do tipo residencial, que atende a 27 idosos. Ela se mantém com recursos oriundos das taxas mensais pagas pelos moradores e doações. Não há espaço físico apropriado para atividades de recreação e lazer. Havendo vagas, atende às solicitações na ordem de chegada, acrescentando leitos dentro da necessidade. Existe um fichário com telefones essenciais dos idosos (familiares, médico) e pasta arquivo (não individualizada) para os documentos dos mesmos.

A instituição “5”, fundada no ano de 1993, possui fins filantrópicos. No abrigo há 32 idosos, sendo 17 homens e 15 mulheres. Trata-se de uma instituição do tipo residencial, sendo permitida a saída para aqueles idosos que são independentes. Ela se mantém basicamente através de recursos oriundos de sua mantenedora, de doações da comunidade e dos benefícios dos moradores. Embora possua ampla área livre, não existe planejamento de atividades culturais, educativas e recreativas voltadas para a ocupação do idoso. O preenchimento das vagas se dá após avaliação da direção quanto aos aspectos sócio-econômicos, priorizando os mais carentes e que não possuam enfermidades contagiosas e tenham idade superior a 60 anos. São feitas anotações das informações essenciais do idoso e da entrevista com seus familiares.

A instituição “6”, fundada na década de 70. Possui fins filantrópicos e se mantém através de sua mantenedora, de recursos de eventos beneficentes, doações da comunidade e recursos dos benefícios dos idosos. Atende 42 idosos, sendo 15 homens e 27 mulheres. Enfrenta grandes dificuldades na área de recursos humanos com carência de pessoal técnico qualificado, o que compromete as ações administrativas e a assistência integral ao idoso. Não há planejamento das ações, mantendo apenas atendimento das necessidades básicas dos idosos relativas à higiene e alimentação, assim como atendimento médico-assistencial no tratamento clínico de doenças. Para o preenchimento das vagas é feita visita ao local pela instituição para avaliar condições sócio-econômicas e familiares seguindo os seguintes critérios: ter idade igual ou superior a 60 anos, ser sócio-economicamente carente, não ter família ou ter sido abandonado por ela. Os dados pessoais dos idosos juntamente com documentos pessoais são arquivados individualmente.

A instituição “7”, fundada na década de 90, com fins filantrópicos, presta atendimento gratuito. Atende 60 idosos, sendo 31 homens e 29 mulheres. Possui uma área externa ampla. Desenvolve, de forma planejada, várias atividades físicas e de lazer para moradores e comunidade circunvizinha, ocupando lugar de referência na atenção ao idoso independente. Realiza ações multidisciplinares, procurando integrar o idoso à família e à comunidade, buscando resgatar a cidadania e a qualidade de vida. A solicitação de vagas se dá através de correspondências encaminhadas à entidade mantenedora, que, após serem protocoladas, desencadeiam o processo de seleção, o qual inclui avaliação através de visita de membros da equipe técnica de nível superior ao local, para verificação dos seguintes critérios admissionais: ter idade igual ou superior a 60 anos, ser aposentado, não ter família ou ter sido abandonado, ser economicamente carente, possuir independência para as atividades de vida diária e ter saúde compatível com o tipo de atendimento proposto pela instituição. São arquivados individualmente, documentos pessoais e registrados em livro ata visitas e contatos telefônicos de parentes e amigos.

A instituição “8”, fundada na década de 70 possui fins filantrópicos e se mantém por conta do apoio de sua mantenedora, com recursos federais, doação, eventos, venda de trabalhos manuais e oriundos de benefícios ou aposentadorias dos idosos. Atende 31 idosos, sendo 14 homens e 17 mulheres. Para admissão do idoso, é respeitada a ordem de inscrição e a maior necessidade sócio-econômica do candidato, assim como sua idade, que deve ser igual ou superior a 60 anos.

Ao todo, no município de Goiânia, temos em torno de 350 idosos internados em instituições asilares ou de longa permanência. A maioria é abandonada pelos familiares, que, em alguns casos, não possuem as condições básicas para cuidar dos seus idosos. Segundo os coordenadores das instituições, a maioria dos idosos é deixada pelos seus familiares no próprio asilo, enquanto alguns são encontrados na rua e outros são deixados por amigos.

Neste capítulo, discorreremos sobre as instituições asilares e enfocamos também algumas características dos abrigos localizados no município de Goiânia. No próximo capítulo apresentamos uma análise sobre representações sociais e nossa pesquisa empírica. Analisamos a interconexão família, passado e realidade presente do idoso, trabalhando a partir das entrevistas semi-estruturadas. Tentamos nesta próxima fase apontar as diferenças em relação aos vários estilos de famílias que encontramos.

#### 4. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E OS IDOSOS DO ABRIGO SÃO VICENTE DE PAULO

Nas ciências sociais, o estudo das representações sociais tem como um de seus marcos fundamentais o trabalho desenvolvido por Émile Durkheim. Esse autor procurou discutir a importância das representações dentro de uma coletividade e como elas influem nas decisões que os seres humanos tomam individualmente.

Segundo Durkheim (1982), nada ou quase nada escapa das configurações sociais, ou seja, as sociedades agem sobre seus indivíduos independentemente da vontade destes. As sociedades modernas, calcadas no individualismo, devem se integrar por meio das crenças e pensamentos comuns (representações) que produzem uma solidariedade orgânica, indispensável para a construção de uma estabilidade entre os indivíduos e sua coletividade.

Depois de Durkheim, nas décadas de 20 e 30, surgiu grupo de cientistas sociais que inaugurou a disciplina sociologia do conhecimento; entre eles estão Bachelard, Lukács e Mannheim.

As representações, ou modos de pensar, atravessam a sociedade exteriormente aos indivíduos isolados e formam um complexo de idéias e motivações que se apresentam a eles já consolidados. A tarefa primordial que propõe Mannheim (1986) é saber reconhecer as origens sociais do conhecimento, isto é, que toda forma de pensar se insere numa situação histórico-social concreta e deve ser compreendida sempre se tendo em vista sua configuração coletiva específica.

Apesar de Durkheim e Mannheim discutirem o mesmo tema, eles se diferenciam em alguns pontos. Enquanto a sociologia do conhecimento de Mannheim se situa dentro do paradigma da contradição, marcado pelo materialismo histórico, o pensamento de Durkheim se orienta para o consenso, uma busca de equilíbrio que se processa também através de representações.

Contemporaneamente, o primeiro cientista social a utilizar o conceito de representação foi Serge Moscovici. As representações, a partir de Moscovici, recebem o adjetivo “sociais” e não mais coletivas, como as definiu Durkheim.

A partir deste momento, analisaremos o conceito de representações na perspectiva de Moscovici. O autor define representações sociais como:

“Um sistema de valores, idéias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código

para nomear e classificar, sem ambigüidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social” (2003: 21).

Para Moscovici:

“pessoas e grupos criam representações no decurso da comunicação e da cooperação. Representações não são criadas por um indivíduo isoladamente. Uma vez criadas, contudo, elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidades ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem” (2003: 41).

Percebemos que as representações são difundidas através da comunicação e cooperação e que se modificam no passar do tempo. Outra característica fundamental é que as representações não são criadas por um indivíduo isolado, até porque elas circulam entre as pessoas, sendo manuseadas e questionadas por muitos. No nosso trabalho tentamos apreender quais as representações que os idosos possuem com relação a suas famílias. As representações podem ser o produto da comunicação, mas também é verdade que, sem representação, não haveria comunicação. A mudança dos interesses humanos pode gerar novas formas de comunicação, resultando na inovação e na emergência de novas representações.

Moscovici afirma que o conceito de representações sociais chegou ao nosso contato através de Durkheim. Porém, sua visão a respeito deste tema difere da do seu precursor. Do ponto de vista durkheimiano, “as representações coletivas abrangiam uma cadeia completa de formas intelectuais que incluíam ciência, religião, mito, modalidades de tempos e espaço” (*apud* Moscovici, 2003:45). Qualquer tipo de idéia, emoção ou crença que ocorresse dentro de uma comunidade estava definido como representação.

As representações que interessam para Moscovici são as de nossa sociedade, do nosso solo político, científico, humano, que nem sempre têm tempo suficiente para se sedimentar completamente para se tornarem tradições imutáveis.

O conceito de representações para este autor pode ser resumido na seguinte afirmação: “o propósito de todas as representações é tornar algo não familiar, ou a própria não familiaridade, familiar” (Moscovici, 2003:20). As representações sociais emergem não apenas como um modo de compreender um objeto particular, mas também como uma forma em que o sujeito adquire uma capacidade de definição, uma função de identidade, que é uma das maneiras como as representações expressam um valor simbólico. Para Jodelet “a representação é uma forma de conhecimento prático conectando um sujeito a um objeto” (*apud* Moscovici, 2003; 21).

As representações restauram a consciência coletiva e lhe dão forma, explicando os objetos e acontecimentos de tal modo que eles se tornam acessíveis a qualquer um e

coincidem com outros interesses imediatos. As representações podem, na verdade, responder à determinada necessidade, a um estado de desequilíbrio, e podem, também, favorecer a dominação impopular, mas impossível de erradicar, de uma parte da sociedade sobre a outra. Essas hipóteses não explicam por que tais funções devem ser satisfeitas por esse método de compreender e de comunicar e não por algum outro, como pela ciência ou a religião, por exemplo.

As representações sociais, na perspectiva moscoviciana, são criadas por dois mecanismos essenciais, onde o primeiro tenta ancorar idéias estranhas, reduzi-las a categorias e a imagens comuns, colocá-las em um contexto familiar. O objetivo do segundo mecanismo é objetivá-los, isto é, transformar algo abstrato em algo quase concreto, transferir o que está na mente em algo que exista no mundo físico. Sendo as representações criadas por esses mecanismos, é necessário que compreendamos como funcionam. De acordo com Moscovici, “ancoragem” é um processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos. “Ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa” (2003: 61). Em outras palavras, podemos afirmar que representação é, por excelência, um sistema de classificação de categorias e nomes.

De acordo com Moscovici (2003), não podemos pensar em neutralidade, pois pela lógica do sistema, cada objeto deve possuir um valor positivo ou negativo e assume, assim, um determinado lugar em clara escala hierárquica.

A teoria das representações traz duas conseqüências. A primeira exclui a idéia de pensamento ou percepção que não possua ancoragem. Em segundo lugar, os sistemas de classificação e de nomeação facilitam a interpretação de características, a compreensão de intenções e motivos subjacentes às ações das pessoas, que na realidade forma opiniões. Essa teoria toma como ponto de partida a diversidade dos indivíduos, atitudes e fenômenos, em toda sua estranheza e impresivibilidade. Seu objetivo é descobrir como os indivíduos e grupos podem construir um mundo estável, previsível, a partir de tal diversidade. Segundo Moscovici, as representações sociais se baseiam no dito: “não existe fumaça sem fogo” (2003; 79).

Tal teoria assume que, em geral, agimos sob dois conjuntos diferentes de motivações, isto é, o pensamento é bicausal, estabelecendo, simultaneamente, uma relação de causa e efeito e uma relação de fins e meios. Tarde foi o primeiro a afirmar que “opiniões e representações são criadas no curso de conversações, como maneiras elementares de se relacionar e se comunicar” (*apud* Moscovici: 2003: 89). A conversação está no centro de

nossos universos consensuais, porque ela configura e anima as representações sociais e desse modo lhes dá uma vida própria.

De acordo com Moscovici, “são as nossas representações que em última instância determinam nossas reações e as suas significações são, assim, as de uma causa real” (2003: 104). Ao dizer que as representações são sociais, o autor entende que elas são simbólicas e possuem tantos elementos perceptuais quanto os assim chamados cognitivos. As representações sociais são históricas na sua essência e influenciam o desenvolvimento do indivíduo desde a primeira infância, desde o dia em que a mãe, com todas as suas imagens e conceitos, começa a ficar preocupada com seu bebê.

O que as sociedades pensam de seus modos de vida, os sentidos que conferem as suas instituições e as imagens que partilham, constituem uma parte essencial de sua realidade e não simplesmente um reflexo seu. Como observou o filósofo Leszk Kilakwsk “a realidade de uma sociedade depende em parte do que existe em suas representações de si mesma” (*apud* Moscovici, 2003: 173).

Moscovici (2003) supõe que todas as formas de crenças, ideologias e conhecimentos são, de um modo ou de outro, representações sociais. As representações sociais, segundo ele, estão mais e mais marcadas pela divisão entre dois universos, o primeiro caracterizado por uma relação de apropriação confiante e o último pelo distanciamento, pela autoridade, até mesmo por uma separação. As mudanças e transformações têm lugar constantemente em ambas as direções. As representações se comunicam entre si, elas se combinam e se separam, introduzem uma quantidade de novos termos e novas práticas no uso cotidiano e “espontâneo”. Curiosamente, a realidade é que as representações sociais diariamente se tornam senso comum, enquanto representações do senso comum se transformam em representações científicas e autônomas.

De acordo com o autor, o senso comum, o conhecimento popular oferece-nos acesso direto a representações sociais. Podemos afirmar que, até certo ponto, as representações sociais combinam nossa capacidade de perceber, inferir, compreender, que vêm a nossa mente para dar um sentido às coisas, ou para explicar a situação de alguém. Essas representações são condensadas em conhecimentos comuns, de tal modo que, conforme as necessidades, algumas podem ser substituídas por outras. Nós mesmos vemos as representações sociais se construindo, diante de nossos olhos, na mídia, nos lugares públicos através do processo de comunicação que nunca acontece sem nenhuma transformação. Mesmo quando a mudança afeta o sentido, os conceitos, as imagens ou a intensidade e associação das crenças no seio de uma comunidade, ela é sempre expressa em representações.

Dan Sperber formulou uma teoria de comunicação de representações. Ele as vê como sendo geradas através de um processo de difusão epidemiológica de representações individuais. (*apud* Moscovici, 2003: 208). As representações são formadas por meio de influências recíprocas e de negociações implícitas no curso das conversações, onde pessoas se orientam por modelos simbólicos, imagens e valores compartilhados específicos. Do ponto de vista dinâmico, as representações sociais se apresentam como uma “rede” de idéias, metáforas e imagens, mais ou menos interligadas livremente e, por isso, mais móveis e fluidas que teorias. Finalizando, as representações são sociais pelo fato de serem um fato psicológico, de três maneiras: elas possuem um aspecto impessoal, no sentido de pertencer a todos; elas são a representação de outros, pertencentes a outras pessoas ou a outro grupo, e elas são uma representação pessoal, percebido afetivamente como pertencente ao ego.

#### 4.1 O ASILO, O IDOSO E SEUS FAMILIARES.

No Caderno Especial Mais – Velho, publicado na Folha de São Paulo, datado em 26/09/1999, mostra-se que os próprios idosos se estigmatizam como os “internados”, “hospedados” das instituições. No asilo, estes idosos são vítimas ou da absoluta falta de parentes, ou da perda dos vínculos com a família.

Segundo Felinto (1999), a velhice nos asilos se refere muitas vezes à solidão, ociosidade e abandono, às vezes com doenças físicas, outras vezes com demência mental. Abrigos, albergues, asilos, casas de repouso, essas são algumas das nomenclaturas dos lugares onde se depositam os idosos para que estes “vivam seus últimos dias”, eufemismo para “esperar a morte chegar”. Para a autora, na maior parte dos asilos, os idosos passam os dias ociosos, privados de contato social com pessoas de outras faixas etárias, não podendo sair desacompanhados, não dispendo de quartos individuais, perdendo dessa forma sua individualidade, tendo como únicas atividades comer, tomar banho e dormir. Muitos asilos, não separam os doentes e deficientes mentais, dos idosos considerados saudáveis. Este fator, muitas vezes pode até dificultar a própria convivência entre os idosos, pois estes que são vistos como saudáveis podem se amedrontar com a situação dos que precisam de maior atenção. Percebemos esta realidade no contato com os idosos que tivemos contato.

## 4.2 OS IDOSOS DO ABRIGO SÃO VICENTE DE PAULO E SUAS REPRESENTAÇÕES SOBRE FAMÍLIA

Os idosos cujas entrevistas estamos analisando são os que vivem na instituição “1”. O Abrigo São Vicente de Paulo da S.S.V.P, localizado no município de Goiânia, na Vila Americano do Brasil. Atualmente abriga 43 idosos, sendo 23 homens e 20 mulheres com idades entre 50 e 101 anos. O abrigo foi inaugurado no dia 08/ 06/ 1980.

Entrevistamos ao todo oito idosos, sendo quatro mulheres e quatro homens, com idades entre 60 e 95 anos. A maioria das entrevistas foi realizada nos quartos dos idosos e de forma individual. Às vezes éramos surpreendidos pelos companheiros de quarto destes, que queriam saber o que estava acontecendo, fato que em algumas ocasiões dificultou a concentração do idoso entrevistado. Apenas duas idosas foram entrevistadas na enfermaria. Houve também uma entrevista que foi realizada com a presença da coordenadora e da secretária do abrigo, devido à senhora se sentir mais segura com a presença de tais funcionárias. Um das principais dificuldades que encontramos ao realizar a pesquisa foi em relação às emoções dos idosos, que muitas vezes pediam para encerrar a conversa ou que ao menos voltássemos outro dia para continuar. Então, marcávamos outro dia, porém nem todos aceitavam dar continuidade ao trabalho.

De acordo com a coordenadora, o abrigo está localizado nesta região devido à necessidade das pessoas que ali residem. Antes de ser um abrigo, num primeiro momento o local era uma creche, mas, após os Vicentinos perceberem que estavam aumentando as famílias, e nelas um aumento do número de idosos houve uma procura para um local que pudesse abrigar os idosos.

O local que hoje é o Hospital Santa Casa de Misericórdia era uma vila conhecida como Vila Vicentina e, após esta, ser desativada, seus moradores, a maioria idosa, não tinham para onde ir. Como muitos iriam morar na rua, os Vicentinos resolveram construir o abrigo.

Este abrigo sobrevive de doações da sociedade, e parte da aposentadoria dos idosos. Os idosos abrigados, em sua maioria, recebem aposentadoria, e desta é repassada o valor de 70% para a instituição e revertida em forma de pagamento dos quinze funcionários, como também na manutenção daqueles idosos que não possuem renda, e os 30% restantes são depositados numa conta em nome do idoso aposentado. A instituição é isenta de contas de água e luz, mas nem este benefício é suficiente para a sobrevivência do abrigo.

A respeito do abrigo, internamente ele possui 21 quartos, e a divisão das camas é realizada conforme o tamanho do quarto. Há quartos com quatro camas e outros com apenas

duas, o que dificulta a individualidade destes idosos, que sempre estão dividindo seus quartos com outros companheiros. Com relação ao quadro de funcionários, tem-se a seguinte composição: três faxineiras, uma lavadeira, uma passadeira, duas cozinheiras, um auxiliar de cozinha, quatro monitoras, dois monitores, uma secretária, uma coordenadora, um diretor, um funcionário para manutenção geral, além de estagiários do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Católica de Goiás. O abrigo é dividido em alas feminina e masculina, tem uma cozinha, uma sala de televisão, uma sala de farmácia, um refeitório, doze banheiros, uma enfermaria e salas para as idosas fazerem tapetes e colchas de retalhos que aprendem umas com as outras. Com relação a essas atividades, podemos dizer que muitas vezes o momento de estar fabricando um tapete ou uma colcha contribui no passar do tempo, pois a atenção dedicada às atividades é muito grande e muito valorizada pelas idosas.

Na sala de refeitório, os idosos que são independentes e semidependentes, realizam cinco refeições. Já as idosas que estão na enfermaria recebem suas refeições na cama. Vale ressaltar que no período da pesquisa havia sete idosas internadas. Quando não estão fazendo tapetes ou colchas, as idosas costumam assistir programas de televisão, em especial desenhos animados. No caso dos homens, a maioria fica escutando música com os colegas, fazendo piadinhas, discutindo futebol ou pitando um cigarro para o tempo passar. Há idosos que quase não saem de seus quartos, pois nestes há televisão e por isso só se levantam para participar de alguma atividade diferente, para ir ao banheiro e para tomar banho. Toda segunda-feira, no período da tarde, os idosos do abrigo recebem visitas de pessoas católicas e às 15 horas rezam um terço, para em seguida realizarem o lanche coletivo, doado pelos organizadores da visita. Este momento é muito esperado pelos idosos, pois para muitos esta visita é a única que recebem durante a semana. Constatamos que nem todo os idosos participam do terço. Alguns por estarem doentes ou possuírem dificuldades de locomoção e outros por preferirem assistir programa de televisão, aparecendo no pátio no momento do lanche.

Como nossa intenção é compreender as representações que o idoso faz a respeito da família, procuramos inicialmente verificar qual o percentual de visitas que os idosos recebem de seus familiares, sejam eles, filhos (a), esposos (a), sobrinhos (a), afilhados (a) e outros. A esse respeito, a coordenadora disse:

“As visitas que os idosos recebem, na maioria das vezes, são de pessoas que fazem doações, pois são poucos os que têm o privilégio de receber uma visita de um familiar. No início da internação, os idosos aguardavam ansiosos a ilustre visita, mas com o passar do tempo eles vão “adotando” outras pessoas como sua família, pelo fato dessas novas pessoas fornecerem o carinho que precisam. Quando aparece algum familiar, eles ficam com nojo de beijar seu parente. Esta carência causa

muita dor ao interno, pois a falta de carinho deixa o idoso muito triste. As visitas, como havia dito, são muito esporádicas, e quando vem gente visitar, os que não recebem familiares choram e ficam tristes por dias” ( Entrevista realizada no dia 04. 02. 2004)

Percebemos, então que as visitas de familiares são mínimas e que isso é motivo de tristezas e desilusões para os idosos. Podemos dizer que a partir da internação, o idoso passa por um processo de perda dos laços familiares, sendo muitas vezes deixados e esquecidos, fato expressivo nas falas dos entrevistados que serão expostas a seguir.

Nossa pesquisa foi dividida em temas a serem desenvolvidos pelos informantes e o primeiro escolhido foi à infância (família primária), sucedido pelo casamento, filhos, isto é, a família que o idoso constituiu, e finalizamos com a questão das visitas e a importância da família na vida de nossos entrevistados.

Dos oito idosos entrevistados, constatamos que, no período da infância, seis viviam com seus pais e irmãos, fazendo parte de uma família considerada nuclear. Apenas uma idosa não morou com os pais, devido ao falecimento de sua mãe, mas por sua vez foi a responsável pela educação de seus irmãos que eram mais novos, sem ajuda do pai, pois este não dava atenção para os filhos, e uma outra idosa foi criada pela madrinha, ou Dindinha, e segundo ela, não chegou a conhecer os pais. Percebemos, então, que neste primeiro momento, da infância temos a presença de vários tipos de família.

A primeira depoente foi Dona Lucrecia, muito sorridente, com uma vitalidade admirável e muito determinada nos seus relatos. Recordava-se de momentos “tristes”, como o falecimento de seu único filho. Concordou em nos conceder seus depoimentos, desde que pudesse fazer sua colcha de retalho.

O contato com Dona Matilde foi facilitado pela presença da coordenadora e secretária, que juntas conversaram com a idosa e garantiram a mesma que seu nome não seria revelado. Esta idosa possui uma memória inquestionável, pois se recordava de detalhes minuciosos da sua infância e adolescência.

Com Dona Florinda e Dona Laurinda, a aproximação, além de ter sido difícil, foi também um desafio, pois ambas se encontravam internadas na enfermaria e sofriam com a falta de visitas e notícias de seus filhos. O desafio foi conseguir chegar ao fim das entrevistas, pois essas se emocionaram muito quando se recordavam de seus filhos.

Com relação aos homens as entrevistas foram realizadas com facilidade, pois um comentava com o outro e se interessavam em participar. Houve um caso específico em que o idoso nos procurou para ser entrevistado. O mais trabalhoso foi a conversa com Seu Miguelino. “Estava na secretaria da instituição e entrou um senhor pedindo cigarro para fumar

e parecia muito agoniado” (anotação de campo-12-07-2004). Segundo a coordenadora, sua ira era por causa do seu sobrinho, que havia marcado de visitá-lo e novamente não compareceu ao encontro. Fui orientada que Seu Miguelino era um idoso muito mal humorado e revoltado. Apesar disso, o escolhemos, pois sua representação acerca da família contribuiria muito para a nossa pesquisa.

Em virtude dessa pesquisa ser de caráter qualitativo, aspectos como gestos, silêncios e olhares foram importantes para captar informações não contidas nos discursos dos entrevistados. Os instrumentos utilizados nesse trabalho foram o gravador e o diário de campo, que juntos foram peças imprescindíveis para o registro das observações.

Remeteremos agora a alguns trechos das entrevistas realizadas, na intenção de relatarmos como foi o relacionamento destes idosos com seus familiares no período denominado infância. Todos os nomes apresentados são pseudônimos.

De acordo com Dona Lucrecia, baiana de 94 anos, residindo no abrigo há cinco anos: “Na minha infância, eu vivia com meus pais, trabalhava dentro de casa, fiava na roda, tecia pano, tudo isso eu fazia. Nós éramos oito irmãos, dois homens e seis mulheres”. Ao falar do seu passado, esta senhora afirma sentir muitas saudades deste tempo em que tudo era mais fácil, pois a “mamãe, o papai e os irmãos estavam perto, e não deixavam nada de ruim acontecer. Quando minha mãe morreu, nós já estava em Goiás”. Para ela, não só a perda da mãe foi muito difícil, como também a morte do pai e de seus seis irmãos, restando apenas uma irmã que reside em Goiânia, porém não a visita, pois, segundo Lucrecia, sua irmã é muito doente e os filhos dela não a deixam visitar. Esta idosa lamenta a falta de união entre seus parentes, que são sua irmã e seus sobrinhos. Isto ajuda a compreender sua preocupação com relação à própria morte, pois se não a visitam, quando ela morrer, não vão nem saber, “Isto é muito ruim, mamãe morreu e eu estava lá, se eu morrer, ninguém vai saber”. Durante toda entrevista, repetia a seguinte frase: “Eu não tenho mãe nem pai, só tenho uma irmã. Hoje, eu só tenho uma irmã viva que nem vem me ver, ela veio aqui só uma vez, porque meu neto de coração trouxe ela para me ver”.

Como esta idosa a todo o momento fala do seu “neto de coração”, resolvemos apresentá-lo agora. Este neto de coração a que ela se refere é um homem que, em um dia comum de visitas, resolveu adotá-la como avó, o que para esta idosa foi o melhor presente desde que entrou no abrigo. De acordo com seu relato, tudo aconteceu da seguinte forma:

“Meu neto me adotou aqui no abrigo. Ele me viu aqui e ai ele perguntou a mulher da secretaria se tinha uma velha que ele podia adotar. Ai ele gostou de mim e me adotou. Tá com quatro anos que ele me adotou. Ele é muito bom para mim, ele me visita de 15 em 15 dias, trás presentes, corta minha unha

(neste momento ela sorri). Eu tenho fotos, uma com meu filho, outra com meu neto e outra com minhas amigas de quarto”.

Nos dias atuais, este neto é sua família, e é o único que a visita regularmente. Quando seu neto falta em alguma visita, Dona Lucrecia fica o dia todo sem comer, passa mal, e só melhora quando algum funcionário lhe comunica que seu neto ligou avisando que a visita será no próximo final de semana.

Continuando a questão da família na infância, temos Dona Matilde, de 93 anos, (que não recorda o tempo que está no abrigo, embora a coordenadora tenha dito que ela está na instituição há aproximadamente 20 anos). Esta senhora não fez parte de uma família nuclear convencional, pois desde criança teve que assumir responsabilidades de adulta devido ao falecimento de sua mãe. Para esta idosa, a infância foi muito triste. De acordo com ela:

“É, minha filha, mágoa da minha infância eu tenho muito. Perdi minha mãe com 11 anos, criei 03 irmãos pequenos, meu pai não era flor que se cheirasse. Meu tio era uma maravilha, minha tia era uma flor, nunca vi criatura tão boa. Eu tinha um irmão que também era uma coisa maravilhosa, mais um era um fracasso. Cuidei de três irmãos, a mais velha tinha 07 anos, um outro de dois anos e outro de quatro. Eu criei direitinho, sofri muito, mais criei. Eu tenho muito amor a minha mãe (neste momento ela começa a chorar muito, a emoção toma conta do momento). Ela morreu dia 25 de abril, não lembro o ano. Sofri muito. Tudo que ela me ensinou eu fazia, se precisasse pisar no fogo, eu pisava. (...) Quando eu era criança, dava conta dos meus irmãos pequenos, era eu quem cuidava deles, eu criei eles do jeito que a mamãe me criou. Ela dizia: se tiver que passar fome, passe fome, passe sede, mas não deixa meus filhos pra ninguém e eu sofri muito, mas eu criei. Meu pai não era flor que se cheirava, ficou viúvo e começou logo a namorar e viajava e passava mês sem ir para casa. Se for contar minha vida, ninguém acredita”.

Podemos perceber que as recordações deste período continuam vivas e bem marcantes na vida desta idosa de 93 anos. Quando ela estava sendo entrevistada, tanto a coordenadora quanto a secretária da instituição estavam presentes, pois já conheciam sua história e ficaram observando se Matilde conseguiria chegar ao final da entrevista. Em muitos momentos, esta senhora lamentava a morte da mãe e olhava para o céu, como se estivesse vendo algo ou alguém. Em muitos momentos se emocionou e pedia para esperar um tempo para recuperar a fala e continuar a entrevista. Com relação à criação dos seus irmãos, orgulhava-se em dizer que, apesar do imenso sofrimento, havia conseguido passar a eles aquilo que sua mãe tinha lhe ensinado.

Vive no abrigo também uma senhora que foi criada pela madrinha e pela avó. Ela não soube explicar o porquê de não ter vivido com seus pais, mas se recorda que nunca os conheceu. Segundo Dona Florinda, 65 anos, que não se recorda do tempo que vive no abrigo, “Minha vida, minha infância, eu não sei como foi. Ah! Eu me lembro que morava com minha avó e minha dindinha. Morava em Porangatu, era filha única, mais não morava com meus pais”. Esta idosa pouco se recorda da sua infância, pois segundo ela “a memória tá fraca, só

sei que minha dindinha era muito boa para mim”. Das entrevistadas, esta foi a que apresentou maior dificuldade em falar sobre sua vida. Apesar disso, a escolhemos, devido sua sobriedade e facilidade em se comunicar.

Nossa quarta entrevistada, por sua vez, tinha uma família onde o poder estava com a mãe, pois esta era muito rígida com os filhos. De acordo com Dona Laurinda (80 anos),

“Minha mãe batia na gente demais. Meu pai era rico, mas nós vivia na roça dos outros, capinando. Minha mãe tinha três filhos, mas eles já morreram, só tem eu viva. Minha mãe tinha ao todo dez filhos, porque ela casou duas vezes. Mas só eu que estou viva. Quando eu era moça não podia sair pra lugar nenhum, só saia no domingo com minha mãe’

Podemos observar que, entre as mulheres, presenciamos variadas estruturas familiares e cada uma com seu modo particular. Observamos também que nenhuma idosa se referiu aos estudos, pois tinham que trabalhar na roça para ajudarem no sustento da família, não sobrando tempo para se dedicarem aos estudos. Como demonstram os depoimentos, há uma forte característica do feminino, onde a mulher era criada para o “lar”, fortalecendo assim seu papel social em relação à responsabilidade com a casa e futuramente com o marido e os filhos.

Dentre os homens, percebemos que a trajetória da família na infância é muito semelhante as das mulheres, no que se refere aos tipos de família. O primeiro idoso entrevistado expõe sua vivência com sua mãe e irmãos e seu relacionamento com estes. Segundo Seu Sebastião de 88 anos, mineiro e há sete no abrigo.

“Do meu pai, eu não posso falar nada não. Morava com minha mãe e quando tinha 26 anos ela morreu. Daí para cá e vivi no mundo. Meus irmãos são casados e eu fiquei só. Adquiri família e hoje tenho os filhos e eu tô vivendo. Com as graças de Deus estou vivendo aqui no abrigo. Meu tempo de infância foi um pouco pesado por falta de possibilidade, mais a vida foi boa. Na adolescência a gente teve muitos amigos. Aqui, por exemplo, todo mundo é amigo. Tenho aqui os companheiros de quarto que nos damos muito bem. Eu fui casado duas vezes” (Sebastião-88 anos).

Vimos através deste depoimento que a família predominante na sua infância foi a monoparental, onde somente a mãe cuida e educa os filhos. Na sua fala, Seu Sebastião evidencia a ausência da figura paterna e ressalta a importância de se ter amigos. Para este idoso, os amigos representam peças fundamentais na sua vida.

Outro idoso entrevistado foi o Seu Deusino, 65 anos e, destes, quatro anos e meio em abrigos, sendo quatro anos no abrigo de Caldas Novas e seis meses no de Goiânia. A respeito da sua família, na infância diz;

“Eu morava com meus pais em Campinas, na Avenida Pará, 412, depois morei uns tempos com meus pais na fazenda, no Mondongo, no município de Jaraguá. Quando meu pai foi fazer um serviço em Manaus, ele me internou em Uberaba e lá eu fiquei

Nitro PDF Software

100 Portable Document Lane

25 de setembro de 2007, partes (São Paulo)

11 anos, fiz o primário, o ginásio e o científico, de lá é que eu vim pra cá. Meu pai morreu e minha mãe também, os dois morreram com mais de oitenta anos”.

De todos os idosos entrevistados este foi o único que, além de ter feito o ensino médio, estudou na Universidade Católica de Goiás, concluindo o curso de Direito. Este idoso é o único do abrigo que fez uma faculdade.

Apresentamos a seguir parte da entrevista de um idoso que conviveu na sua infância com seus pais e irmãos e, a todo o momento, referia-se às recordações de sua família. Seu João, de 84 anos, destes, oito no abrigo, diz:

“Eu fui criado mais em fazendas, tomando conta de gados, mexendo com lavouras e ajudava nas despesas. Morava aqui em Goiás. Tive cinco irmãos e eu sou o mais velho dos homens. Eu tinha um relacionamento muito bom com meus pais, nossa família era uma família unida, pelas graças de Deus. Na minha adolescência trabalhei muito, até os 15 anos eu trabalhava com gados. Depois de 1963 eu passei a viajar para São Paulo, fiquei 11 anos fazendo serviço no estradão”.

Este idoso foi o primeiro a comentar a respeito da fé. No transcorrer das entrevistas, percebemos que a maioria dos idosos se remetem à religião e a Deus como forma de explicar e justificar sua permanência no abrigo, pois, segundo eles, “Deus sabe tudo”.

O último idoso a ser entrevistado foi Seu Miguelino, de 85 anos, há um ano no abrigo. De acordo com ele:

“Sou solteiro, nunca quis casar, pois acho que casamento é muita dor de cabeça. Minha mãe teve oito filhos, mas hoje só é vivo eu e meu irmão mais novo. Nós morávamos quando criança com meus pais e trabalhava na roça com meu pai e meus irmãos. Eu já morei na Vila Nova. Antes de vim para cá, eu morava na Vila Pedroso. Eu não cozinhava, comia todos os dias no restaurante. Sou aposentado e gosto muito de fumar, por isso que estou tão destruído assim”.

Ao serem entrevistados, os homens demonstravam anseio e alegria por terem sido escolhidos. Dentre eles, Seu Deusino pediu-nos para ser entrevistado, pois gostaria de ajudar neste trabalho pelo fato de ter concluído um curso superior, e achar que suas informações eram distintas das dos outros idosos.

Cada idoso apresenta sua família no período da infância como um momento marcado por várias emoções, sejam elas boas ou não. Constatamos também que no período da infância destes já havia outros modelos de família, além do nuclear, isto é, a família composta pelo pai, mãe e filhos.

Discutimos agora a família na fase da adolescência. Vale ressaltar que nem todos os idosos se recordaram desta fase. Apresentamos trechos em que os idosos às vezes também se reportam a informações da vida adulta. Segundo Dona Lucrecia:

“Eu só tive um filho, que é aquele da foto, que já morreu e não tive mais filhos, nenhum, só aquele. Eu casei e depois fiquei viúva. Meu filho tinha cinco anos,

quando meu marido morreu. Aquela foto é para lembrar do meu filho. Eu trabalhava na roça, e em casa, morava na Bahia. Meu filho viveu até os 29 anos. Não se casou por causa da maldita”.

De acordo com esta idosa, sua vida foi marcada pela “maldita”, isto é, pela bebida, pois tanto seu marido quanto seu filho morreram devido à cachaça. Ela quase não toca no assunto casamento devido não ter recordações boas como ela mesma afirma: “Temos que falar de coisa boa, não de coisa triste, senão a tristeza volta e agora estou feliz porque tenho meu neto de coração”.

Com relação à adolescência e casamento, Dona Matilde expõe em seu relato as dificuldades que teve para educar seus irmãos e a tristeza em ter se casado, pois seu casamento foi marcado por traições e muito sofrimento, além de ressaltar a alegria de não ter tido filho, uma vez que, segundo ela, você só pode ter filhos se “tiver um bom marido. Imagine se o marido não prestar?”. De acordo com esta idosa:

“Na minha adolescência eu continuei criando meus irmãos, um já morreu, este morava em Santos, e se dava muito bem comigo. Ele trabalhava num sindicato dos barbeiros. O salão era um espetáculo, ele morreu do coração. Os outros moram em Fortaleza. Eu sofri muito minha filha, mas depois eu vi que a vida não dava, aconteceu tanta coisa, mas tinha uma senhora que era muito boa, muito amiga e via meu sofrimento. Ai ela disse: você é tão cuidadosa. Você é dona de casa, cozinha bem, faz doces ai ela falava, porque você não faz uma pensãozinha. Ai eu falava: como eu vou fazer isso? Então eu tinha que alugar uma casa para morar, aluguei uma casa grande que tinha 06 quartos, sala, corredor, área grande, quintal, muro que era grande, e uma casa dessa era 40 cruzeiros, então eu aluguei e ela me deu muitas coisas. Me deu panelas, me ajudou com muitas coisas e eu fiz a pensão, cuidei dos meus irmãos e fui levando a vida, casei um, depois casei outro, depois o outro. Eu casei, mas o sujeito me deixou para ficar com uma dona que tinha uma fazenda de vacas. Graças a Deus, criei meus irmãos, todos casaram, hoje são donos de casa, um morreu e só eu fiquei. Meu marido que foi trabalhar na fazenda começou a morar com a dona. Ele passou a viver com esta mulher. Quando ele pegou doenças venéreas me escreveu, então eu escrevi para meu irmão e ele me mandou para Santos. Em Santos eu aprendi a fazer unhas e ganhava meu dinheirinho, e mandava para a família. Hoje quem ta vivo são meus dois irmãos, a menina e o menino e os filhos do meu tio”.

Dona Matilde relata, em sua fala, como foi sua vida na adolescência e nos revela o orgulho que tinha de seu irmão. Este era dono de um salão de barbearia e devido um problema no coração veio a falecer. Para ela, esse irmão era um grande amigo, pois além de ajudar nas dificuldades, também dava carinho e atenção. Essa idosa comenta sobre a vida de seu marido e as “traições”, além de apresentar o problema de saúde que este teve e por isso queria ajuda. Quando soube da doença de seu marido, Dona Matilde foi para Santos a pedido de seu irmão e lá aprendeu a profissão de manicure, trabalho que lhe permitiu receber uma renda que ela dividia com o restante da família. Pudemos perceber que tanto dona Lucrecia quanto Dona

Matilde tiveram decepções no casamento, porém a primeira se recusa a relatar tal assunto devido ser marcado pela tristeza.

No que se refere à família monoparental, temos como exemplo Dona Florinda, que não se casou, mas teve uma filha de quem procurou cuidar com muito carinho. Em seu relato ela afirma: “Eu nunca fui casada, mas tive uma filha. O nome dela é como de Nossa Senhora. Eu coloquei este nome para que Nossa Senhora a abençoasse por toda vida. Eu tenho um netinho, mas minha filha também não é casada. Eu queria ter fotos deles, mas não tenho nenhuma”. Percebemos que a vida desta senhora foi marcada pela fé, sendo sua filha uma menina que recebeu o nome de Maria em sinal da confiança divina. Seguindo o exemplo de Dona Florinda, sua filha também não se casou e teve um único filho. A religião está muito presente na vida desta idosa. Para ceder sua entrevista, ela me fez prometer que no final rezaria com ela um terço. Na enfermaria em que ela se encontra, há várias imagens de santos, especialmente de Nossa Senhora. De acordo com ela, a religião é muito importante na sua vida, pois “é a religião que me dá força para esperar a visita da minha filha e também a melhora da minha saúde”.

Com relação à questão do recasamento (tema discutido em capítulos anteriores), também há no abrigo alguns idosos que foram casados mais de uma vez, como é o caso de Dona Laurinda e Seu Sebastião. Dona Laurinda foi casada duas vezes, assim como seu Sebastião, mas suas histórias são bem diferentes. Segundo Dona Laurinda: “Eu fui casada duas vezes e tive três filhos homens. Só o caçula vem me visitar. Ele mora na Vila Nova, e os outros, um mora em Goiás e vive bebendo e o outro mora na Vila Regina. Esse último vem uma vez ou outra, ele não gosta de ficar aqui”. Na sua entrevista, ela diz que se casou mais de uma vez porque não dava certo com seu primeiro marido: “Ele me batia e maltratava, então separei e depois casei com outro bom”. Dentre as mulheres, pudemos observar que três foram casadas e cuidavam de seus filhos e uma que não teve filhos, mas quando criança teve que assumir a responsabilidade de “mãe” com seus irmãos devido ao falecimento de sua mãe. Apenas uma não se casou, mas teve uma filha.

Já seu Sebastião informa: “Fui casado duas vezes e sou viúvo das duas. Dos meus casamentos tive sete filhos, dois com a primeira esposa e cinco com a segunda”. Seu segundo casamento aconteceu devido ao falecimento da sua primeira esposa e, como tinha que educar os filhos, “precisava de uma companheira para ajudar nessa tarefa”. Por isso se casou novamente.

Notamos que a figura feminina para este idoso era de extrema importância, pois após o falecimento da sua primeira esposa, ele sentiu a necessidade de ter uma companheira

que o ajudasse na criação dos filhos. Para ele, a ausência da mãe poderia dificultar na educação dos filhos, pois como ele questiona “quem iria cuidar deles enquanto eu trabalhava?”.

Apresentamos agora dois idosos que não se casaram e explicam os motivos que favoreceram nesta decisão. De acordo com Seu João: “Penso que casar deve ser a melhor coisa, mas fiquei com medo de não achar uma esposa boa, que combinasse, porque se não combinar deve ser muito ruim”. Já para Seu Miguelino, o motivo foi que “mulher dá trabalho demais, então preferi ficar sozinho. Não tenho filhos, apenas um irmão e um sobrinho”. Temos aqui algumas justificativas que se referem à opção pelo celibato. Cada idoso aponta seus motivos que o levaram a escolher a vida sem ninguém, isto é, sem uma companheira. Além de não serem casados, também não tiveram filhos.

Por último, temos Seu Deusino, que diz ser separado, mas que sua ex-mulher e seus filhos são muito bons para ele. De acordo com este idoso: “Casei, tive três filhos que gostam muito de mim e que me dão muito carinho”. Quando reporta-se a seus filhos fica emocionado.

Encerramos nossa pesquisa com a questão da ida do idoso para o abrigo e também com a questão que se refere à importância da família na vida destes. Por meio dos depoimentos que serão apresentados a seguir, notamos que a maioria dos idosos vivencia a perda dos laços familiares, por não terem contatos com as pessoas consanguíneas, e assim criam afinidades com seus colegas de quartos e pessoas desconhecidas que visitam a instituição, retratando-os como sua família.

Dona Lucrecia aponta sua tristeza em não ter a irmã por perto, e a alegria em ter um neto do coração. Segundo ela:

“Fico encabulada com minha irmã, tem cinco anos que vivo aqui e apenas um vez ela veio me visitar. A gente é do mesmo sangue, mas não parece. Família é bom, né, para quem tem família é bom. Pra mim família é bom e ruim, é ruim porque não vem me visitar, mas os de fora vem, pra mim é a mesma coisa. Sem visita é que nós não fica, porque os de fora vem, tudo é bom. Tudo é bom para nós. Graças a Deus nós não fica sem visita. Eu sinto muita falta da minha irmã, pois só tenho ela de resto, porque os outros tudo já morreu, e só tenho esta. Só tem esta e eu. Eu sinto falta, mas o que eu posso fazer? Hoje eu só tenho um neto que me adotou. O abandono me entristece, pois só sobrou eu e minha irmã. Quando meu irmão morreu, eu morava com ele, então eu fui morar com meu sobrinho, depois ele casou e me, pois neste abrigo. Meu sobrinho começou a beber demais e depois ele morreu”.

Para esta idosa, é muito ruim não ter a presença de sua irmã, sendo que ela é a única da sua família que mora perto e que poderia visitá-la ou ao menos ligar no abrigo para saber notícias. Sua alegria, como já foi exposto, é a visita de seu neto de coração. No seu

quarto, ao lado de sua cama, tem um foto deste neto que ela tanto diz gostar. Para ela, este neto também é motivo de brigas entre ela e as outras idosas, pois “elas ficam dando em cima dele, e eu sou muito ciumenta. Até entendo este assanhamento porque só eu tenho um neto de coração e elas ficam com inveja de mim, mas o neto é meu”. Sua adaptação ao abrigo foi difícil no início, pois “Tinha muita briga aqui, briga de véi, mas eu gosto, mas Deus me ajudou que eu ficasse aqui: aqui é o lugar que arranjei. Cheguei chorando, mas acostumei”. Esta idosa divide seu quarto com outras três senhoras. Seu quarto é cheio de bichinhos de pelúcia e as paredes são cheias de gravuras de atores e atrizes famosos. Na sua cama há cinco ursinhos cada um com um nome, na cômoda há vários cremes e muitas imagens de santos. Notamos que a religiosidade também é muito presente na vida dessa senhora.

Por meio do seu depoimento percebemos que há uma ressignificação da família na sua vida, no momento em que ela afirma que “minha família hoje é meu neto e as pessoas que me visitam”. Vimos que apesar da ausência de sua irmã, essa idosa considera as pessoas de fora - que são aquelas que rezam o terço nas segundas-feiras, a manicure e os estagiários - como sua família, pois estes lhe oferecem aquilo que ela precisa, isto é, carinho e atenção.

Na fala de Dona Matilde, a situação remete sempre ao sofrimento com relação à criação de seus irmãos e o orgulho em saber que estes estão bem, apesar de não dar notícias. Para ela:

“Meus irmãos sabem que estou aqui mais nunca vieram me visitar, eu acho que é porque é longe, eles moram em Fortaleza, e para me visitar precisa de dinheiro. Nenhum me liga, o único que ligava é o que já morreu. Nós éramos duas almas em um caminho. A gente se via demais, ele era muito bom, tanto para mim, como para os outros. Eu não tenho fotos deles. Pela graça de Deus eu não tive filhos, pois mãe é louca pelos filhos e se o marido não presta. Eu acho minha vida maravilhosa, todo mundo gosta de mim, Santo Deus me defenda.

Aqui eu tenho visita em meu quarto, é tupetado de gente. Sábado e domingo meu quarto é cheio, não cabe nem mosca. Eu não sinto falta dos meus irmãos, pois eles estão bem. A gente precisa saber viver, ingratião com amor não se paga. Às vezes, as pessoas fingem que quer amor e assim pensa: vou te enganar, mas não me engana mais não. Enganou uma vez é bastante, pra mim é”.

Esta idosa procura demonstrar que o que ela fez pelos irmãos não foi retribuído com o mesmo carinho e atenção. Apesar disto, ela não lamenta, pois seus irmãos que são vivos estão bem. Sua família hoje é composta por aqueles que a visitam no abrigo. Apesar da ausência dos familiares consanguíneos, Dona Matilde tem muito carinho por eles e acredita que esta falta de visita se dá devido às condições financeiras não serem favoráveis e por morarem em Fortaleza, o que torna os gastos com visitas muito elevados. Novamente temos

um depoimento que fortalece a mudança do sentido de família. No que refere à vida e a importância da família, Dona Matilde tem a seguinte opinião:

“Eu adoro a vida, com toda pobreza, com todo o sofrimento, adoro minha vida, conheço muita gente. Ganho minha pensãozinha do INSS e assim vivo. Família, eu gosto de coração, quero muito bem meus irmãos, estes dois que estão em Fortaleza, todos estão bem casados. Não sinto falta deles porque eles não dão notícias. E acontece o seguinte: feliz esta quem vive bem, no seu lugar sossegado. Sei viver muito bem, graças a Deus. A pessoa sabendo viver, sabendo agradar todo mundo, é uma pessoa feliz.

Família são os dentes e isso mesmo morde a língua, muitas vezes a gente morde a língua, sem pensar que vai morder nela e machucar ela com os dentes. Eu tô muito bem assim e meus irmãos também.

Eu morava com o caçula, que é o que morreu, depois fui para Fortaleza e não gostei de lá. Eu criei minha afilhada e vim para Goiânia para morar com ela, quando ela se casou me trouxe para cá. Ela é a única da minha família que me visita”.

Dona Matilde faz uma comparação entre a família e os dentes. Segundo ela, os dentes podem morder a língua sem querer e a família isola seus membros sem sentir. Dona Matilde divide seu quarto com outra idosa. Apesar da idade ela procura sempre se locomover para “não perder as forças de andar. Sempre estou com minha companheira muleta, que não me deixa cair”.

Na fala de Dona Florinda encontramos uma forte vontade de estar ao lado da filha, que é definida como sua família. Esta senhora se emociona ao dizer: “Eu tenho minha filha, e isso é minha família, mas eu não vivo com ela. Minha filha é tudo para mim. Tem vez que ela vem aqui, e quando ela vem eu fico muito feliz. Eu rezo todos os dias para que Deus traga ela de volta para mim”. Em seguida, lhe foi perguntado se ela não tinha vontade de viver com sua filha e seu neto, e a resposta foi que, apesar da saudade, ela não queria não, “porque a vida da gente é Deus que pode, né?”.

A última entrevistada, Dona Laurinda, que também vive na enfermaria, emociona-se quando o assunto é o motivo de estar no abrigo e a importância da família na sua vida. A percepção de que a presença na casa dos filhos representa um incômodo é manifesta em sua fala:

“Eu não lembro quem me trouxe para cá, mas queria morar com meus filhos só que eles não me querem. Eu morava com o caçula, mas depois que ele casou a mulher dele e nem ele me querem mais. Ele diz que eu sou doente e ele não tem tempo de zelar de mim, foi isso que ele falou”. Minha filha eu não sei. Meus filhos não me querem, um vive bebendo, outro casou e outro também não me quer. Tenho um neto que é o único que me visita. Eu sinto tanta falta dos meus filhos, às vezes quando eu acordo parece que eu to vendo eles. Tem vezes que eu choro, faz falta demais deles comigo. Eles nem ligam mais, só o mais novo que vem aqui. Eu não tenho nenhuma foto deles”.

Para esta senhora, é muito triste saber que seus filhos não a querem, pois seu maior sonho seria viver com um dos três. Essa percepção de se sentir um peso para a família na maioria das vezes coincide com o momento em que pais e filhos passam a experimentar uma inversão de responsabilidades. Essa nova situação requer uma preparação por parte da família de modo a evitar que os velhos pressuponham ser uma sobrecarga para os filhos; é uma aflição para eles a confirmação desse julgamento (Texeira, 2000). Ela nos informou que quase sempre tem sonhos com eles e “acordo chorando chamando eles; então tenho que tomar remédios que me acalmam”.

Pudemos constatar no decorrer de nossas análises que a família representa para essas idosas algo que existe, mas se encontra distante. As que têm filhos e netos, que são as duas da enfermaria, são as que mais sofrem com o abandono, isto é, com a perda dos seus laços familiares e, apesar de receberem visitas de outras pessoas, não conseguem preencher o espaço de solidão. Ambas precisam de ajuda para se locomoverem devido à dificuldade de andar, fator que favorece o isolamento destas, até mesmo em relação aos próprios idosos do abrigo. Com relação às outras, observamos que o fato de poderem se locomover contribui na interação destas com os demais moradores do abrigo e, talvez por isso, conseguem criar vínculos de afinidade entre si e com os visitantes, que possam ser considerados “sua família”.

Passamos agora para os homens. Como já foi exposto anteriormente, o abrigo é dividido em alas e com relação à interação, percebemos que são formados grupos conforme o gênero, não havendo muito contato entre os homens idosos e as mulheres idosas.

Seu Sebastião, no dia da entrevista, estava recebendo a visita de duas filhas, algo que lhe deixou muito feliz, mas, apesar dessa surpresa agradável, ele não deixa de expor a realidade que vive. Segundo ele:

“Meus filhos quase não me visitam. Essas duas aqui têm uma que é a primeira vez que ela vem, depois de 07 anos, a outra é a segunda vez, ela estava internada e resolveu me visitar. Os outros filhos nem aparecem, não ligam, nem escrevem. Tenho uma filha que é a única que me visita depois de um, dois ou três meses”.

De acordo com Seu Sebastião, sua ida para o abrigo aconteceu da seguinte forma: “Eu descobri o abrigo quando eu vim me tratar na Santa Casa e o médico me jogou para cá. Vai fazer sete anos, no dia 1º de março”. Segundo este idoso, o médico o colocou no abrigo porque “eu precisava cuidar da saúde e não tinha com quem ficar”.

Quando este idoso fala a respeito da importância da família e a proposta de morar com um dos filhos, as filhas que ali estavam presentes ficaram atentas com relação à resposta do pai. Para ele, a hipótese de morar com os filhos não é bem-vinda, pois “a gente não tem um

pensamento firme sobre isso, por causa da necessidade. Quando preciso de algum médico, tudo está perto, fora disso aí, acho que todos me acolhem”. Sobre a importância da família, ele é bem firme com sua resposta. De acordo com ele:

“A importância é que a gente combina, não tenho nada a clamar dos meus filhos, nem dos netos e netas, pois eles ainda são pequenos. Eu não posso falar o porquê dos meus filhos não me visitarem, pois hoje, por exemplo o querer não tem distância. Eles sabem que eu estou aqui, mas nem notícias eles mandam para mim. Se não vem eu não sei se é por falta de possibilidades ou porque às vezes não quer. E isso aí não tem como responder, porque se eles ao menos mandassem correspondência pra gente...nunca mandaram. Eu também não sei como mandar pra lá, fica quieto. A gente sente muita falta dos filhos, pois a gente combina. Eu agora só espero as bênçãos divinas” .

Ao final da entrevista, as filhas me chamaram para justificar a ausência. Segundo elas, a falta de visita se dá devido às dificuldades financeiras, pois estas moram em outras cidades e não possuem condições para visitá-lo regularmente. Beauvoir (1990b) diz que, na maioria das vezes, o acesso ao asilo é difícil. Os parentes e amigos só podem aparecer lá aos sábados e domingos, pois o tempo exigido pelo deslocamento os desencoraja. Assim é necessário cancelar o pouco do lazer ou de ocupações que se tem para que o velho não fique abandonado.

Um outro depoimento que temos é o de Seu Deusino, que nos apresenta sua trajetória em abrigos:

“Nesse abrigo aqui tem pouco tempo. Agora eu vim do abrigo de Caldas Novas, no abrigo de lá eu fiquei 04 anos. Lá em Caldas eu morava perto do meu filho e ele era engenheiro de tramontina e ele mudou de firma e mandaram ele para Primavera do Oeste, lá em Cuiabá. Ai ele perguntou: pai pra onde o senhor agora vai? Uai, meu filho na hora de mudar, eu vou lá para Goiânia. (...)Eu gosto muito de Goiânia, pois lá eu fiz Direito e tenho uma filha que fez Letras e hoje é professora, ela mora na Vila União e é professora de um grande colégio e uma outra que faz economia. Eu tenho um neto lá na Primavera do Oeste”.

Com relação aos familiares ele diz:

“Eu tenho um irmão que já faleceu e tenho uma irmã que falta a perna, ela mora no setor Oeste, ela é minha irmã mais velha. O marido dela era médico, deixou ela em condições boas. Ela tem carro, ela tem condições boas. Ela tem carro, ela anda no carro. Ela tem duas filhas, uma é psicóloga e a outra é biomédica. Essa biomédica já veio aqui, a outra não”

A respeito das visitas, ele afirma: “Quando podem, elas [suas filhas] vêm me visitar. Esse que mora lá na Primavera demora mais, pois para ele [o filho] é mais difícil, mas a professora vem quase todos os dias”. E sobre a importância da família, Seu Deusino se emociona e chora: “É a razão da vida da gente, nossos filhos são tudo para mim. Meus filhos são bons. Eu tenho uma filha que me leva para passear. Minha irmã não veio me visitar aqui, mas em Caldas ela foi”.

Segundo as informações deste idoso, ele é o que mais recebe visitas de seus familiares. Ao falar de seus filhos, nos demonstrou ter muito orgulho, pois, como o mesmo afirma, “são filhos bons”. Perguntamos para ele o que significa dizer que os filhos são bons, então nos respondeu: “São filhos que dão carinho, que ajudam sempre que podem”. Neste momento, seu companheiro de quarto chega para pegar um cigarro e escutando o final da frase, faz o seguinte comentário: “Este pelo menos tem quem o visita”. Depois do comentário, sai do quarto cabisbaixo.

Seu Deusino está no abrigo devido não ter uma perna e suas dificuldades são muitas, principalmente no que refere à locomoção. Ele divide o quarto com outro idoso e neste há uma televisão colorida que Seu Deusino ganhou de sua ex-mulher.

Seu João, por sua vez, expõe em sua entrevista o carinho especial que tem com seus familiares e que estes também lhe dão. De acordo com ele:

“Os únicos parentes que tenho são dois irmãos que estão vivos, uma sobrinha e uma cunhada. Antes de vim para o abrigo, eu morava na casa da minha irmã, mas depois que ela morreu, minha sobrinha achou melhor me internar nesta instituição”.

A respeito de morar com um de seus irmãos ou com a cunhada, ele tem a seguinte posição: “Ah! Eu tenho um irmão que mora em Goiandira e eu acho que se eu sair daqui eu posso ir para lá, ou então eu posso ir para casa da minha cunhada em Edéia”. A família para ele é importante, pois tudo é amizade. “Fiquei com meu pai até seu fim de vida. Tudo que eu fazia era para ajudar na despesa de casa. Meus irmãos sempre me visitam, até meu sobrinho de Edéia já veio”.

Por fim, Seu Miguelino nos aponta a extrema decepção com relação aos seus familiares, que, segundo ele, “me enganaram, eu pensei que ia morar com meu sobrinho e ele me trouxe para cá e nem vem me visitar”. Com relação a visitas, ele muito triste diz: “Meu irmão não vem nem me ver, nem meu sobrinho que eu gosto tanto. Eles falam: eu vou te visitar amanhã e esse amanhã não chega. Eu fico esperando e ele não vem”. Ao falar sobre sua ida para instituição, muito decepcionado fala que:

“Meu sobrinho que me trouxe para esse lugar, ele dizia: ‘o senhor precisa de um lugar, pois não tem mais trabalho. Você come todo dia em restaurante, então eu vou te levar para um lugar em que você não vai pagar aluguel e também não terá que comer em restaurante’. Pensei que fosse para casa dele, mas não foi. Ai, eu fiquei doente e ele veio e procurou um abrigo para mim, para eu descansar. Meu sobrinho me trouxe de carro e agora não vem me visitar”.

Com relação à importância da família ele diz que:

“Eu tinha sete irmãos e agora só tenho um que nem lembra de mim, tenho um sobrinho que diz que vem me visitar e nunca vem, família era a que eu tinha quando era moleque. Eu trabalhava, mas tinha todo mundo, hoje só tenho meu cigarrinho. Quando meu sobrinho avisa dizendo que vem me visitar, eu fico

Nitro PDF Software

100 Portable Document Lane

25 de setembro de 2007, partes (São Paulo)

esperando e ele não chega, aí eu não como, só fumo. Mas fazer o que? Esperar e fumar”.

Devido à sua revolta com a família e talvez por ser impaciente, esse idoso não consegue ter um vínculo com os demais moradores do abrigo. Para realizarmos a entrevista, tivemos que remarcá-la três vezes, e no dia em que ele nos concedeu seu tempo, na metade da conversa, resolveu fumar, e quando retornou, se recusou a continuar a entrevista.

Entre os homens, nem todos foram casados e, por tal motivo, não constituíram uma família nuclear, não têm filhos, apenas irmãos, sobrinhos e cunhados. Dos casados, percebemos que recebem poucas visitas, mas, comparados às mulheres, o número de visitas é em maior número. Eles também justificam a não visita dos familiares, com os mesmos argumentos das mulheres.

Os idosos sofrem com o abandono dos familiares e este fator faz com que estes se isolem, ficando tristes, pois sempre aguardam uma visita, e esta não acontece. De acordo com a Coordenadora do Asilo, cerca de 60 % dos idosos desta instituição recebem visitas, mesmo que esporádicas, de algum familiar ou amigos, enquanto que 40% ficam na expectativa de ser lembrados e receber visitas de seus familiares. A falta de visitas provoca nos idosos, depressão e falta de apetite, fazendo com que eles fiquem doentes.

Apesar da instituição tentar um vínculo com a família, isto nem sempre é possível, pois muitos dos familiares apenas levam seus idosos e os deixam sem depois retornarem com suas visitas. Ao receberem as visitas de outras pessoas que não são seus familiares (isto é, não são parentes consangüíneos), eles acabam considerando-os com seus parentes de coração, pois se dispõem de um tempo para visitá-los e lhes dar atenção. Para Moragas (1997), a perspectiva interativa é dinâmica e resulta de uma negociação entre os ocupantes dos diferentes papéis sociais. Estes são construídos ao longo da vida da pessoa, que a cada instante desempenha o papel que a sua idade e suas condições exigem.

As relações entre pais e filhos possuem uma dinâmica própria. Estes passam progressivamente da dependência total para independência. A vida familiar se organiza por meio de uma série de intercâmbios no decorrer da existência das pessoas. Quando na velhice surgem limitações nos pais, estes passam a precisar da intervenção dos filhos. Mas, se há construção de vínculos afetivos entre os membros da família ao longo de sua história, como superar o abandono e a falta de carinho?

Como argumenta Barros (1987), numa sociedade heterogênea e complexa nos domínios sociais e simbólicos, a família se tornou um objeto importante de análise e de pesquisa sobre a transformação e a continuidade de padrões sociais e culturais. Os laços

morais construídos mediante o processo de socialização demonstram que os laços de família ultrapassam os laços de parentesco. São criados códigos particulares capazes de fazer fluir diversas facetas de relacionamento.

Um aspecto que nos chamou atenção foi o fato desses moradores ressignificarem suas famílias, não deixando de lado a consangüinidade, mas se apropriando de novos vínculos de afinidades que, constituem a família atual. Apesar de terem filhos, sobrinhos e irmãos, a maioria se sente só, pois não é lembrada ou visitada. A família para estes idosos representa, então, os amigos do abrigo e as pessoas que os visitam constantemente, pois o que vale, segundo alguns, é o carinho recebido, a atenção e o respeito.

*P@rtes*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de compreender as representações sociais da família a partir dos depoimentos dos idosos asilados levou-nos à percepção de que essa instituição é reconstruída através do tempo e do contato do idoso com seus familiares.

Para realizarmos essa análise escolhemos alguns temas que nos serviram como fio condutor quando visamos caracterizar idoso, família e a instituição asilar. Dentre esses temas, podemos destacar as transformações dos conceitos de idoso e família, as características de instituições asilares, o relacionamento dos idosos com seus familiares nas várias etapas da vida.

Considerando a importância da família no processo de crescimento de qualquer indivíduo, podemos afirmar que a ausência dela representa grande perda para os idosos. Surgiu uma interrogação pelo fato de que, no asilo pesquisado, a maior parte dos internos (80%) possuem família. Procuramos saber, assim, como estes idosos representam suas famílias. Existia um vínculo forte entre eles? Houve resignificação no conceito de família?

Começamos nosso trabalho a partir de uma música, “Filho adotivo”, que busca retratar a vida de um homem que durante muito tempo buscou trabalhar para garantir os melhores estudos para seus seis filhos consangüíneos e seu filho adotivo. Mas na sua velhice esse homem é abandonado pelos seus consangüíneos, tendo carinho e atenção apenas do seu filho adotivo. Em um determinado momento, vivendo numa instituição asilar, esse idoso é surpreendido pelo amor do seu filho adotivo, que com muito trabalho consegue comprar uma casa, formar uma família e levá-lo para morar com ele, retribuindo, assim, toda atenção que lhe foi dada em momentos anteriores.

Nas entrevistas realizadas, observamos que esta é uma realidade vivida por muitos que se encontram em instituições asilares. São homens e mulheres abandonados pelos seus consangüíneos e acolhidos por pessoas antes desconhecidas, que, com o passar do tempo, são integrados e representados como a nova família. Este é caso de Dona Lucrecia, que adota um homem como seu neto de coração.

Na nossa discussão sobre a velhice, pudemos analisar que esta fase da vida é construída culturalmente, de acordo com os valores da sociedade e seus costumes. Na nossa sociedade capitalista do século XXI, prevalece com muita força o estigma de que ser velho é ser um estorvo, algo ultrapassado. Apesar de inúmeras novidades nas tecnologias e nas ciências, não são todas as pessoas com idade superior a 60 anos que têm o privilégio de

usufruírem desses benefícios, para retardar os sinais do envelhecimento, pois não possuem condições financeiras e de saúde que possibilitem utilizar tais novidades que contribuem para o rejuvenescimento das pessoas. Vale ressaltar que, por outro lado, há pessoas que são idosas e que são respeitáveis pela sua experiência e seus ensinamentos.

Quando entrevistamos os idosos, notamos que, ao se tratar do assunto velhice, a maioria se considerava estar vivendo uma fase boa da vida, apesar do abandono de seus familiares. Segundo eles o fato de viverem na velhice é uma dádiva de Deus.

Ao discutirmos o tema família com os idosos asilados, constatamos que não há um “tipo” de família específico que abandona seu idoso num asilo. Encontramos uma idosa que constituiu família monoparental, outros construíram famílias nucleares, também houve situações em que ocorreu recasamento e, em dois casos, os idosos optaram pelo celibato.

No que se refere à ida dos idosos para a instituição, não há uma razão homogênea, isto é, foram apresentadas várias motivações, sendo a ida para este local mediada pelos amigos, pelos familiares ou até mesmo por encaminhamento médico. Em nenhum caso ocorreu o interesse próprio do idoso. A respeito das especificidades de gênero, pudemos constatar que os homens sempre estavam reunidos com seu grupo e na maioria das vezes estavam fumando, na “esperança de ver o tempo passar”. De acordo com os entrevistados, eles recebem mais visitas de familiares do que as mulheres. Dos quatro entrevistados, dois não têm filhos e apenas um recebe visitas esporádicas de seus familiares mais próximos, como irmãos, sobrinhos e cunhados. Dos idosos que têm filhos, um afirma sempre receber visitas deles, e o outro apenas nos informou que as visitas são muito difíceis de acontecer. Esses idosos acreditam que, se tivessem condições financeiras, seus filhos os acolheriam.

Das quatro mulheres entrevistadas, apenas um não teve filhos. As outras três, que têm filhos, quase não recebem visitas. Afirmaram ter vontade de morar com seus filhos, mas o fato de serem rejeitadas por estes dificulta a realização deste desejo. Somente Dona Lucrecia não tem seu filho, pois esse é falecido.

Ao fazermos um diálogo entre teoria e a prática, observamos que a idéia de Beauvior (1999 a) é muito presente na nossa sociedade. Podemos destacar a frase em que ela afirma que o velho, quando perde suas capacidades, torna-se um objeto, pois não serve para nada: nem valor de troca, nem reprodutor, não passa de uma carga. Não podemos esquecer que em algumas famílias os idosos são incluídos no âmbito familiar apenas devido a sua responsabilidade pelas despesas de casa, graças a sua aposentadoria.

Caracterizamos o idoso da pesquisa como pertencente a uma classe de baixa renda, que mora num asilo e na maioria das vezes não recebe visitas de seus familiares. Verificamos

que a relação idoso-família não é forte, devido à ausência da participação da família no processo de envelhecimento do idoso que se encontra no asilo. A partir das entrevistas, pudemos perceber que não há um modelo de família que abandona seu idoso na instituição.

Entre nossos entrevistados, o idoso que vive no asilo é aquele que não recebe o afeto e a atenção de seus familiares. Com as transformações da sociedade, em especial com a integração da mulher no mercado de trabalho, a família antes responsável pelos cuidados com seus idosos transfere essa tarefa para instituições especializadas. Assim como as creches servem para ajudar na criação da criança, as instituições de longa permanência servem para preencher o vazio deixado pelo abandono ou esquecimento dos familiares.

Discutimos neste trabalho a questão da ausência dos familiares no processo de envelhecimento do idoso que se encontra no asilo, e esta questão nos leva a refletir que muitas vezes o abandono conduz a uma série de problemas referentes à solidão. Vale ressaltar que o abandono para os idosos se refere à perda dos laços familiares. Para os idosos a falta de visitas se justifica pelas más condições financeiras que seus parentes possuem, ou até mesmo pelo fato de estarem envolvido com outras questões, como o alcoolismo. Pelo que percebemos, a família encontrou na instituição a solução para seus problemas, esperando desta uma assistência não só no que concerne às necessidades básicas, mas também cuidados referentes à atenção e carinho que os idosos precisam.

No âmbito das representações sociais, vimos que na infância a família para estes idosos era compreendida como a segurança e o conforto, apesar de todas as dificuldades apresentadas. Atualmente, essa representação é marcada pelas perdas dos laços familiares, em que o idoso é deixado de lado pela sua família. Alguns acreditam que se tivessem forças para fazer algo talvez não estariam nesta instituição, pois teria condições de se manter e quem sabe os contatos com filhos ou outros membros da família seriam mais constantes.

Como no passado era comum famílias com muitos filhos, acreditava-se que a questão do abandono não seria tão grande, pois haveria alguém que se responsabilizaria pelos mais velhos. Imaginemos o que será daqui vinte anos. Provavelmente, com a diminuição no número de filhos, a tendência ao abandono poderá aumentar em proporções ainda maiores, haja vista uma mudança radical no perfil demográfico, que já está sendo alterado e que será responsável pelo aumento da população de idosos.

Vale ressaltar que apesar do Estatuto do Idoso vigorar desde janeiro de 2004, muitos aspectos ressaltados anteriormente (capítulo 3) continuam sendo ignorados pelos familiares dos idosos, que procuram solucionar suas dificuldades com relação aos cuidados

destes, na forma do abandono em instituições que às vezes nem possuem vagas para acolher a pessoa idosa.

As políticas referentes ao bem-estar dos idosos muitas vezes se constituem apenas em promessas. Para contribuímos numa possível “solução” seria preciso de imediato uma reorganização de ordem cultural em nosso país, pois, geralmente, a velhice ainda é vista como equivalente a um conjunto progressivo de perdas. Além disso, se faz necessário questionarmos a postura daqueles que diante das necessidades de cuidado a serem dispensados a um idoso no âmbito da família optam pela sua internação em asilos. É preciso dar condições para que a família possa conseguir cuidar dos seus idosos. Seria necessário cursos com gerontólogos e geriatras na intenção de orientar as famílias nas dificuldades que vão surgindo quando as pessoas envelhecem.

Se, a internação for inevitável, isso não impede a continuidade dos vínculos familiares, pois carinho da família não é substituído por assistência especializada, ou pela construção de outros vínculos no novo espaço de moradia.

*P@rtes*

**BIBLIOGRAFIA**

- ALCÂNTRA, Adriana. **Velhos institucionalizados e família: entre abafos e desabafos**. Campinas, SP: Ed Alínea, 2004.
- ALMEIDA, Ângela Mendes (org). **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Co-edição Espaço e Tempo/ editor de UFRJ: Rio de Janeiro, 1987.
- ÁRIES, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Modelos de estrutura da família**. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- ARAÚJO, Maria Luiza Macedo de. A construção histórica da sexualidade. *In*: RIBEIRO, Marcos (org). **O prazer e o pensar: orientação sexual para educadores e profissionais de saúde**. São Paulo: Ed. Gente: Cores-Centro de orientação e educação sexual, 1999.
- BARROS, Myrian Moraes Lins. Testemunho de vida: um estudo antropológico de mulheres na velhice. *In*: **Perspectivas antropológico de mulher**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.
- BEAUVIOR, S. de. **A velhice: realidade incômoda**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1990a.
- BEAVIOR, S.de. **Velhice**. A Tradução de Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990b.
- BORN, Tomiko. Cuidado ao idoso em instituição. *In*: Papaléo Netto. **Gerontologia**. São Paulo: Atheneu, 2002.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: T.ª Queiroz, 1999.
- BRIGEIRO, Mauro. Envelhecimento bem-sucedido e sexualidade. Relativizando uma problemática. *In*: BARBOSA, Maria Regina et.al (org). **Interfaces-gênero, sexualidade e saúde reprodutiva**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002. p.207-238.
- BRITO, Francisco Carlos.RAMOS, Luiz Roberto. Serviços de atenção à saúde do idoso. *In*: Papaléo Netto. **Gerontologia**. São Paulo: Atheneu, 2002.
- CARVALHO, José Alberto Magno & GARCIA, Ricardo Alexandrino. **O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico**. Abril, 2003.(artigo).
- CERVENY, Ceneide M. Oliveira. **A Família como modelo. Desconstruindo a Patologia**. Campinas (SP): Editora Psy, 1994.
- DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice: Socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo Fapesp, 1999.

- \_\_\_\_\_. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. *In:* BARROS, Myrian Moraes Lins. **Velhice ou terceira idade?** Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro. 3ª ed. 2003.
- DOLL, Johannes. “Satisfação de vida e homens e mulheres idosos no Brasil e na Alemanha”. *In: Cadernos de Pagu, Gênero em gerações*. Campinas SP: Unicamp, 1999.p.111-159.
- DONATO, Ausonia & CANÔAS, Cilene Swan. Idoso e cidadania; a lógica da exclusão. *In:* Papaléo Netto. **Gerontologia**. São Paulo: Atheneu, 2002.
- DURKHEIM, Émile. **O suicídio**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- ELIAS, Norbet. **A Solidão dos Moribundos, seguido de “Envelhecer e morrer”**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- FEATHESTONE, Mike. O curso da vida: Corpo, cultura e imaginário no processo de envelhecimento. *In:* DEBERT. Guita GRIN. **Textos Didáticos, Antropologia e Velhice**. Campinas-SP: IFCH-UNICAMP, 1998.
- FILIZZOLA, M. **Aspectos da história dos mais antigos asilos para velhos do Rio de Janeiro e da Bahia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- FREITAS, José Luís. **Uma proposta de conceituação e categorização**. Curitiba, XIII Simpósio Nacional de história da ANPUH, 1986.
- FUCS, Gilda Bacal. A educação sexual na idade adulta e na velhice. *In:* RIBEIRO, Marcos (org). **O prazer e o pensar: orientação sexual para educadores e profissionais de saúde**. São Paulo: Ed. Gente: Cores-Centro de orientação e educação sexual, 1999.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 2ª ed. Editora Perspectiva. São Paulo, 1987.
- \_\_\_\_\_. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade esteriotipada. 4ªed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1988.
- GOLDENBERG, Mirian. Homem/ mulher: o que existe de novo? *In:* RIBEIRO, Marcos (org). **O prazer e o pensar: orientação sexual para educadores e profissionais de saúde**. São Paulo: Ed. Gente: Cores-Centro de orientação e educação sexual, 1999.
- GROISMAN, Daniel. Duas abordagens aos asilos de velhos: da clínica Santa Genoveva à História da institucionalização da velhice. *In: Cadernos de Pagu, Gênero em gerações*. Campinas SP: Unicamp, 1999.p.163-190.
- HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **A ideologia da velhice**. Rio de Janeiro: São Paulo: Cortez, 1986.
- HAREVEN, Tamara K. Novas imagens do envelhecimento e a construção social do curso da vida. *In: Cadernos Pagu, Gênero em gerações*. Campinas SP: Unicamp, 1999.p.13-35.

- HEILBRON, M.L. “Fazendo gênero? A antropologia da mulher no Brasil”. *In*: A. O Costa e C. Bruschini (orgs). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Rosa dos Ventos, 1992.
- JUNQUEIRA, Ester Dalva Silvestre. **Velho, por que não?** Bauru: EDUSC, 1998. (Cadernos de Divulgação Cultural, 64).
- LASCH, Christopher. **Refúgio num mundo sem coração. A família: Santuário ou instituição sitiada?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- LEME, Luiz E. G; SILVA, Paulo S. C. Pereira. **O idoso e a família**. In: PAPALÈO NETTO. *Gerontologia*. São Paulo: Atheneu, 2002.
- MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- MELLO, Luiz. **Família no Brasil dos anos 90: Um estudo sobre a construção da conjugalidade homossexual**. 1999. Tese de Doutorado. Brasília-DF.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde**. 2ª ed. HUCITEC\_ABRASCO, São Paulo-Rio de Janeiro, 1993.
- MINUCHIN, Salvador. **Família – Funcionamento e Tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.
- MORAGAS, M.R. **Gerontologia social**. São Paulo: Paulinas, 1997.
- MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- OLIEVENSTEIN, Claude. **O nascimento da velhice**. Bauru-SP: EDUSC, 2001.
- OSÓRIO, Luís C. **Família Hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- PASCHOAL, Sérgio. M. P. Autonomia e Independência. *In*: PAPALÈO NETTO. **Gerontologia**. São Paulo: Atheneu, 2002.
- PEIXOTO, Clarice. “Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velhos, velhice, idoso, terceira idade...”. *In*: BARROS, M. M. L. (org) **Velhice ou terceira idade? Estudos Antropológicos sobre identidade, memória e política**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 69-83.
- PEIXOTO, Clarice Ehlerse e BOZON, Michel. Comportamentos familiares: resultados e perspectivas. *In*: **Interseções; revista de estudos interdisciplinares. Dossiê Comportamentos familiares**. Ano 3, nº2. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 2001.p. 25-30.
- PINTOS, Cláudio. C. Garcia. **A família e a terceira idade, orientações psicogerontológicas**. São Paulo: Paulinas, 1997.
- QUEIROZ, Maria Isaura de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro de informações viva**. 2ª ed. São Paulo: CERU e FFLCH/USP, 1983.

- REIS, Ana Paula dos. Incrições corporais e menopausa signo da meia-idade numa perspectiva antropológica. *In: BARBOSA, Maria Regina et.al( org). Interfaces-gênero, sexualidade e saúde reprodutiva.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.
- RODRIGUES, Sandra Freitas. **Perfil das instituições asilares de atendimento ao idoso da cidade de Goiânia: uma visão gerontológica.** Monografia de especialização em Gerontologia. Faculdade de Enfermagem, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.
- ROLIN, Marcos. Relatório: **Entre o silêncio e a morte.** Out, 2004.
- SALEM, Tânia. Entrevistando famílias: notas sobre o trabalho de campo. *In: NUNES, Edson de Oliveira. A aventura sociológica.* Zahar, editores. Rio de Janeiro.
- SAMARA, ENI de Mesquita. A história da família no Brasil. *In: Revista brasileira de História.* São Paulo: marco Zero-ANPUH. Set. 88/ fev/89.
- SCOTT, Parry.R. Famílias sem casais e a diversidade conjugal no Brasil. *In: Interseções. Revista de Estudos Interdisciplinares.* Programas de Pós – Graduação em Ciências Sociais – UERJ. 2001. Ano 3. Número 2.
- SIMÕES, Júlio Assis. A maior categoria do país: o aposentado como ator político. *In: BARROS, Myrian Moraes Lins. Velhice ou terceira idade?.* Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 3ª ed. 2003.
- SOUZA, Ceres Candido. **O ciclo tardio da vida. O idoso na interação familiar.** 2002.64f. Monografia (Especialização em gerontologia e saúde do idoso). Faculdade de Enfermagem, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- SOUZA, Ana M. Nunes. **A Família e seu espaço. Uma proposta de terapia familiar.** Rio de Janeiro: AGIR, 1996.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.
- VAITSMAN, Jeni. **Flexíveis e plurais. Identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- VELHO Gilberto. Família e parentesco no Brasil contemporâneo: individualismo e projetos no universo de camadas médias. *In: Interseções; revista de estudos interdisciplinares. Dossiê Comportamentos familiares.* Ano 3, nº2. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 2001.
- VELOZ Maria Cristina Triguero & SCHULZE< Clélia Maria Nascimento. Representações sociais do envelhecimento. *Psicol.Reflex. Crit.* Vol.12, n 12. Porto Alegre, 1999.
- ZIMERMANN, Guitel. **Velhice. Aspectos Biopsicossociais.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2001.

**REPORTAGENS DE JORNAIS**

AQUINO, Macloys. País terá 25 milhões de idosos em 2020. **Diário da manhã**. Caderno Cidades. Goiânia, 14 de abril, 2004.

BITTENCOURT, Luiz. O idoso e a sua lei. **Diário da manhã**. Goiânia, 05 de fev. 2004.

BORGES, Lídia. Carnaval sessentão. **Diário da manhã**. Caderno de Cidades. Goiânia, 20 de fev. de 2004.

FELINTO, Marilene. Último asilo. **Folha de São Paulo**. Caderno Especial Mais Velhos, São Paulo, 26 de set. 1999, p. 12.

OLIVEIRA, Carolina. Delegacia do Idoso. **Diário da manhã**. Caderno Especial, Goiânia, 25 de abril de 2004.

\_\_\_\_\_. Desrespeito. **Diário da manhã**. Caderno Especial, Goiânia, 05 de fev. 2004.

VANESSA, Gisele. Vovô Solidário. **Diário da manhã**. Caderno Meu Bairro, Goiânia, 27 de jan. 2004.



TEXEIRA, F. **O idoso e a família: os dois lados da mesma moeda**. [On line]. São Paulo. Disponível em: <[http://www.partes.com.br/terceira\\_idadde08.htm](http://www.partes.com.br/terceira_idadde08.htm)>



## ANEXO 1

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine o final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra do pesquisador responsável. Em caso de dúvida você pode procurar o Comitê de Ética em pesquisa da Universidade Federal de Goiás pelo telefone 521-1075 ou 521-1076.

#### INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: **Idosos em instituições asilares e suas representações sobre famílias.**

Pesquisadora Responsável: Fabiana Souza de Almeida

Telefone para contato: 288-1680 (residencial)

Orientador: Prof. Dr. Luiz Mello de Almeida Neto.

Este trabalho propõe uma pesquisa científica, objetivando compreender como se dá a participação dos familiares no processo de envelhecimento do idoso que se encontra em asilos.

Pretende-se identificar, analisar e interpretar as histórias de vida dos idosos residentes no Abrigo: São Vicente de Paulo, na intenção de perceber com foi e como é a participação da família destes idosos que vivem nestas respectivas instituições.

Sua participação se dará no sentido de nos fornecer uma entrevista gravada, em dias alternados. Consideramos não haver riscos ou prejuízos aos sujeitos da pesquisa.

Serão preservados em sigilo os dados fornecidos pelos idosos participantes que terão suas identificações mantidas em anonimato. Os idosos participantes terão o direito de retirar o consentimento a qualquer tempo. Os dados serão utilizados apenas para uma análise acadêmica.

Eu, Fabiana Souza de Almeida, me comprometo a seguir rigorosamente o termo apresentado acima.

## ANEXO2

**CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO COMO SUJEITO**

Eu, \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_, abaixo-assinado concordo em participar como sujeito do estudo: “ **Idosos em instituições asilares e suas representações sobre famílias**”. Fui devidamente informado (a) pela pesquisadora Fabiana Souza de Almeida sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2004.

\_\_\_\_\_  
Nome\_\_\_\_\_  
AssinaturaThe image shows a large, semi-transparent watermark logo for 'P@rtes'. The '@' symbol is yellow and circular. A red stamp with the word 'FINAL' in capital letters is placed diagonally across the logo.

## ANEXO 3

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

Idade:

Tempo no abrigo:

Família na infância:

Família na adolescência:

Família que construiu:

Filhos:

Fotografias da família;

Importância da família: representação da família.

Visita dos familiares.

*P@rtes*  
FINAL